











Relatório de Gestão

Biênio 2023/2025

DPE-TO
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

1.669.433

atividades realizadas pela DPE-TO no Biênio.

451.355

atendimentos à população hipossuficiente do Estado do Tocantins.

Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Tocantins - Setor de Estatística.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS

Identidade Institucional

Missão

Assegurar o acesso à justiça, integral e gratuito aos necessitados, promovendo cidadania, com atendimento humanizado e de qualidade.

Visão

Ser referência no âmbito nacional como instituição de excelência na promoção do acesso à justiça, plenamente autônoma, de credibilidade e atuação efetiva em todo o Estado.

Valores

- Comprometimento, responsabilidade e dedicação;
- Valorização do potencial humano;
- Respeito às pessoas e instituições;
- Transparência;
- Atendimento humanizado;
- Prevalência do interesse público sobre o privado;
- Atuação funcional com ênfase na eficiência, eficácia e efetividade.



Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

Estellamaris Postal

Defensora Pública-Geral do Estado do Tocantins

Defensora Pública do Estado do Tocantins desde 1994 e integrante da Classe Especial, atuando perante o Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado. Exerce, pela quarta vez, a função de Defensora Pública-Geral, acumulando três décadas de atuação na instituição. Além disso, já ocupou o cargo de Subdefensora Pública-Geral em três ocasiões e desempenhou a função de Corregedora-Geral da Defensoria Pública por dois biênios.

No âmbito nacional, possui uma trajetória com diversas funções de destaque. Em 2014, foi a primeira mulher nomeada para o cargo de Secretária Nacional da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça. Também presidiu o Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais e integrou o Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União. Além disso, atuou como vice-presidenta da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica e coordenou os trabalhos da Força Nacional de Execução Penal no Estado de Santa Catarina em 2013.

Formada em Direito pela Universidade de Passo Fundo (RS), Estellamaris Postal possui pós-graduação em Gestão Pública, Direito Civil e Processual Civil pela Universidade do Tocantins (Unitins).



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves

1º Subdefensor Público-Geral do Estado do Tocantins

Ocupa o cargo de 1º Subdefensor Público-Geral do Estado do Tocantins pelo segundo mandato consecutivo, durante os biênios de 2021/2023 e 2023/2025. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás, possui especialização *Lato Sensu* em Direito do Trabalho pelo Instituto de Pós-Graduação (Ipog) e é Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Prestação Jurisdicional da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat).

Antes de ingressar na Defensoria Pública, Pedro Alexandre atuou como analista processual no Conselho Nacional do Ministério Público e como auditor de controle externo no Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Sua experiência acadêmica inclui docência na Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e na Faculdade de Guaraí (Iesc).

Desde 2013, Pedro Alexandre exerce o cargo de Defensor Público no Estado do Tocantins, com passagens pelas Defensorias Públicas das comarcas de Aurora do Tocantins, Dianópolis, Cristalândia, Pium e Pedro Afonso. Entre 2014 e 2018, coordenou o Núcleo da Defensoria Pública Agrária, atuando em questões relacionadas ao direito agrário e à mediação de conflitos no campo.

Além disso, foi eleito membro do Conselho Superior da Defensoria Pública em 2019, contribuindo para a gestão e decisões estratégicas da instituição.



Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

Danilo Frasseto Michelini

2º Subdefensor Público-Geral do Estado do Tocantins

Ocupa o cargo de 2º Subdefensor Público-Geral do Estado do Tocantins. Natural de Porto Feliz, São Paulo, graduou-se em Direito pela Universidade Paulista (SP) e possui diversas especializações em áreas jurídicas. Entre elas, destacam-se Ciências Criminais pelo Instituto Panamericano de Política Criminal e Rede Luiz Flávio Gomes, Combate à Corrupção pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), Direitos Difusos e Coletivos pelo Círculo de Estudos pela Internet (CEI) e Direito Processual Penal pelo CEI. Atualmente, está cursando pós-graduação em Tribunal do Júri pela mesma instituição.

Ingressou na Defensoria Pública do Estado do Tocantins em 2007 e desde então atua na Comarca de Palmas. Ao longo de sua trajetória na instituição, assumiu diferentes funções de gestão e representação. Foi membro do Conselho Superior da Defensoria Pública por dois mandatos e desempenhou o cargo de Diretor do Núcleo da Defensoria Pública em Porto Nacional. Além disso, esteve à frente da Coordenação do Núcleo do Tribunal do Júri por dois mandatos e do Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública do Tocantins (Cejur).

Equipe direta do Gabinete da Defensoria Pública Geral:

Chefia de Gabinete da Defensoria Pública Geral

Renato Augusto Marinho de Carvalho - Chefe de Gabinete (2024)

Débora Cristina Ferreira - Chefe de Gabinete (2023-2024)

Chefia de Gabinete da Primeira Subdefensoria Pública Geral

Mariane Resplandes - Chefe de Gabinete (2024)

Renato Augusto Marinho de Carvalho - Chefe de Gabinete (2023-2024)

Chefia de Gabinete da Segunda Subdefensoria Pública Geral

Ráfilla Thayssa Castro e Pessoa - Chefe de Gabinete

Chefia da Assessoria Jurídica da Defensoria Pública Geral

Ângelo José de Sousa Bezerra - Chefe da Assessoria Jurídica (2023-2024)

Silvino Cardoso Batista - Chefe da Assessoria Jurídica (2023)

Diretorias dos Núcleos Regionais

Núcleo Regional de Araguaína

Diretor: defensor público Felipe Lopes Barbosa Cury

Núcleo Regional de Araguatins

Diretor: defensor público Gidelvan Sousa Silva

Núcleo Regional de Brasília

Diretora: defensora pública Maria do Carmo Cota (2023-2024)

Diretora: defensora pública Leilamar Maurílio Duarte (2023)

Núcleo Regional de Dianópolis

Diretor: defensor público José Raphael Silvério

Núcleo Regional de Guaraí

Diretora: defensora pública Luciana Oliani Braga (2023-2024)

Diretor: Evandro Soares da Silva (2023)

Núcleo Regional de Gurupi

Diretor: defensor público Leandro de Oliveira Gundim

Núcleo Regional de Palmas

Diretora: defensora pública Fabiana Razera Gonçalves

Núcleo Regional de Paraíso do Tocantins

Diretora: defensora pública Arlete Kellen Dias Munis

Núcleo Regional de Porto Nacional

Diretor: defensor público Marcello Tomaz de Souza

Núcleo Regional de Tocantinópolis

Diretor: defensor público Luiz Alberto Magalhães Feitosa

Núcleo Regional dos Tribunais

Diretora: defensora pública Irisneide Ferreira dos Santos

Diretoria da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep)

Diretora: defensora pública Elydia Leda Barros Monteiro (2023-2024)

Diretora: defensora pública Téssia Gomes Carneiro (2023)

Diretorias e Chefias Administrativas

Diretoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Tocantins

Diretora: Débora Cristina Ferreira (2024)

Assessoria Especial de Administração e Finanças

Assessor: Francisco Carlos Gois Nonato (2024)

Chefia de Controle Interno

Chefe: Sorlete Ribeiro Lima

Diretoria de Administração

Diretora: Jayra Vieira Reis de Sousa Santiago

Diretoria Financeira

Diretor: Eduardo Pável Rosa

Diretoria Jurídica

Diretora: Naymara Leite Coelho

Diretoria de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Diretor: Rômulo Dias de Araújo

Diretoria de Tecnologia da Informação

Diretor: Luiz Philipe Azevedo Dias (2023-2024)

Diretora: Tatyana Abrahão Piedade (2024)

Diretoria de Planejamento, Orçamento e Projetos

Diretora: Cléia Azevedo Glória (2023-2024)

Diretora: Tatyana Abrahão Piedade (2024)

Comissão Permanente de Licitação

Presidente: Andréia Machado Ribeiro Silva

Chefia de Cerimonial

Diretor: Gean Mendes

Chefia de Comunicação

Diretora: Cléo Oliveira

Coordenação de Núcleos Especializados

Núcleo da Defensoria Pública Agrária e Ambiental (DPagra)

Coordenadora: defensora pública Kenia Martins Pimenta Fernandes

Núcleo Especializado de Assistência e Defesa ao Preso (Nadep)

Coordenador: defensor público Adir Pereira Sobrinho

Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH)

Coordenador: defensor público Euler Nunes

Núcleo Especializado de Questões Étnicas e Combate ao Racismo (Nucora)

Coordenadora: defensora pública Letícia Cristina Amorim Saraiva dos Santos Moura

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Nudeca)

Coordenadora: defensora pública Elisa Maria Pinto de Souza Falcão Queiroz

Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor (Nudecon)

Coordenador: defensor público Daniel Cunha dos Santos

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (Nudem)

Coordenadora: defensora pública Pollyana Lopes Assunção

Núcleo do Tribunal do Júri (Nujuri)

Coordenador: defensor público Elson Stecca Santana

Núcleo Especializado de Defesa da Saúde (Nusa)

Coordenador: defensor público Freddy Alejandro Solórzano Antunes

Coordenação dos Núcleos Aplicados das Minorias e Ações Coletivas (Nuamacs)

Nuamac Araguaína

Coordenador: defensor público Sandro Ferreira Pinto

Nuamac Dianópolis

Coordenadora: defensora pública Mylena Caroline Barbosa Fernandes (2023-2024)

Coordenadora: defensora pública Sebastiana Pantoja Dal Molin (2023)

Nuamac Gurupi

Coordenadora: defensora pública Chárlita Teixeira da Fonseca Guimarães

Nuamac Palmas

Coordenadora: defensora pública Silvania Barbosa de Oliveira Pimentel (2024)

Coordenador: defensor público Neuton Jardim dos Santos (2023-2024)

Coordenadora: defensora pública Letícia Cristina Amorim Saraiva dos Santos Moura (2023)

Coordenação dos Núcleos de Mediação e Conciliação (Numecons)

Numecon Araguatins

Coordenadora: defensora pública Maria Sônia Barbosa da Silva

Numecon Araguaína

Coordenador: defensor público Luís da Silva Sá

Numecon Dianópolis

Coordenador: defensor público Carlúcio Germano da Silva (2023-2024)

Coordenadora: defensora pública Jade Sousa Miranda (2023)

Numecon Guaraí

Coordenador: defensor público Evandro Soares da Silva

Numecon Gurupi

Coordenadora: defensora pública Rudicléia Barros da Silva Lima

Numecon Palmas

Coordenador: defensor público Murilo da Costa Machado

Numecon Paraíso do Tocantins

Coordenadora: defensora pública Ítala Graciella Leal de Oliveira

Numecon Porto Nacional

Coordenador: defensor público Fabrício Dias Braga de Sousa (2023-2024)

Coordenador: defensora pública Kenia Martins Pimenta Fernandes (2023)

Numecon Tocantinópolis

Coordenador: defensor público Eliel Luiz de Macedo (2023-2024)

Coordenador: defensor público Magnus Kelly Lourenço de Medeiros (2023)

Sumário

CARTA DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL 16

20 ANOS DE AUTONOMIA DA DEFENSORIA PÚBLICA: SEMPRE PRESENTE EM TODO O TOCANTINS 20

Comemorações, reconhecimento e homenagens 22
Selo Comemorativo 29
Preservação e valorização da memória e da história da DPE-TO 30

24 MESES DE GESTÃO: COMPROMISSOS HONRADOS, CONQUISTAS E REALIZAÇÕES 35

1. Ingresso de 11 Defensoras e Defensores Públicos no Biênio 35
2. Projeto Econúcleos: implantação de 7 sedes próprias 37
3. Crescimento nas atividades e atendimentos realizados 42
4. Credenciamento da Esdep junto ao CEE-TO 43
5. Transparência e acesso a direitos 45
6. Realização de 162 ações itinerantes 47
7. Implantação de 5 Polos de Atendimento 49
8. Defensorias do Araguaia: iniciativa inédita no Brasil 52
9. Criação do Nidac: apoio especializado em processos criminais complexos 57
10. DPagra: atuação ampliada para defesa na área ambiental 58
11. Projeto Viva - "Visita Interdisciplinar e Vínculo Afetivo: Transformando histórias" 59
12. Reintegração e manutenção de posse à Comunidade Quilombola Rio Preto 64
13. Atuação especializada para pessoas em situação de rua 66
14. Mais de 12 mil participantes em ações do "Defensoria Pública nas Escolas" 70
15. Livrarte: Arte como Fator de Resiliência (2ª Edição) 72
16. Direito de crianças e adolescentes: capacitação de Conselheiras(os) 75
17. Relatório de inspeções aos estabelecimentos penais tocantinenses 78
18. Valorização do ambiente e das condições de trabalho 80
19. Emendas da bancada federal: R$ 8 milhões 82
20. Equilíbrio financeiro 83
21. Arrecadações para reforço ao orçamento 84
22. Nova Sede Administrativa e da Corregedoria Geral 85
23. Reformas e modernização na infraestrutura da Instituição 87
24. Fonte de informação consolidada: presença na mídia e redes sociais 90

Sumário

GESTÃO ADMINISTRATIVA, ESTRATÉGICA E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 93

Orçamento e suplementações 93
Central de Cobrança de Honorários 98
Captação de Recursos 99
Criação da Diretoria Geral 101
Medidas administrativas para a economicidade 102
Gerenciamento de despesas 103
Atuação estratégica com Ministérios: execução de convênios 103
Compras compartilhadas: economia em escala 107

ATUAÇÃO AFIRMATIVA: DEFESA DE POPULAÇÕES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS 109

Atuação especializada 111
Acesso à justiça: atendimentos itinerantes 112
Direito à terra e ao meio ambiente 113
Direito à educação 114
Acesso a serviços essenciais e políticas públicas 115
Cotas raciais 116
Combate ao racismo e promoção da igualdade racial 117

GESTÃO E ATUAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO 119

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (Cpai) 119
Acessibilidade e inclusão nos prédios da Instituição 121
Formação continuada 123
Atuação em defesa dos direitos das pessoas com deficiência 125
A voz das pessoas assistidas 126
Série especial: história de pessoas assistidas 127
Gente que faz a DPE ir além: acessibilidade e inclusão 128
Defensoria Pública nas Escolas: conscientização para a acessibilidade 129
Defensoria na Comunidade: pela inclusão 130
Políticas públicas e promoção de debates 131

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA: ÓRGÃO DEMOCRÁTICO 133

Propostas de resolução em destaque 133
Conselho Superior em números (2023 e 2024) 133
Composição 134

Sumário

ATUAÇÃO ESPECIALIZADA, COLETIVA E MULTIDISCIPLINAR 135

DPagra 136
Nadep 138
NDDH 140
Nuamac Araguaína 142
Nuamac Dianópolis 144
Nuamac Gurupi 146
Nuamac Palmas 148
Nucora 150
Nudeca 152
Nudecon 154
Nudem 156
Nujuri 158
Nusa 160
Numecon's 162
Equipe Multidisciplinar 163
Projetos Internos 164

EDUCAÇÃO EM DIREITOS, APRIMORAMENTO PROFISSIONAL E PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO 171

Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) 171
Gestão da Esdep 172
Destaques do Biênio 172
Ações de capacitação e eventos científicos 177
Grupos de Pesquisa: vulnerabilidades e Direitos humanos 178
Revista Adsumus 180
Revista Arandu - Norteando Direitos 182
Parcerias e cooperação técnica 183

GESTÃO COM A NOSSA GENTE 183

Compromissos honrados 183
Política de gestão de carreiras 185
Revisão de legislação de pessoal 187
Diálogo com entidades representativas 189
Programa de Estágio 190
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (Cpai) 191
Assentamento Funcional Digital (AFD) 192
Nova identidade funcional 193
Pertencimento, saúde e bem-estar 193
Ações de qualidade de vida no trabalho 196
Homenagem aos(às) terceirizados(as) 197

GESTÃO DE CREDIBILIDADE: RECONHECIMENTO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL 198

Fortalecimento institucional: articulação nacional e estadual 198
Atuação no Condege 203
Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar 203
Participação nas atividades do Gaets 206
Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça 207
Premiação Nacional do Conadep 208
Reconhecimento público e homenagens 208
Referência na implantação de Econúcleos 209
Cooperação com outras instituições 210
Expertise em captação de recursos 211

Sumário

TECNOLOGIA, MODERNIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO 212

Tecnologia compartilhada: Solar 213
Compartilhamento de conhecimento e troca de experiências 215
Desenvolvimento colaborativo 216
Modernização do Parque Tecnológico da Instituição 217
Novas funcionalidades e soluções tecnológicas 219
Capacitações internas 220
Modernização de equipamentos audiovisuais 220

NOSSOS NÚMEROS 222

Profissionais da DPE-TO 222
Total de atividades 223
Atividades realizadas por área 224
Comparativo por tipo de atividade 224
Total de atendimentos 226
Tipos de atendimentos 227
Evolução do crescimento dos atendimentos (2021-2024) 227
Central de Atendimento de Família (CAF) 228
Central de Atendimento em Saúde (CAS) 229
Núcleos Especializados 229
Defensoria Itinerante 231
Atendimentos Numecons 233
Evolução da DPE-TO nos últimos 22 anos 234

CARTA DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL

Finalizar um ciclo é um convite à reflexão e à gratidão. Além disso, é abrir caminho para um novo começo, como bem nos inspira José Saramago: "(...) é preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre".

É com esse sentimento que relembramos a trajetória percorrida: nossas lutas e vitórias, os avanços e desafios, os "sins" e os "nãos" que recebemos e, principalmente, as dores e alegrias que compartilhamos dos(as) nossos(as) assistidos(as).

Afinal, em 2024, celebramos com orgulho os **20 anos de Autonomia e os 35 de atuação da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO).** Momento em que rememoramos o trabalho realizado ao longo desses anos para diminuir as distâncias entre a Instituição e a população vulnerável e para nos tornarmos cada vez mais presentes na vida e nos territórios do povo tocantinense.

A Defensoria Pública é uma força transformadora que ecoa onde há desigualdade e exclusão. Representamos as pessoas que têm suas vozes silenciadas pelas injustiças e desigualdades. Lutamos de sol a sol para garantir que seus direitos sejam respeitados e suas necessidades atendidas. Por isso, não esmorecemos. Seguimos firmes, enfrentando adversidades, e trabalhando incansavelmente para que a nossa casa, a Defensoria Pública, seja um porto seguro, com as portas sempre abertas a quem mais precisa.

O Biênio que se encerra foi marcado por conquistas significativas que fortaleceram a estrutura física, tecnológica e humana da Instituição, ampliando nosso impacto direto na vida de milhares de tocantinenses. Foram mais de **1,6 milhão de atividades realizadas** e cerca de **450 mil atendimentos** prestados nestes dois anos. Mais do que números, esses resultados traduzem o impacto direto da nossa atuação na vida das pessoas que confiaram na Defensoria Pública como seu porto seguro. Cada um deles representa uma história, uma necessidade atendida, um direito resguardado.

Além disso, imbuídos do compromisso de levar o acesso à justiça a toda a população hipossuficiente do Estado, realizamos mais de **160 ações itinerantes e implantamos cinco Polos de Atendimento**. Desenvolvemos **projetos voltados à defesa contínua de populações tradicionais e originárias**, como o "Defensorias do Araguaia", e **iniciativas direcionadas a públicos específicos**, como o "Viva - Visita Interdisciplinar e Vínculo Afetivo: Transformando Histórias" e o "Livrarte: Arte como Fator de Resiliência". Ações que fortaleceram e aperfeiçoaram a atuação dos Núcleos Especializados.

Garantimos o ingresso de **11 Defensoras e Defensores Públicos** ao quadro. A posse dos novos e novas colegas trouxe renovação e vigor à nossa Instituição. Também implantamos **07 Econúcleos**, sedes próprias e sustentáveis, e investimos na **modernização do Parque Tecnológico**. Conquistas que reafirmam o nosso compromisso com a eficiência e a sustentabilidade, e com a ampliação do acesso à Justiça de forma moderna e responsável.

Investimos em melhorias na infraestrutura, com destaque para **ampliação da Sede de Atendimentos e a entrega da nova Sede Administrativa e da Corregedoria Geral**, além de reformas focadas na acessibilidade. Essas ações garantiram, por um lado, mais conforto no acolhimento das demandas da população e, por outro, uma estrutura integrada que assegura o funcionamento eficiente da área administrativa.

Conquistamos o **credenciamento da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE-TO)**. A partir deste marco histórico, a Esdep passa a ser reconhecida oficialmente como uma **Escola de Governo,** possibilitando a oferta, a partir de 2025, do primeiro Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em **Acesso à Justiça e Vulnerabilidade.**

Nossa gestão também foi marcada pelo **fortalecimento das relações institucionais**, a partir de diálogos e parcerias com Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, lideranças nacionais e regionais, além de organizações da sociedade

civil. O aporte de aproximadamente **R$ 8 milhões** em emendas federais e o aumento da arrecadação de honorários representaram um reforço orçamentário significativo, que nos permitiu ir ainda mais longe.

Nenhum desses êxitos seria possível sem o **empenho e a dedicação das 1.182 pessoas que integram a nossa Instituição.** Agradeço aos(às) valorosos(as) Membros(as), Servidores(as), Estagiários(as), Voluntários(as) e Colaboradores(as) Terceirizados(as), que com excelência, ética e empatia, ajudaram a construir as páginas deste Biênio.

Minha gratidão especial ao 1º Subdefensor Público-Geral Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves e ao 2º Subdefensor Público-Geral Danilo Frasseto Michelini, que compartilharam comigo esta missão com firmeza, dedicação e humanidade, honrando os cargos que ocupam, sempre fiéis à missão constitucional da nossa Instituição.

Encerramos este ciclo com a certeza de que cumprimos nossa responsabilidade com a população tocantinense, levando o acesso à justiça onde ele é mais necessário. E a jornada da Defensoria Pública do Tocantins segue, comprometida com a defesa dos Direitos Humanos, e renovada pela fraternidade, ética e esperança de um futuro mais justo e democrático.

Como nos ensina o filósofo Epicuro, *"as pessoas felizes lembram o passado com gratidão, alegram-se com o presente e encaram o futuro sem medo."* Por isso, sou grata por cada desafio superado, cada lição aprendida e, principalmente, por cada vida transformada pela nossa atuação. **Que os desafios do futuro nos inspirem a continuar avançando, com coragem e resiliência.**



Viva a Defensoria Pública do Tocantins!

Muito obrigada e uma excelente leitura!

Estellamaris Postal

Defensora Pública-Geral do Estado do Tocantins

Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

20 ANOS DE AUTONOMIA DA DEFENSORIA PÚBLICA:

SEMPRE PRESENTE EM TODO O TOCANTINS



Capa do Kit Institucional da DPE-TO em 2024.

Em 2024, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) completou 20 anos de autonomia institucional.

A Defensoria Pública está presente no Tocantins desde 1989, inicialmente vinculada a outras pastas do Poder Executivo. Esse cenário mudou em **22 de dezembro de 2004**, com a sanção da **Lei Complementar n.º 41**, que marcou a conquista da nossa autonomia administrativa e institucional, consolidada em 2009 pela **Lei Complementar n.º 55,** atual norma disciplinadora que organiza a DPE-TO.

Esse avanço coroou anos de esforços e lutas, trazendo estrutura e estabilidade à carreira de Defensora e Defensor Público. Além disso, permitiu à Instituição expandir sua atuação e reforçar seu compromisso com os princípios constitucionais.

No marco de 20 anos de Autonomia e 35 anos de atuação no Estado, vimos o crescimento da nossa demanda e do grau de confiança na Instituição, à medida que reduzimos as distâncias entre a Defensoria Pública e a população vulnerável do Tocantins, estando a cada dia mais perto de quem mais precisa.

Mais de
7,8 milhões*
É o número que representa a atuação da DPE-TO nesses 20 anos de autonomia.

* Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Tocantins - Setor de Estatística.

Mais de **2,5 milhões** de atendimentos.

Mais de **5,2 milhões** de atividades.

Além do **quadro próprio de Defensoras e Defensores Públicos**, a Instituição conta também com um **quadro efetivo de Servidoras e Servidores**, que ingressaram na carreira a partir de 2012.

Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO



Apesar das conquistas, **a DPE-TO ainda enfrenta desafios**, especialmente no que se refere à ampliação do quadro de Defensoras(es) e Servidoras(es), bem como à melhoria da **estrutura física e tecnológica.** Garantir investimentos nessas áreas é fundamental para assegurar a promoção dos Direitos Humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita para a população vulnerável.

Comemorações, reconhecimento e homenagens

Ao longo de 2024, a Gestão Superior promoveu diversas ações comemorativas em alusão aos 20 anos de Autonomia. As atividades tiveram início em maio, mês em que se celebra o Dia Nacional da Defensoria Pública e o Dia das Defensoras e Defensores Públicos, Servidoras e Servidores da Instituição (19 de maio), e se estenderam durante todo o ano.



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Expansão do quadro funcional e garantia de direitos

Como parte das comemorações realizadas em maio, o governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa, anunciou aporte financeiro que permitiu **a nomeação de quatro Defensoras(es) Públicas(os)** aprovadas(os) no IV Concurso para a Carreira. Na oportunidade, também sancionou a Lei da Data-Base 2024 para os cargos de provimento efetivo, em comissão e funções de confiança da Instituição.

Reconhecimento: Defensoras e Defensores Públicos do 1º Concurso da Carreira

Para celebrar os 30 anos de dedicação à DPE-TO, **Defensoras e Defensores Públicos do 1º Concurso da Carreira receberam Certificado de Homenagem da Instituição**, durante evento alusivo ao Dia da Justiça, realizado em dezembro.

Ingressantes na carreira em 1994, após aprovação no concurso de 1993, são profissionais que trilharam um caminho de compromisso com a profissão. Uma longa e desafiadora jornada, com coragem e resiliência, em um período em que a Defensoria Pública do Estado do Tocantins era apenas uma promessa.

Com profundo senso de dever e dedicação à defesa dos direitos do povo tocantinense, ergueram as bases do que hoje é uma das Defensorias Públicas mais respeitadas do Brasil.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO





1 - Filomena Aires Gomes Neta; 2 - Inália Gomes Batista; 3 - Maria Cristina da Silva,; 4 - Maria do Carmo Cota; 5 - Ronaldo Carolino Ruela; 6 - Sebastiana Pantoja Dal Mollin; 7 - Teresa de Maria Bonfim Nunes; 8 - Marcello Tomaz de Souza; 9 - Adriana Camilo dos Santos; 10 - Arassônia Maria Figueiras; 11 - Edivan de Carvalho Miranda; 12 - Irisneide Ferreira dos Santos.

Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Defensoras Públicas homenageadas:

Arassônia Maria Figueiras, Maria do Carmo Cota, Adriana Camilo dos Santos, Dinalva Alves de Moraes, Irisneide Ferreira dos Santos, Sebastiana Pantoja Dal Mollin, Teresa de Maria Bonfim Nunes, Vanda Sueli Machado de Souza Nunes, Inália Gomes Batista, Filomena Aires Gomes Neta, Maria Cristina da Silva, Valdete Cordeiro da Silva, Rose Maia Rodrigues Martins, Leilamar Maurílio de Oliveira Duarte, Aldaíra Parente Moreno Braga.

Defensores Públicos homenageados:

Ronaldo Carolino Ruela, José Alves Maciel (Kita Maciel), Edivan de Carvalho Miranda, Marcello Tomaz de Souza, Dydimo Maia Leite Filho e Uthant Vandré Nonato Moreira Lima Gonçalves.

▪ Medalha de Honra ao Mérito Defensorial

Durante o ano de 2024, a DPE-TO concedeu a Medalha de Honra ao Mérito Defensorial a diversas autoridades federais e estaduais parceiras institucionais, que têm apoiado e viabilizado programas e projetos que impactam diretamente a vida das pessoas assistidas pela Instituição.

A Medalha é a mais alta honraria concedida pela DPE-TO, em reconhecimento e agradecimento público a pessoas que contribuem para a missão constitucional da Defensoria Pública e cooperam para sua expansão no Tocantins.













1 - Deocleciano Gomes Filho; **2** - Amélio Cayres de Almeida; **3** - Luciano César Casaroti;
4 - André Luiz de Matos Gonçalves; **5** - Irana de Sousa Coelho Aguiar; **6** - Professora Dorinha.

Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO



7 - Deputado Federal Lázaro Botelho; 8 - Vicentinho Júnior; 9 - Deputado Federal Carlos Gaguim;
10 - Ricardo Ayres; 11 - Osires Damaso; 12 - Governador do Estado do Tocantins, Wanderlei Barbosa.

Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Honraria concedida ao/à:

Governador do Estado do Tocantins, Wanderlei Barbosa;

Senadora da República Professora Dorinha;

Senador da República Eduardo Gomes;

Deputados federais Lázaro Botelho, Carlos Gaguim, Vicentinho Júnior e Ricardo Ayres;

Ex-senadora Kátia Abreu;

Ex-deputado federal e secretário de Estado, Osires Damaso.

Presidenta do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, desembargadora Etelvina Maria Sampaio Felipe;

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, deputado estadual Amélio Cayres de Almeida;

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves;

Procurador-geral de Justiça do Estado do Tocantins, Luciano César Casaroti;

Procuradora-geral do Estado do Tocantins, Irana de Sousa Coelho Aguiar;

Secretário-chefe da Casa Civil do Estado do Tocantins, Deocleciano Gomes Filho.

Em 2023, o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Edson Fachin, foi homenageado com a Medalha de Honra ao Mérito Defensorial, durante visita à sede da Instituição em Palmas.



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO











Certificado de Agradecimento

Prefeitas e prefeitos com iniciativas relacionadas à atuação da DPE-TO em seus municípios, a exemplo dos Econúcleos e dos Polos de Atendimento, também receberam deferência pública com a entrega do **Certificado de Agradecimento.**

Nas fotos, em ordem:

Prefeito de Mateiros,
João Martins Neto;

Prefeita de Goianorte,
Maria de Jesus Amaro de Oliveira Parente;

Prefeito de Paraíso do Tocantins,
Celso Morais;

Prefeita de Miracema do Tocantins,
Camila Fernandes de Araújo;

Prefeito de Lajeado,
Antônio Luis Bandeira.

Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Selo Comemorativo

Em parceria com os Correios, a DPE-TO lançou um **selo comemorativo** para celebrar os 20 anos de Autonomia. Presente no evento de lançamento, o superintendente dos Correios no Tocantins, José Luiz da Cunha Filho, ressaltou a importância da Instituição como agente de inclusão para as pessoas que necessitam de acesso aos serviços públicos e a uma justiça pública e de qualidade.

Com uma tiragem de 2,4 mil unidades, o selo circulou em postagens realizadas na Agência Central dos Correios em Palmas, levando a marca da DPE-TO a diversas regiões do Brasil e representando o compromisso com a ampliação do acesso à justiça, especialmente para as populações mais vulneráveis.

Preservação e valorização da memória e da história da DPE-TO

Estabelecer diretrizes, fundamentos e normas para a implantação de um Centro de Memória foi uma das prioridades desta Gestão.

A preservação da memória institucional é essencial para garantir que a história, as conquistas e os desafios da Defensoria Pública do Tocantins sejam devidamente registrados e valorizados ao longo do tempo. Além de fortalecer o vínculo da Instituição com a sociedade e seus/suas profissionais, a gestão de memória proporciona um legado cultural e histórico que inspira e orienta gerações futuras.



Reunião preparatória da Comissão de Memória.

Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

Reconhecemos o valor desse acervo não apenas como fonte de consulta, mas também como um espaço de valorização da identidade institucional e de garantia do acesso à informação pública.

Comissão de Memória: planejamento e primeiras atividades

Em 2023, a Gestão Superior instalou a Comissão de Memória por meio da Portaria n.º 1497, com a missão de estabelecer as diretrizes, os fundamentos e as normas para a implantação da Política de Gestão de Memória, além de desenvolver produtos alusivos à história da Instituição.

Presidida pelo 1º Subdefensor Público-Geral, Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves, a Comissão é composta por profissionais com expertises em diversas áreas, como Direito, Comunicação, Tecnologia da Informação, Biblioteconomia, além de representantes da Associação das Defensoras e Defensores Públicos e do Sindicato dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

A Comissão dá continuidade aos trabalhos iniciados pelo grupo responsável pela elaboração de estudo técnico para criação, gerenciamento e armazenamento de fotografias e imagens em vídeo da Instituição, constituída em 2021 pelo então Defensor Público-Geral, Fábio Monteiro dos Santos, por meio da Portaria n.º 49.

Ações prioritárias do Biênio:

- Desenvolvimento de produtos audiovisuais focados na memória e história da Instituição;
- Realização de instrutoria para a implantação do Centro de Memória;
- Investigação dos registros históricos e documentais da DPE-TO.

Reunião da Comissão de Memória.

Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO



Centro de Memória

Em 2024, com a contratação de instrutoria especializada, foram iniciadas as atividades de capacitação relacionadas à investigação e ao registro histórico da DPE-TO, com ênfase em sua importância social, jurídica e histórica. A partir desse processo, será criado e estruturado um Centro de Memória, focado em valorizar a história e as pessoas da Defensoria Pública, preservando e promovendo as memórias institucionais e individuais ligadas à atuação da Instituição.

A expectativa é que o Centro de Memória se consolide tanto como uma fonte de pesquisa quanto como um espaço dedicado à preservação de relatos históricos e pessoais que refletem a vivência e os valores da Defensoria Pública.

Websérie documental

Como parte das comemorações pelos 20 anos de autonomia, a Defensoria Pública lançou uma *websérie* documental para registrar sua trajetória no Tocantins, destacando os desafios e as conquistas ao longo dos anos.

A *websérie* é uma iniciativa da Comissão de Memória, produzida pela Assessoria de Comunicação.

O primeiro episódio resgata a história da Instituição desde sua implantação no Estado e a luta pela autonomia, com a participação da Defensora e Defensores Públicos aposentados, Iracema Franco Ribeiro Pinto, José Marcos Mussulini e Antonio Clementino Siqueira e Silva.



Foto: Reprodução Youtube DPE-TO

Clique para assistir

Episódio 01:

O início da Defensoria Pública no Tocantins com defensoras e defensores públicos aposentados.

Os demais episódios estão em processo de produção, com lançamento previsto para 2025.

▪ *Videocast* "Vozes da Defensoria"

O *videocast* "Vozes da Defensoria" traz relatos de Defensoras(es) e Servidoras(es), destacando histórias e experiências que marcaram suas respectivas trajetórias com a DPE-TO.

No *videocast*, as pessoas participantes trazem uma visão pessoal sobre o impacto e a relevância da Defensoria Pública na vida das assistidas e assistidos e na sociedade tocantinense, abordando temas como a assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade, o compromisso com a justiça e a defesa de direitos.

São 10 episódios, todos disponíveis no canal do *YouTube* da DPE-TO.

Clique para assistir



Defensora Pública aposentada, Maria de Lourdes Vilela (Dra. Lurdinha) participou do primeiro episódio do *videocast*.

Foto: Patrícia Ströher / Comunicação DPE-TO.

Idealizado pela Comissão de Memória, o projeto foi realizado pela Assessoria de Comunicação da DPE, com apoio da Esdep e do Espaço *LifeWay*.

Participantes

Episódio 1: Defensora Pública Maria de Lourdes Vilela (Dra. Lurdinha);

Episódio 2: Servidora Nayara Gracielle Alves Abreu Horst;

Episódio 3: Defensora Pública Tatiana Borel Lucindo;

Episódio 4: Servidor Enock Evangelista Pereira;

Episódio 5: Servidor Carlos Eduardo da Silva Ayres (Carlão);

Episódio 6: Defensora Pública Kenia Martins Pimenta Fernandes;

Episódio 7: Defensor Público Leonardo Oliveira Coelho;

Episódio 8: Servidora Catarina Maria de Lima Lopes;

Episódio 9: Servidor Renan de Oliveira Freitas;

Episódio 10: Defensora Pública Téssia Gomes Carneiro.

▪ Homenagens póstumas

Reafirmando o compromisso com a valorização da memória institucional, a Defensora Pública-Geral do Estado, Estellamaris Postal, prestou homenagens póstumas a Defensoras(es) Públicas(os) que dedicaram suas vidas ao fortalecimento da Instituição.

Duas novas sedes sustentáveis inauguradas durante o Biênio foram nomeadas em reconhecimento a essas trajetórias: a unidade de Natividade foi denominada "Defensora Pública Lucimar Pereira Moretti", e a de Taguatinga recebeu o nome de "Defensor Público José Roberto Amêndola".

Em Palmas, o Auditório da Sede de Atendimentos foi batizado de "Defensora Pública Sueli Moleiro".

Homenagens que celebram trajetórias marcadas pela atuação exemplar na orientação jurídica, na promoção dos Direitos Humanos e na defesa de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Fonte: Site da DPE-TO, Comissão de Memória, Cerimonial e Assessoria de Comunicação.

24 MESES DE GESTÃO

COMPROMISSOS HONRADOS, CONQUISTAS E REALIZAÇÕES



1 Ingresso de 11 Defensoras e Defensores Públicos no Biênio

O quadro de Defensoras e Defensores Públicos foi fortalecido com a posse de **11 pessoas aprovadas no IV Concurso para a Carreira.** Com isso, a DPE-TO passou a contar com **117 profissionais** com a missão de atuar em prol do acesso à Justiça e à cidadania para a população hipossuficiente do estado do Tocantins.

Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO



Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

O primeiro ato público de Estellamaris Postal, como Defensora Pública-Geral para o Biênio 2023/2025, foi a assinatura do ato de nomeação de seis pessoas aprovadas no IV Concurso para a Carreira. Outras nomeações ocorreram ao longo do Biênio, fortalecendo ainda mais o quadro de Defensoras(es) Públicas(os).

DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS INGRESSANTES NO BIÊNIO	
2023	**2024**
Ana Carolina Benassi Perozim	Davi Malveira Pinheiro
Flávia Hardt Schreiner	Débora da Silva Sousa
João Pereira da Silva Júnior	Ludne Nabila de Oliveira Barroso
Lauro Simões de Castro Bisnetto	Paulo Henrique Américo Lucindo
Luísa Lemos Ferreira	Thiannetan de Sousa Silva
Mylena Caroline Barbosa Fernandes	-
06	05
11 INTEGRANTES QUE REFORÇAM O QUADRO DA INSTITUIÇÃO	

Fonte: Site DPE-TO e Diretoria de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.









Nas fotos, em ordem: Econúcleo em Colméia do Tocantins, Natividade, Wanderlândia e Augustinópolis.

Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

2 Projeto Econúcleos: implantação de 7 sedes próprias

A DPE-TO já conta com 07 Econúcleos em pleno funcionamento nos municípios de **Natividade, Colméia do Tocantins, Wanderlândia, Augustinópolis, Novo Acordo, Taguatinga e Ananás.** Todos implantados a partir de emendas parlamentares da Bancada Federal (2021/2022), por meio do **Convênio n.º 915487/2021**, celebrado com a União, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Secretaria de Acesso à Justiça), em parceria com as Prefeituras e Câmaras Municipais.







Nas fotos, em ordem: Econúcleo em Novo Acordo, Ananás e Taguatinga.

Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO; Marcos Miranda/Comunicação DPE-TO; Laiane Vilanova/Comunicação DPE-TO.

2023	2024
Natividade	Novo Acordo
Colméia do Tocantins	Taguatinga
Wanderlândia	Ananás
Augustinópolis	-

Além dessas unidades, quatro estão em fase de implantação:

- Arraias
- Formoso do Araguaia
- Ponte Alta do Tocantins
- Araguacema

Emendas destinadas pela Bancada Federal do Tocantins (Convênio n.º 915487/2021):

Deputadas e deputados federais (Exercício 2019/2023) :

Dulce Miranda
Eli Borges
Osires Damaso
Professora Dorinha
Tiago Dimas
Vicentinho Júnior

Senador (Exercício 2019/2027)

Eduardo Gomes

Inovação e sustentabilidade

Concebidos com foco em inovação, economia de recursos públicos e sustentabilidade, os Econúcleos são unidades de atendimento da Defensoria Pública que se destacam pelo uso de estruturas metálicas no estilo contêiner e pela captação de energia solar. Com baixo impacto ambiental, esses espaços foram projetados para oferecer acessibilidade, conforto e funcionalidade tanto para quem trabalha quanto para quem busca atendimento na Instituição.

O Econúcleo é um prédio totalmente acessível, incluindo espaço exclusivo para mães lactantes, atendendo às resoluções da Instituição.





Econúcleo de Colméia do Tocantins.

Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

▪ Etapa 02: Ampliação do projeto

Os resultados exitosos advindos com a implantação das primeiras unidades levaram a Gestão Superior a atuar para a ampliação do projeto, com a celebração do **Convênio n.º 960195/2024**, firmado com a União, por intermédio do Ministério da Defesa - Departamento do Programa Calha Norte (PCN).

Mais uma vez, a DPE-TO conta com a parceria de parlamentares federais por meio da destinação de emendas, para proporcionar melhorias aos serviços prestados à população tocantinense.

Com a formalização do convênio, em 2024, foram iniciados os processos licitatórios para a implantação, a partir de 2025, dos Econúcleos de **Araguatins, Miracema do Tocantins, Pedro Afonso e Colinas do Tocantins.**

Emendas destinadas pela Bancada Federal do Tocantins (Convênio n.º 960195/2024):

Deputados federais (Exercício 2023/2027)

Ricardo Ayres
Lázaro Botelho
Vicentinho Júnior

Senador e Senadora (Exercícios 2019/2027 e 2023/2031)

Eduardo Gomes
Professora Dorinha

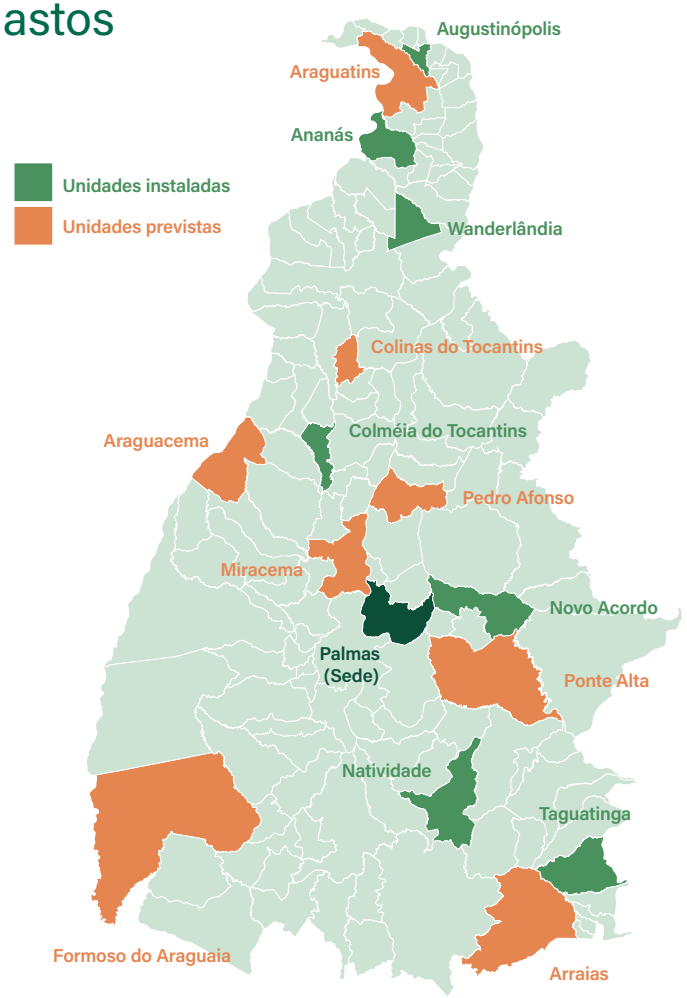


Pedro Alexandre realiza visita institucional ao Ministério da Defesa, onde se reuniu com o então diretor do Departamento do Programa Calha Norte, General Ubiratan Poty.
Foto: Rose Dayanne Santana DPE-TO/Divulgação

Economia gerada: redução de gastos com aluguel e energia elétrica

ECONÚCLEOS	ECONOMIA MENSAL	ECONOMIA ANUAL
Unidades instaladas (Ananás, Augustinópolis, Colméia do Tocantins, Natividade, Novo Acordo, Taguatinga e Wanderlândia)	R$ 20.906,64	R$ 250.879,68
Unidades previstas (Araguacema, Araguatins, Arraias, Colinas do Tocantins, Formoso do Araguaia, Miracema, Pedro Afonso e Ponte Alta)	R$ 37.930,69	R$ 455.168,23
TOTAL DA ECONOMIA	**R$ 58.837,33**	**R$ 706.047,91**

Fonte: Diretoria de Administração, Coordenação de Contratos e Convênios e Escritório de Projetos.



Mapa de unidades instaladas e previstas dos Econúcleos da DPE-TO

Com os dois convênios firmados durante os Biênios 2021/2023 e 2023/2025, ambos de responsabilidade desta Gestão, e as emendas indicadas em 2024, a expectativa é que a Instituição contará com pelo menos 17 novas sedes próprias ao final da execução do projeto dos Econúcleos.

3 Crescimento nas atividades e atendimentos realizados

Em 2023 e 2024, foram realizadas **1.669.433 atividades**, representando um crescimento de 30,8% em comparação ao biênio anterior (2021/2022). Em termos anuais, o aumento registrado foi de 22,5% entre 2023 e 2024.

ATIVIDADES REALIZADAS			
2021	2022	2023	2024
584.342	692.170	750.217	919.216
1.276.512		1.669.433	
30,8%			



Idoso em atendimendo na DPE-TO.
Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

No mesmo período, foram **451.355 atendimentos realizados,** com um crescimento de 14,2% em relação ao biênio anterior (2021/2022) e um incremento anual de 11% entre 2023 e 2024.



ATENDIMENTOS			
2021	2022	2023	2024
191.535	203.846	213.891	237.464
395.381		451.355	
14,2%			

Mãe e criança em atendimendo na DPE-TO.
Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

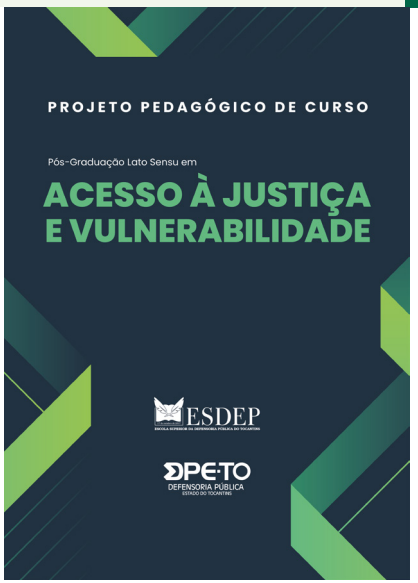
Esses resultados simbolizam a ampliação da atuação e mais pessoas atendidas no Estado. Além disso, refletem o compromisso contínuo da Defensoria Pública do Tocantins em aperfeiçoar os instrumentos de promoção do acesso à justiça, aprimorar os atendimentos e expandir o alcance dos serviços prestados, assegurando que cheguem a quem mais precisa.

Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Tocantins - Setor de Estatística.

4 Credenciamento da Esdep junto ao CEE-TO

A **Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep)** obteve credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE-TO), entidade vinculada à Secretaria de Estado da Educação (Seduc), **passando a ser reconhecida oficialmente como Escola de Governo.**

O parecer do CEE-TO foi publicado no Diário Oficial do Estado de 10 de janeiro de 2025, qualificando a Esdep como órgão de atuação defensorial habilitado a ofertar curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, na modalidade presencial.



Projeto Pedagógico de Curso da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Acesso à Justiça e Vulnerabilidade, oferecido pela Esdep e DPE-TO.

Com este credenciamento, a Esdep foi autorizada a oferecer, a partir de 2025, o **Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Acesso à Justiça e Vulnerabilidade**. O curso contará com 30 vagas destinadas a profissionais da Instituição e ao público externo.

Este é o segundo curso sobre essa temática no país, destacando-se também pelo caráter inédito de ser uma especialização voltada ao tema de Acesso à Justiça e Vulnerabilidades, ofertada por uma Escola de Governo.

Processo

O credenciamento como Escola de Governo foi um sonho gestado desde 2017. No Biênio 2021/2023, foi iniciada a formatação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Esdep visando o credenciamento como Escola de Governo.

Em 2024, a DPE-TO formalizou o pedido junto ao CEE-TO e, em novembro, recebeu a Comissão de Avaliação Externa *in loco* para a avaliar os Projetos Pedagógicos, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*.

A Esdep alcançou a nota avaliativa de 4,6 de um total máximo de 5 pontos.

A visita também incluiu uma análise detalhada dos espaços físicos que integram a Escola, localizada na Sede de Atendimentos, em Palmas.



Equipe Esdep Recebe Menção Elogiosa.

Foto: Marcos Miranda/Comunicação DPE-TO

A Esdep é composta pelos seguintes espaços:

- Diretoria e recepção;
- Equipe pedagógica;
- Biblioteca;
- Sala de estudos individuais;
- Secretaria;
- Laboratório multifuncional;
- Estúdio de gravação;
- Sala de aula;
- Sala de reuniões e Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- Copa e lanchonete;
- Auditório.

Fonte: Esdep e Site DPE-TO.

5 Transparência e acesso a direitos

A transparência na Administração Pública é fundamental para promover o acesso a direitos e fortalecer as instituições democráticas. Uma forma de garantir que as cidadãs e os cidadãos compreendam a gestão dos recursos públicos, além de facilitar a busca por direitos e fomentar a participação social.

Na Defensoria Pública do Estado do Tocantins, a transparência vai além de uma exigência legal; é um compromisso contínuo com a integridade institucional e com a transformação da vida das pessoas.

Duas conquistas destacam o tratamento prioritário dado a instrumentos distintos voltados à transparência e ao acesso à informação nesta Gestão.

▪ Portal da Transparência: gestão pública aberta e responsável

Em 2024, a **DPE-TO alcançou o nível elevado (77,80%) na avaliação sobre o Portal da Transparência**, saindo do nível básico apurado em 2023 (46,5%), refletindo um salto de qualidade e acessibilidade das informações disponibilizadas ao público.

O nível elevado de transparência corresponde ao atendimento entre 75% a 100% dos critérios de avaliação estabelecidos pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Acesse aqui o Radar da Transparência Pública

Clique para acessar

▪ Transparência ativa: alto nível sobre critérios de atendimento



Em 2023, a DPE-TO foi reconhecida pela ONG Transparência Brasil como **uma das quatro Defensorias Públicas do país com "alta transparência ativa" na divulgação dos critérios de atendimento.**

Para alcançar essa classificação, a ONG constatou que a Instituição apresenta em seu **site oficial** os critérios de atendimento de forma completa e detalhada, facilitando o acesso a essas informações pela população.

A apresentação clara, completa e acessível dessas informações permite o acesso da população aos serviços da instituição, especialmente às pessoas mais vulneráveis.

Acesse aqui o Relatório da Ong Transparência Brasil

Clique para acessar

Fonte: Site DPE-TO e Assessoria de Comunicação.





6 Realização de **162 ações** itinerantes

Em 2023, foram 82 edições, superando as 60 inicialmente previstas no ato assinado pela Defensora Pública-Geral durante sua posse, além de 80 edições realizadas em 2024.

5.636
ATENDIMENTOS

em ações itinerantes nestes dois anos, abrangendo 47 municípios em 2023 e 46 em 2024.

Fotos: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO.



Foto: Edinam Cavalcante/Divulgação

O objetivo é garantir que as pessoas tenham acesso à Justiça, mesmo que elas vivam em lugares de difícil acesso.

As ações priorizaram regiões com mais dificuldades de acesso às unidades da Instituição, como cidades sem sede de comarca e comunidades com menor viabilidade para atendimento remoto, como as tradicionais, originárias, campesinas e rurais, confirmando o compromisso assumido de interiorização e descentralização do atendimento

Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Tocantins - Setor de Estatística.

DIRETORIA REGIONAL	AÇÕES REALIZADAS*	
	2023	2024
Araguaína	10	16
Araguatins	4	7
Dianópolis	7	11
Guaraí	7	7
Gurupi	12	7
Palmas	19	15
Paraíso do Tocantins	7	8
Porto Nacional	11	7
Tocantinópolis	5	2
Total Anual	**82**	**80**
TOTAL DO BIÊNIO	**162**	

*Nos municípios abrangidos pelas nove Diretorias Regionais da DPE-TO.

7 Implantação de 5 Polos de Atendimento

Foto: Ascom Prefeitura de Lagoa da Confusão/Divulgação



Honrando o compromisso de estar mais perto das pessoas assistidas, a DPE-TO passou a contar com cinco novos Polos de Atendimento, instalados em municípios que não são sede de comarca e que, por esse motivo, não tem unidade da Instituição.

Uma forma de garantir que o acesso à Justiça chegue a estas localidades, a partir de parcerias exitosas com Prefeituras e Câmaras Municipais, além de outros órgãos do Sistema de Justiça.

O primeiro foi instalado em Goianorte, a 241 km de Palmas, seguido pelo Polo de Lajeado, ambos em 2023. Em 2024, o projeto foi ampliado com a instalação de unidades: no município de Lagoa da Confusão; em Taquaralto, na região sul de Palmas; e no Distrito de Luzimangues, pertencente ao município de Porto Nacional.

Polo de Luzimangues: 8ª Defensoria de Porto Nacional

942* ATENDIMENTOS

desde a inauguração do Polo de Luzimangues.

Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Tocantins - Setor de Estatística.

Inaugurado em julho de 2024, o Polo de Atendimento do Distrito Luzimangues facilitou o acesso da população local aos serviços da Instituição.

Diante do aumento da demanda por atendimento, foi criada a **8° Defensoria Pública de Porto Nacional - Distrito de Luzimangues**, por meio da Resolução CSDP n.° 263, de 11 de setembro de 2024, garantindo a lotação de um(a) Defensor(a) Público(a) para atender diretamente a população local.

Com a criação do órgão de atuação, as pessoas residentes na região não precisam mais se deslocar até Porto Nacional para serem atendidas por um(a) Membro(a) da Instituição.

Serviços oferecidos nos Polos:

- Agendamento de atendimento com Defensora ou Defensor Público;
- Consulta e acompanhamento de processos;
- Orientações jurídicas;
- Atendimentos iniciais em todas as áreas, com Defensor(a) Titular, no caso específico de Luzimangues;
- Atendimentos iniciais com Defensor ou Defensora, quando houver agendamento ou nas ações itinerantes.

▪ Locais para atendimento:

POLOS DE ATENDIMENTO DA DPE-TO	
Município	**Local**
Goianorte	Sala de atendimento instalada na Creche Municipal Edileuza Maria Araújo Silva, Avenida Deusdete Oliveira Rocha, S/N.
Lajeado	Polo instalado na Avenida Justiniano Monteiro, Lote 10, n.º 2114, em frente à Câmara Municipal.
Lagoa da Confusão	Sala de atendimento instalada no Resolve Lagoa, na Rua Firmino Lacerda, em frente ao Banco do Brasil.
Taquaralto (Palmas)	Sala de atendimento instalada no Resolve Palmas Sul, Rua 09, quadra 31.
Luzimangues (Porto Nacional)	Polo instalado na Avenida 04, quadra SQ1-L, Village Morena (próximo à Escola Pingo de Gente).

Fonte: Site DPE-TO e Cerimonial.



Polo de Atendimento em Luzimangues, que também conta com espaço destinado ao projeto do Tribunal de Justiça do Tocantins.

Foto: Marcos Miranda/Comunicação DPE-TO



8 Defensorias do Araguaia: iniciativa inédita no Brasil

O projeto **Defensorias do Araguaia** é uma iniciativa da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) em parceria com as Defensorias Públicas de Goiás (DPE-GO) e Mato Grosso (DPE-MT). Voltado aos povos indígenas do Alto Araguaia (Rio Araguaia), especialmente da etnia *Iny-Karajá*, tem como objetivo garantir o acesso à justiça, fortalecer a cidadania e promover educação em direitos.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Ineditismo: Iniciativa inédita no país, o **Defensorias do Araguaia** é uma estratégia interinstitucional para atendimento jurídico integral e gratuito a povos indígenas, em territórios tocantinenses, mato-grossenses e goianos.

Abrangência: A equipe percorreu quase **2.000 quilômetros** por rodovias, estradas de terra e rios, para garantir atendimentos jurídicos e outros serviços essenciais, todos gratuitos, aos(às) integrantes de **quatro aldeias da região do Alto Araguaia.**

1.069 atendimentos iniciais jurídicos gratuitos e demais serviços ofertados por parceiros.

APROXIMADAMENTE **1.200** pessoas alcançadas diretamente nos atendimentos iniciais.

CERCA DE **4 mil** pessoas indígenas atendidas na atuação coletiva.

ALDEIAS	MUNICÍPIOS	DATA	ATENDIMENTOS
Fontoura	Ilha do Bananal / Lagoa da Confusão - **Tocantins**	17/06/2024	428
São Domingos	Luciara - **Mato Grosso**	19/06/2024	331
Bdeduré	Aruanã - **Goiás**	21/06/2024	310
Buridina			

A iniciativa reforça o compromisso das Defensorias Públicas com a proteção dos direitos fundamentais de populações vulneráveis, apresentando um modelo integrado de atendimento às comunidades indígenas.

Com atendimentos itinerantes, realizados pelas equipes das Defensorias e de instituições parceiras, o projeto proporcionou serviços como orientação jurídica, mediação de conflitos, emissão de documentos civis, bem como ações de educação em direitos.

Para assegurar o diálogo e respeito às práticas linguísticas e culturais, alguns atendimentos contaram com o suporte de tradutores *Karajá (Inyrybe)*, língua falada pelo povo Iny.

Desdobramentos

2.309 pessoas alcançadas por todas as ações e atividades do Projeto no Tocantins.

Após os atendimentos iniciais realizados em junho, a equipe do Núcleo Especializado de Questões Étnicas e Combate ao Racismo (Nucora), responsável pela coordenação do projeto, retornou à Aldeia Fontoura para dar continuidade ao acompanhamento das demandas locais. Além disso, foram promovidas articulações institucionais e realizadas reuniões voltadas à busca de soluções extrajudiciais para os problemas enfrentados pelos(as) indígenas da região. Também foram desenvolvidas iniciativas para a ampliação e a continuidade do projeto, entre outras atividades correlatas.

Equipe

Idealizado pela Defensora Pública Letícia Amorim, coordenadora Nucora, juntamente com o 1º Subdefensor Público-Geral do Estado, Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves, o **projeto envolveu cerca de 120 pessoas**, entre Defensoras(es) Públicas(os), Servidoras(es), além de profissionais de instituições parceiras.

Reconhecimento nacional

O projeto recebeu destaque no XVI Congresso Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos (Conadep), conquistando o **2º lugar no Concurso de Práticas Exitosas**, que contou com 86 inscritos. A premiação foi entregue em novembro de 2024, em São Luís (MA), à defensora Letícia Amorim (TO) e aos defensores Clodoaldo Queiroz (MT) e Tairo Esperança (GO).

A ação do Defensorias do Araguaia, realizada no Tocantins, obteve reconhecimento nacional ao integrar as iniciativas aprovadas no **Selo Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) Educação 2024**, alinhado às metas da **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, promovido pelo Instituto Selo Social. Idealizado por Letícia Amorim, o projeto está vinculado à **pesquisa de Mestrado** da autora, desenvolvida na Universidade Federal do Tocantins (UFT), sob a orientação do professor Paulo Sérgio Gomes Soares.

Atividade extensionista "Atendimento Itinerante" como política pública para garantir o direito ao acesso à justiça às comunidades *Iny-Karajá* da Ilha do Bananal - TO.

Foto: Conadep / Divulgação



Mídia nacional

A atuação estratégica da Assessoria de Comunicação da DPE-TO junto à imprensa estadual e nacional resultou na ampla repercussão do projeto "Defensorias do Araguaia", com destaque para a reportagem exibida no Jornal Hoje (Rede Globo).

Clique para assistir



Instituições parceiras

A execução do projeto contou com o apoio de instituições federais, como a Defensoria Pública da União (DPU), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), por meio do Distrito Sanitário Especial Indígena do Araguaia (DSEI Araguaia) e Receita Federal; além de órgãos estaduais como Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), Secretarias de Estado da Cidadania e Justiça e de Segurança Pública do Tocantins, Centros de Referência e Assistência Social (Cras) de Luciara (MT) e Aruanã (GO); entre outras.

Fonte: Site DPE-TO, Nucora, Escritório de Projetos, Assessoria de Comunicação e UFT.

Defensora Pública Letícia Amorim no Projeto Defensorias do Araguaia.

Foto: Reprodução Jornal Hoje/TV Globo.

9 Criação do Nidac: apoio especializado em processos criminais complexos

O Núcleo de Investigação Defensiva e Atuação Criminal Complexa (Nidac) foi criado em 2024 para auxiliar Defensoras e Defensores Públicos em casos que envolvem suspeitos de participação em organizações criminosas, que demandem grande complexidade técnica e probatória, ou quando a causa expuser o(a) Membro(a) a risco ou perigo.

A atuação do Nidac poderá ser individual ou coletiva, com a possibilidade de colaboração de perícia técnica, estudos, inspeções e outros recursos legais para melhor condução dos casos.

O Núcleo foi criado pela Resolução n.º 255 do Conselho Superior da Defensoria Pública (CSDP), a partir de proposta apresentada pela Defensora Pública-Geral do Estado do Tocantins, Estellamaris Postal, com relatoria do 1º Subdefensor Público-Geral, Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves.

A instalação do Nidac está prevista para 2025, com designação de Defensora ou Defensor responsável, bem como da equipe técnica.



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Fonte: Portal da DPE-TO e 2ª GABSUB.



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

10

DPagra: atuação ampliada para defesa na área ambiental

A DPE-TO ampliou a atuação do antigo Núcleo da Defensoria Pública Agrária, que passou a ser denominado Núcleo da Defensoria Pública Agrária e Ambiental (DPagra). A mudança, oficializada em novembro de 2024 pela Resolução n.º 267 do Conselho Superior, incorporou a especialidade de defesa do direito ambiental.

Com as novas atribuições, o DPagra passa a realizar atendimentos especializados tanto em temas agrários quanto ambientais, zelando pelo direito das populações rurais em situação de vulnerabilidade a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Além de se dedicar à mediação de conflitos agrários, o Núcleo mediará aqueles relacionados às questões socioambientais, promovendo educação ambiental nas comunidades rurais, incentivando a conscientização coletiva em favor da preservação ambiental, especialmente para as populações vulneráveis, entre outros.

Fonte: Site DPE-TO e DPagra.

11

Projeto Viva - "Visita Interdisciplinar e Vínculo Afetivo: Transformando histórias"

Com a execução do Projeto Viva, a DPE-TO reafirma seu compromisso com a transformação de histórias e o fortalecimento da justiça social.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO



O principal objetivo do projeto é **promover a assistência jurídica e psicossocial às custodiadas nas unidades femininas** e estimular a manutenção dos vínculos socioafetivos entre essas mulheres e suas famílias.

Executado pelo Núcleo Especializado de Assistência e Defesa ao Preso (Nadep), em conjunto com a Equipe Multidisciplinar, o projeto conta com o apoio de Estagiárias(os) e da Coordenação de Contratos e Convênios, sob a supervisão do Gabinete do 2º Subdefensor Público-Geral.

Fruto do Convênio n.º 931371/2022, firmado entre a Instituição e o Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública/Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen).

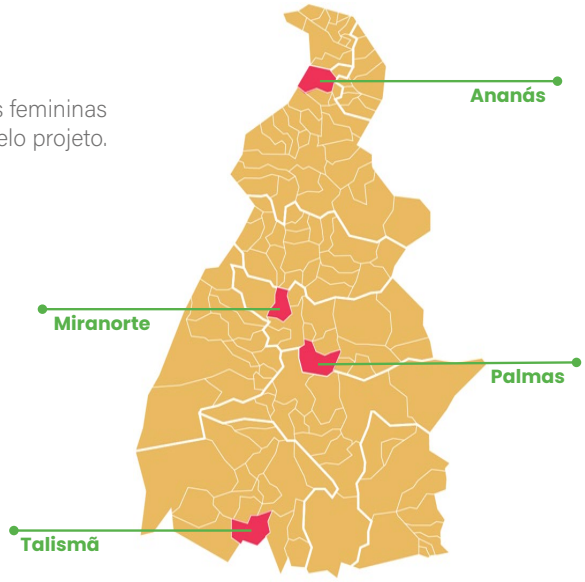
Ao longo do Biênio, foram realizadas visitas interdisciplinares, atendimentos jurídicos e psicossociais especializados, ações de intervenção social, além de vistorias, **nas quatro Unidades Penais Femininas do Tocantins: Ananás, Miranorte, Palmas e Talismã.**

Os resultados incluem a atuação para concessão de prisão domiciliar para assistidas-mães, com base no *Habeas Corpus* (HC) n.º 143.641/SP, além da identificação de prisões ilegais, violações de direitos humanos e situações precárias nas Unidades Penais Femininas.

O Projeto também alcança demandas de ordem assistencial e de saúde, o monitoramento do fluxo de entrada nas unidades, e uma escuta ativa e isenta de constrangimentos.

Por meio da escuta ativa, realizada pela Equipe Multidisciplinar, as custodiadas têm a oportunidade de expor as dificuldades enfrentadas no cárcere.

Unidades penais femininas atendidas pelo projeto.



Além das ações regulares em estabelecimentos femininos, foram realizados **três mutirões de atendimentos em Unidades Masculinas**, localizadas nos municípios de **Augustinópolis, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional**, beneficiando 450 custodiados.

RESULTADOS DO PROJETO VIVA				
Unidade Penal	**Descrição**	**2023**	**2024**	**Total**
Feminina	Atendimentos	247 (116 jurídicos e 131 psicossociais)	76 (38 jurídicos e 38 psicossociais)	323
	Mulheres atendidas	109	38	147
	Visitas interdisciplinares e/ou vistorias	09	06	15
Masculina	Atendimentos	-	450	450
	Homens atendidos	-	450	450
	Mutirões	-	03	03

Além das mulheres custodiadas, integrantes de seus núcleos familiares, como mãe, tias, irmãs e filhos, também receberam atendimentos psicossociais.

Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO



▪ Atuação do Projeto Viva garante prisão domiciliar para mães presas

Durante as visitas, um dos principais focos é a investigação sobre gestantes, lactantes e mães de crianças ou pessoas com deficiência, que possam ter direito à substituição do regime de prisão por domiciliar, conforme o HC n.º 143641/SP, reforçado pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n.º 369/2021.

Em 2023 e 2024, a equipe identificou custodiadas em situações irregulares que atendiam aos requisitos do HC, atuando imediatamente para regularizar a situação jurídica dessas mulheres. Como resultado, obtiveram **pelo menos três decisões favoráveis no Superior Tribunal de Justiça (STJ)**, garantindo a substituição do regime privado para prisão domiciliar.

▪ Ações de intervenção social

Realizadas em 2024 nas Unidades de Palmas e Talismã, as ações tiveram como foco a promoção da autoestima, empatia e dignidade das mulheres custodiadas.

Ação do Dia da Mulher na UPF de Palmas: o objetivo foi promover o bem-estar e fortalecer a autoestima das participantes, com atendimentos estéticos oferecidos por profissionais voluntárias, como cabeleireiras, maquiadoras e trancistas.

Rodas de conversa: realizadas em Palmas e Talismã, com a utilização da dinâmica "O presente dentro da caixa", com objetivo de acolher, ouvir e reforçar a autoestima e dignidade das assistidas.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO









Em 2024, a DPE-TO recebeu consultor do Instituto Innovare para apresentar o Projeto Viva, que foi pré-selecionado para concorrer à 21ª Edição do Prêmio.

▪ Convênio n.º 931371/2022

Os recursos do convênio garantiram a aquisição de três veículos zero km (02 caminhonetes e um SUV), além do aparelhamento do Nadep com a aquisição de mobiliários e equipamentos de informática, e a contratação de Estagiárias(os) para atuarem no Projeto Viva.

Fonte: Nadep, Equipe Multidisciplinar, Diretoria de Administração e Coordenação de Contratos e Convênios.

Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

12

Reintegração e manutenção de posse à Comunidade Quilombola Rio Preto

A DPE-TO obteve uma decisão judicial que garantiu a **reintegração e manutenção da posse do território** à Comunidade Quilombola Rio Preto, localizada no município de Lagoa do Tocantins, distante 111 km de Palmas.

Foto: Marcus Mesquita / Comunicação DPE-TO



Uma atuação conjunta dos Núcleos Especializados e da Defensoria Pública Agrária e Ambiental (DPagra) e de Questões Étnicas e Combate ao Racismo (Nucora), com suporte da Secretaria de Estado dos Povos Originários e Tradicionais (Sepot).

A ação foi motivada em virtude da existência de decisão anterior que havia concedido a reintegração de posse a fazendeiros, o que ameaçava o direito da comunidade sobre suas terras tradicionais e seu vínculo ancestral com o território.

Em 2023, o Poder Judiciário de Novo Acordo revogou a decisão anterior e determinou a reintegração e manutenção de posse em favor da Comunidade Rio Preto. Além disso, declinou de competência para a Justiça Federal, onde o processo tramita atualmente, acompanhado pela Defensoria Pública da União (DPU), que também garantiu a confirmação da decisão de manutenção de posse em favor da comunidade quilombola.

Fonte: Site DPE-TO, DPagra e Nucora.



Foto: Marcus Mesquita / Comunicação DPE-TO

13 Atuação especializada para pessoas em situação de rua

Em 2024, a Gestão Superior direcionou esforços prioritários para ações voltadas à população em situação de rua. Com destaque para o lançamento do projeto **"Defensoria na Rua",** a assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o TJTO e outras instituições para a realização do "**Pop Rua Jud**", além da participação em redes e colegiados voltados a políticas públicas para essa população.

As ações foram executadas de forma integrada pelos Núcleos Aplicados das Minorias e Ações Coletivas (Nuamacs), pelo Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) e pelo pelo Núcleo Especializado de Defesa da Saúde (Nusa), com apoio de profissionais da Equipe Multidisciplinar.

Foto: Rafael Batista / Comunicação DPE-TO



Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

▪ Defensoria na Rua

O projeto busca estabelecer um mecanismo móvel e permanente de atendimento jurídico e psicossocial às pessoas em situação de rua, diretamente nos locais onde se encontram. Além disso, as questões estruturais e coletivas são encaminhadas para os Núcleos Especializados pertinentes para ações futuras.

Em 2024, foram realizadas 15 atividades do projeto "Defensoria na Rua", com atendimentos nos municípios de Palmas, Porto Nacional, Dianópolis, Gurupi e Araguaína, alcançando aproximadamente 80 pessoas.



Foto: Rafael Batista / Comunicação DPE-TO



Foto: Rafael Batista / Comunicação DPE-TO

▪ Projeto Pop Rua Jud

Durante o mutirão ocorrido no Setor Taquari, em Palmas, foram realizados atendimentos jurídicos nas áreas cível, criminal e de saúde, com o apoio de profissionais da Equipe Multidisciplinar da Instituição.

36 atendimentos no total, envolvendo demandas de alimentos, guarda, execução penal, divórcio, registro civil, além de orientações jurídicas.

O mutirão Pop Rua Jud é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), coordenada no Tocantins pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJTO) e desenvolvida em parceria com órgãos do sistema de Justiça e outras instituições.



Assinatura do acordo de cooperação técnica.

Foto: Marcelo de Deus/Divulgação.

Participação em Redes e Fóruns

A Instituição também atuou em redes e comitês voltados à proteção e defesa das pessoas em situação de rua, como: a Rede Interinstitucional e Interdisciplinar de Proteção e Defesa das Pessoas em Situação de Rua (UFT/MDHC) e o Comitê Interinstitucional do Pop Rua Jud Tocantins (TJTO).

Fonte: Site DPE-TO, Nuamac Palmas e NDDH.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO.



14

Mais de 12 mil participantes em ações do “Defensoria Pública nas Escolas”



12.648 pessoas, entre adolescentes, docentes e servidoras(es) da Rede de Ensino do Estado do Tocantins (Estadual e Municipal), foram alcançadas pelas **135 ações** do projeto **“Defensoria Pública nas Escolas”** durante o Biênio.

Com a realização de palestras multitemáticas, o objetivo do Projeto é promover a educação em direitos junto à comunidade escolar, fortalecendo os laços de cidadania e contribuindo com o processo de construção do conhecimento por meio de atividades educativas.

Defensoria na Escola Paulo Freire. Coordenadora da Equipe Multi Dayelly Borges.

Foto: Cinthia Abreu/Comunicação DPE-TO

ANO	AÇÕES	PESSOAS ALCANÇADAS
2023	81	7.444
2024	54	5.204
TOTAL	**135**	**12.648**

As ações do "Defensoria Pública nas Escolas" acontecem em todo o Estado, abrangendo unidades de ensino de nove Diretorias Regionais da DPE-TO. As atividades são coordenadas pela Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) e executadas pela Equipe Multidisciplinar, Defensores(as) e Servidores(as).

As Secretarias Municipais e Estadual de Educação são parceiras do projeto, nesse sentido, todo início de ano é elaborado um calendário das atividades que serão desenvolvidas em conjunto.

Fonte: Esdep e Equipe Multidisciplinar.



Fotos: Marcus Mesquita/Comunicação DPE-TO

15

Livrarte: Arte como Fator de Resiliência (2ª Edição)

Projeto multidisciplinar que utiliza a leitura e a cultura como instrumentos de transformação social para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.



Projeto Livrarte realizado com socioeducandos do Case Palmas.

Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

O **Livrarte – Arte como Fator de Resiliência** é um projeto desenvolvido por meio da Esdep e do Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Nudeca).

Na segunda edição, o projeto concentrou-se em duas vertentes: **"Poesia como forma de livre pensar"** e "**Música como forma de expressão e sentimento",** com o objetivo de promover a leitura e o acesso à cultura para adolescentes

em cumprimento de medidas socioeducativas nos centros de internação de Palmas, Gurupi e Santa Fé do Araguaia. As atividades buscaram incentivar a expressão de sentimentos, ideias e conceitos por meio da arte, de forma que os adolescentes pudessem explorar novas possibilidades de integração social e cidadania.

E-book da 2ª edição do Livrarte: Arte como Fator de Resiliência.



Resultados da 2ª edição do Livrarte

2023

Realização de **11 oficinas** nos Centros de Internação Provisória (Ceip) de Palmas, Gurupi, Araguaína e Santa Fé do Araguaia, além do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) da Capital;

2024

- **21 oficinas** de leitura e música;
- **03 saraus e 03 festivais** de música;
- **Concurso e premiação:** as melhores produções artísticas foram reconhecidas em uma cerimônia realizada no Case de Palmas, onde 20 adolescentes das Unidades de Santa Fé do Araguaia, Gurupi e Palmas foram premiados, destacando o talento e o protagonismo desses jovens;
- **Publicação de *e-book*:** as poesias e composições criadas foram compiladas em um *e-book* disponível para acesso público.

Musicalização e animação de poema

A poesia "Meu Tocantins", de autoria de um jovem de 18 anos que em 2023 era socioeducando em um dos Ceips, foi musicalizada pelo servidor e músico Anderson Cleyton Silva e tornou-se tema da homenagem da DPE-TO aos 36 anos do Estado. Além disso, foi apresentada durante evento comemorativo em alusão ao Dia da Justiça, em dezembro.



Parcerias

O projeto foi realizado em parceria com as Secretarias de Estado da Educação (Seduc) e da Cidadania e Justiça (Seciju). E contou com o apoio do Ministério Público do Trabalho e da Universidade Federal do Norte do Tocantins, representados pela procuradora Cecília Amália Cunha Santos e pela professora Valéria da Silva Medeiros, respectivamente.

Fonte: Esdep, Nudeca, Escritório de Projetos e Site DPE-TO.



Projeto Livrarte realizado com socioeducandos do Ceip Gurupi.

Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

16 Direito de crianças e adolescentes: capacitação de Conselheiras(os)



Alinhada à atribuição de promover os direitos individuais e coletivos de crianças e adolescentes, bem como de colaborar com o alinhamento das políticas públicas voltadas a este público, a DPE-TO promoveu a capacitação de **699 Conselheiras e Conselheiros do Estado do Tocantins.**

Planejada e desenvolvida pela Esdep e pelo Nudeca, a capacitação foi objeto do **Convênio n.º 905001/2020**, celebrado com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Evento de encerramento da capacitação aconteceu em Palmas e reuniu Conselheiras(os) Tutelares de todo o Estado.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

O projeto contou com recursos de emenda federal da então senadora Kátia Abreu.

“Um trabalho tão bonito que vocês, conselheiros tutelares, estão aqui fazendo pelas crianças, nesse momento junto com a Defensoria Pública, dando mais um passo em tornar realidade aquilo que a gente chama de sistema de garantias de direitos. Um sistema que só funciona quando atores diversos se encontram e trabalham juntos. É muito bonito para nós ser parte disso, parte desse momento que a Defensoria se encontra com os Conselhos Tutelares e que promove essa formação para que eles atuem junto com os outros atores do sistema”.

O evento de encerramento contou com a presença de Conselheiras(os) Tutelares de todo o Estado e foi transmitido também virtualmente.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

A capacitação aconteceu entre novembro de 2022 e junho de 2023, na modalidade virtual, organizada em 20 módulos, facilitados por profissionais especializados(as).

A formação continuada está prevista no art. 134, parágrafo único do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990), e na Resolução n.º 170, alterada pela Resolução n.º 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.



Educação em direitos

O curso completo está disponível no Canal da DPE-TO no *YouTube*.

Clique para acessar

As cartilhas informativas entregues para todos os Conselhos Tutelares do Estado também estão disponíveis para *download*.

- Adoção
- *Bullying* Não
- Adolescente e os Atos Infracionais
- Direitos da Criança e do Adolescente
- Direitos da Criança e do Adolescente com Deficiência
- Violência Contra Crianças e Adolescentes

Fonte: Esdep, Nudeca e Coordenação de Contratos e Convênios.



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

17

Relatório de inspeções aos estabelecimentos penais tocantinenses

Foto: Marcus Mesquita/Comunicação DPE-TO



Fruto do **trabalho conjunto entre a DPE-TO e Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT)**, o Relatório apresentou um panorama do sistema prisional do Estado, expondo detalhadamente a situação da Unidade de Tratamento Penal de Cariri (UTPC) e da Unidade Penal Regional de Palmas (UPRP). Além de Recomendações direcionadas aos órgãos e entidades competentes em virtude dos problemas encontrados, entre outros encaminhamentos.

Coordenado pelo defensor público Fabrício Silva Brito e pela perita do MNPCT Ronilda Vieira Lopes, o trabalho contou com o apoio do subprocurador-geral da República e procurador federal dos Direitos do Cidadão, Carlos Alberto Vilhe-

na. Além disso, contou com a colaboração do Nadep, NDDH, Equipe Multidisciplinar, e de diversas Defensoras e Defensores Públicos, bem como Servidoras(es) da Instituição.

▪ Divulgação do Relatório

O Relatório foi apresentado durante a 42ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) em dezembro de 2023; e entregue à Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça (Seciju), à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao gabinete da senadora do Tocantins, Professora Dorinha, às Secretarias Nacionais de Políticas Penais (Senappen) e de Direitos Humanos.

Fonte: Site da DPE-TO.



Clique para acessar

18 Valorização do ambiente e das condições de trabalho

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO



Reafirmando o compromisso com a valorização do ambiente e das condições de trabalho, a Gestão Superior implementou políticas institucionais voltadas à promoção da qualidade de vida e ao fortalecimento das relações interpessoais.

Em 2023, instituiu a **Política Institucional de Preservação da Qualidade do Relacionamento Interpessoal no Trabalho, Prevenção e Tratamento do Assédio, da Discriminação e outras formas de Violência (Codav)**, por meio da Resolução CSDP n.º 245.

No mesmo ano, foi designada a Comissão responsável pela implementação de medidas e ações de prevenção, tratamento, conscientização e acolhimento.

De caráter multidisciplinar, a Codav é formada por integrantes de distintos setores da Instituição, bem como de representantes de entidades classistas, presidida pelo 1º Subdefensor Público-Geral, Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves.

Durante os dois anos de Gestão, a Codav realizou diversas reuniões com objetivo de desenvolver os fluxos e os procedimentos de atendimento, bem como de realizar capacitação dos/das integrantes para atuação no âmbito da Comissão.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da Gestão em manter um ambiente de trabalho saudável, respeitoso e livre de práticas prejudiciais.

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.



1º Subdefensor Público-Geral Pedro Alexandre preside reunião da Codav.
Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

19

Emendas da bancada federal: R$ 8 milhões

As emendas destinadas por parlamentares federais à DPE-TO garantirão a **implantação de mais seis Núcleos Regionais Ecológicos (Econúcleos) no interior do Tocantins**, contribuindo para a modernização, o aperfeiçoamento e a democratização do acesso à justiça, integral e gratuito, à população hipossuficiente do Estado.

Emendas recebidas/indicadas

2023

- Deputado Federal Ricardo Ayres - R$ 1,8 milhão
- Deputado Federal Vicentinho Júnior - R$ 1,2 milhão
- Deputado Federal Lázaro Botelho - R$ 1 milhão
- Senador Eduardo Gomes - R$ 1,8 milhão
- Senadora Professora Dorinha - R$ 400 mil

04 Econúcleos: Convênio n.º 960195/2024 - Ministério da Defesa (Departamento do Programa Calha Norte).

2024

- Deputado Federal Vicentinho Júnior - R$ 1 milhão
- Deputado Federal Lázaro Botelho - R$ 800 mil

02 Econúcleos: emendas indicadas, em tramitação no Congresso Nacional. As unidades serão implantadas no município de Xambioá e no Distrito de Luzimangues (Porto Nacional).

Fonte: Escritório de Projetos.



Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

20

Equilíbrio financeiro

Mesmo diante da aprovação orçamentária anual deficitária e da necessidade de suplementação, a DPE-TO obteve um crescimento orçamentário, resultado das tratativas e do acesso estabelecido pela Gestão Superior junto ao Poder Executivo do Estado para honrar os compromissos institucionais. Nesse sentido, mesmo na atual conjuntura econômica e política, a Defensoria Pública manteve o acesso à justiça, integral e gratuito à população vulnerável do estado do Tocantins.

Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Projetos (Diplan)

21

Arrecadações para reforço ao orçamento

A arrecadação da Central de Cobrança de Honorários atingiu a marca de **2,7 milhões no Biênio**, com destaque para mais de 1,4 milhão arrecadado em 2024, o maior valor já registrado desde sua criação. Já o montante de 2023, de pouco mais de 1,2 milhão, consolidou-se como o segundo maior da história da Central.



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

A Central de Cobrança de Honorários desempenha um papel fundamental na sustentabilidade financeira da Defensoria Pública, contribuindo para a manutenção e expansão dos serviços prestados à população.

Além de reforçar o orçamento institucional, os resultados demonstram a eficiência na gestão financeira, juntamente com o trabalho integrado de Defensoras(es) e Servidoras(es).

A Central de Cobrança de Honorários é coordenada pelo 2º Subdefensor Público-Geral, Danilo Frasseto Michelini, responsável por supervisionar as estratégias de arrecadação e a gestão dos processos administrativos de cobrança de honorários.

Fonte: Central de Honorários.





Fotos: Marcos Miranda/Comunicação DPE-TO e Rafael Batista /Comunicação DPE-TO

22

Nova Sede Administrativa e da Corregedoria Geral

Em 2024, a Instituição deu mais um passo em seu processo de expansão e modernização com a instalação da Nova Sede Administrativa e da Corregedoria Geral.

Localizado na Quadra 702 Sul, Avenida Teotônio Segurado, em Palmas, o prédio conta com 2.000 m² e foi projetado para abrigar os Órgãos de Administração Superior, os Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo e a Corregedoria Geral.

Com espaços modernos e acessíveis, a nova Sede Administrativa proporciona maior conforto tanto para nossas equipes quanto para as(os) visitantes.

Com essa mudança, **a Sede Principal**, situada ao lado do Fórum de Palmas, **passou a ser exclusiva para o atendimento da população**, contando com a presença de Defensoras(es) Públicas(os), Servidoras(es) das equipes de atendimento e dos Núcleos Especializados, além da Equipe Multidisciplinar e da Escola Superior.

Um avanço que reforça o compromisso institucional com a qualidade e eficiência no atendimento às crescentes demandas da sociedade. Além disso, reflete o contínuo esforço em aprimorar as atividades institucionais e garantir um ambiente funcional e acolhedor, tanto para as(os) profissionais da Defensoria quanto para as pessoas que buscam nossos serviços.

Fonte: Diretoria Geral e Diretoria de Administração.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO



23 Reformas e modernização na infraestrutura da Instituição





Reformas e melhorias na Sede de Atendimentos em Palmas

- **Sala do Conselho Superior:** Reparos estruturais, execução de móveis planejados, instalação de equipamentos elétricos e de áudio.

- **Telhado:** Reforma da cobertura da Sede de Atendimentos com fabricação de passarelas de acesso, substituição de telhas, pingadeiras e rufos, reforma da calha e instalação de sistema de ancoragem.

- **Auditório Defensora Pública Sueli Moleiro:** Substituição dos revestimentos dos assentos/encostos/laterais das poltronas e instalação de luminárias.

Foto: Marcelo Les/ Comunicação DPE-TO e Rafael Batista/ Comunicação DPE-TO

- **Estrutura externa e interna***:

  - Reformas nos **estacionamentos** lateral, fundos e subsolo, com demarcação de vagas;
  - Instalação de uma **nova fachada**;
  - Recuperação do **calçamento**;
  - Melhorias e atualizações gerais nas **instalações elétricas;**
  - Melhorias estruturais no **pátio interno;**
  - Adequações e melhorias para acessibilidade no **Auditório;**
  - Instalação de **área de descanso** (Econúcleo);
  - Instalação de **guarita para porteiro**.

* Obra iniciada em outubro de 2024, conclusão prevista para fevereiro de 2025.

- **Outras melhorias e adequações:**

Reforma no 4º andar para otimizar a estrutura das Diretorias dos Tribunais Superiores e da Regional de Palmas;

Instalação de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA).



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO



Foto: Marcos Miranda/Comunicação DPE-TO

Polo de Atendimento de Luzimangues – Porto Nacional

Estruturação do Polo para atender com excelência a população da região. O espaço foi mobiliado, equipado e projetado para garantir conforto a quem procura atendimento na Instituição. Além disso, recebeu materiais de sinalização visual de alta qualidade, incluindo um painel de identificação externo, reforçando a presença da Defensoria Pública no Distrito de Luzimangues.



Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

▪ Ampliação do prédio da Sede de Araguaína*

Início da construção de uma nova estrutura com dez salas destinadas às atividades institucionais, além de espaços específicos para suprir as demandas funcionais e operacionais da Diretoria Regional de Araguaína. Entre os ambientes projetados, destacam-se uma sala de reuniões, almoxarifado, lavabos e banheiros, todos planejados conforme os critérios de acessibilidade.

*Conclusão prevista para março de 2025.

▪ Reforma na sede da Defensoria Pública em Palmeirópolis:

Incluiu uma série de melhorias estruturais e funcionais para garantir um ambiente acessível e adequado tanto para assistidas(os) quanto para Servidoras(es). As intervenções abrangeram adaptações para acessibilidade universal, melhorias nos revestimentos, esquadrias, pintura, além de modernizações nas instalações elétricas e hidrossanitárias. Entre os destaques, estão a construção de banheiro exclusivo para assistidas(os), a criação de um almoxarifado e a implantação de vagas de garagem.

▪ Pintura de sedes no interior:

Manutenção e reforma na pintura das unidades defensoriais de Dianópolis e Paraíso do Tocantins, para revitalizar a fachada e proporcionar melhorias estéticas e funcionais aos prédios, bem como às áreas internas.

▪ Reforma de mobiliário:

Reforma de poltronas fixas, giratórias, longarinas e sofás, para distribuição nas unidades defensoriais do Estado.

▪ Monitoramento e segurança:

Contratação de empresa especializada para instalação de câmeras em todas as unidades da Defensoria Pública.

Fonte: Site DPE-TO, Diretoria de Administração e Coordenação de Manutenção.

24 Fonte de informação consolidada: presença na mídia e redes sociais



A cada ano a DPE-TO se consolida como uma fonte de informação confiável e espontânea, sendo rotineiramente requisitada como fonte de reportagens e entrevistas.

Inserção média espontânea na imprensa*

10 notícias por dia na imprensa

Essa é a média da presença da Defensoria Pública em reportagens, entrevistas e outras divulgações em veículos de comunicação nos anos de 2023 e 2024.

* Considerando a referência de segunda a sábado, quando há produção de jornais locais.

Imagens: TV Anhanguera/Divulgação

Mais de 40 horas na televisão

Em 2023, foram 23 horas e 29 minutos, somadas às 18 horas de 2024, de veiculação de conteúdos que destacam a atuação da Instituição.

Mais de 12 horas no rádio

No primeiro ano da gestão (2023), foram 7 horas e 36 minutos de conteúdos sobre a Defensoria Pública, somadas às 5 horas de entrevistas e notícias sobre a Instituição em 2024.

O espaço ocupado na imprensa é espontâneo, tendo em vista que a **DPE-TO não utiliza recursos públicos para fins de publicidade institucional.**

Se o tempo e o espaço ocupados pela Defensoria Pública na mídia fossem pagos, o custo seria de aproximadamente R$ 31 milhões por ano**.

**A estimativa é mensurada com base nos custos para anúncios de publicidade.

Mais de 6 mil divulgações em mídia espontânea***

2023 **3.461** divulgações

2024 **2.677** divulgações

***Reportagens, notícias, entrevistas e outros conteúdos sobre a DPE-TO abordados nos veículos de comunicação.

Nuvem com os assuntos mais noticiados em 2024.



▪ Bora lá

Veiculado semanalmente no *Instagram* e *TikTok* da DPE-TO, o **conteúdo digital "Bora Lá"** foi lançado em 2024, com foco em conquistar audiência e engajamento. Diferente de conteúdos tradicionais que recapitulam eventos passados, o "Bora Lá" antecipa em 90 segundos os principais temas e assuntos que serão destaques na semana.

108.318 *views* nas redes sociais

Instagram: **99.160**

TikTok: **9.158**

Um alcance orgânico, sem impulsionamento pago.

Fonte: Ascom

Fotos: Comunicação DPE-TO







GESTÃO ADMINISTRATIVA, ESTRATÉGICA E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA



Foto: Freepik

Orçamento e suplementações

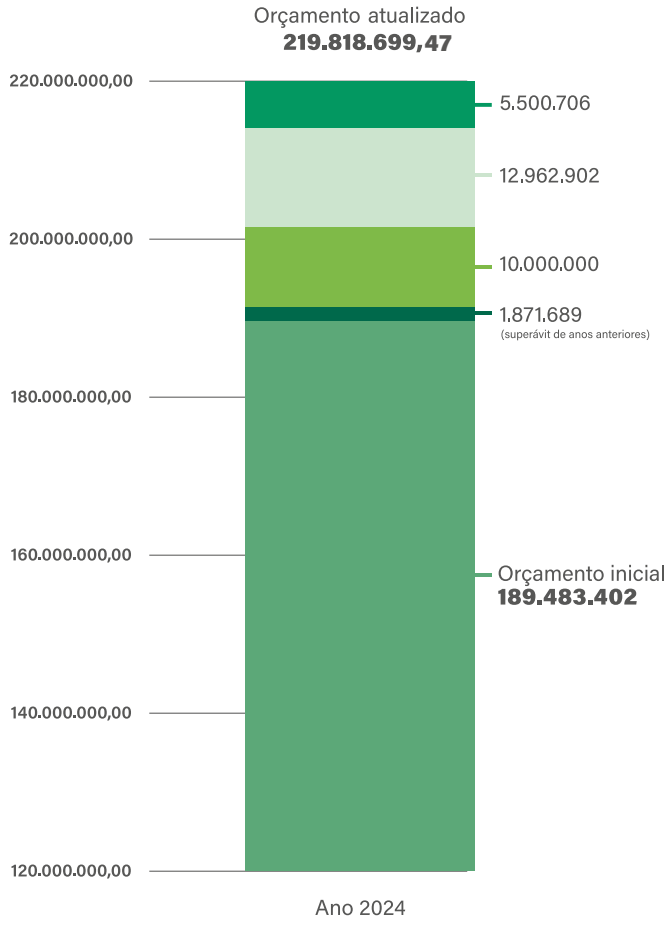
Os orçamentos aprovados para a DPE-TO nas Leis Orçamentárias de 2023 e 2024 (Fonte do Tesouro) foram insuficientes para as despesas essenciais e obrigatórias da Instituição, o que levou à necessidade de suplementações.

O orçamento inicial aprovado na Lei Orçamentária n.º 4.374/2024 para a Defensoria Pública previu um valor de **R$ 189.483.402,00** advindo de fonte do Tesouro Estadual, o que representou um aumento de **4,86%** em relação ao ano anterior, que foi de **R$ 180.701.318,00**, nos termos da Lei Orçamentária n.º 4.078/2022.

No Biênio, a Instituição também pôde contar com um valor inicial de R$ 6.174.067,00 resultante de outras fontes em 2024, e de R$ 8.044.599,00 em 2023. E também com recursos provenientes do Fundo da Defensoria Pública (Fundep): R$ 1.001.476,00 em 2024, e R$ 752.730,00 em 2023.

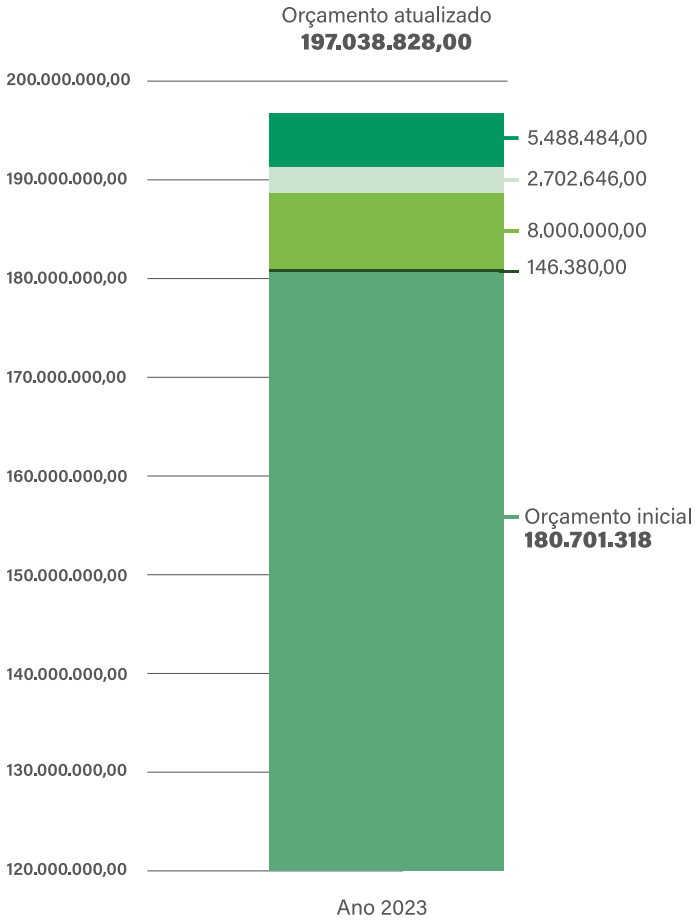
Mediante tratativas e a boa relação institucional estabelecida pela Gestão Superior com o Poder Executivo do Estado, houve **uma implementação de créditos suplementares** da fonte do Tesouro (fonte 500) de R$ 30.335.297,47 em 2024, e de R$ 16.337.510,00 em 2023, conforme demonstrado nos gráficos a seguir.

Orçamento e Suplementações (fonte 500)



Fonte: Diplan

Orçamento e Suplementações (fonte 500)



Fonte: Diplan

O reforço orçamentário foi destinado ao pagamento de despesas obrigatórias de caráter continuado da Defensoria Pública, possibilitando o cumprimento dos compromissos institucionais e a garantia do acesso da população hipossuficiente à justiça, integral e gratuita.

Donizeth Silva, Secretário da Fazenda do Estado do Tocantins e Dr. Pedro Alexandre.

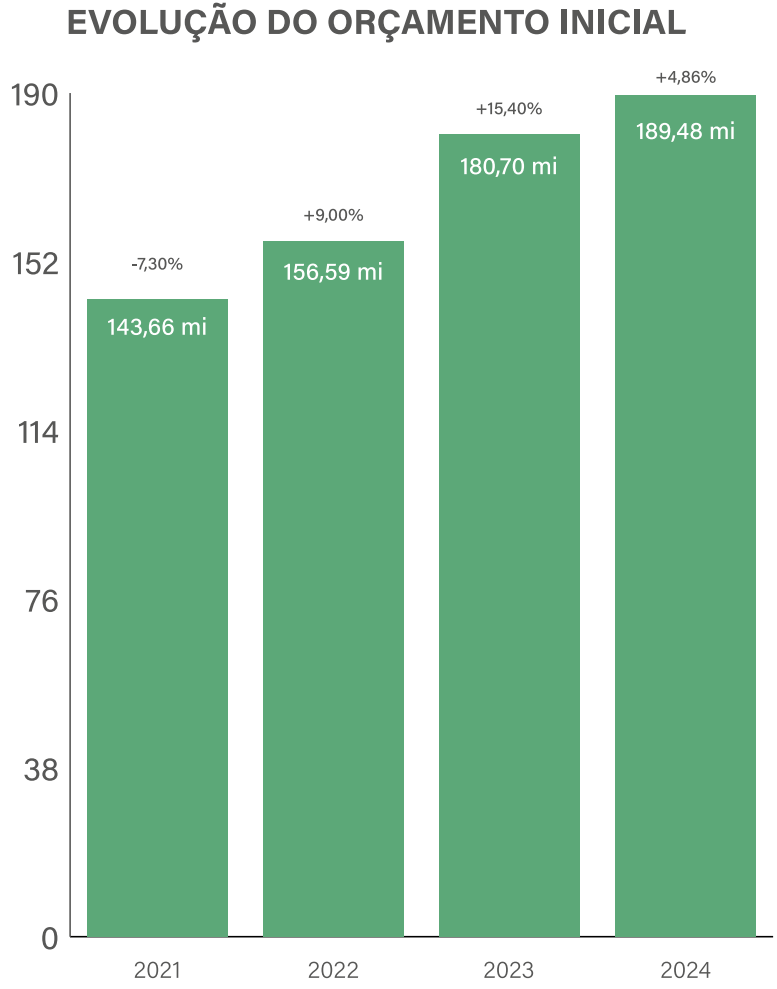
Foto: Marcelo Les/ Comunicação DPE-TO



▪ Evolução do Orçamento Inicial – fonte 500

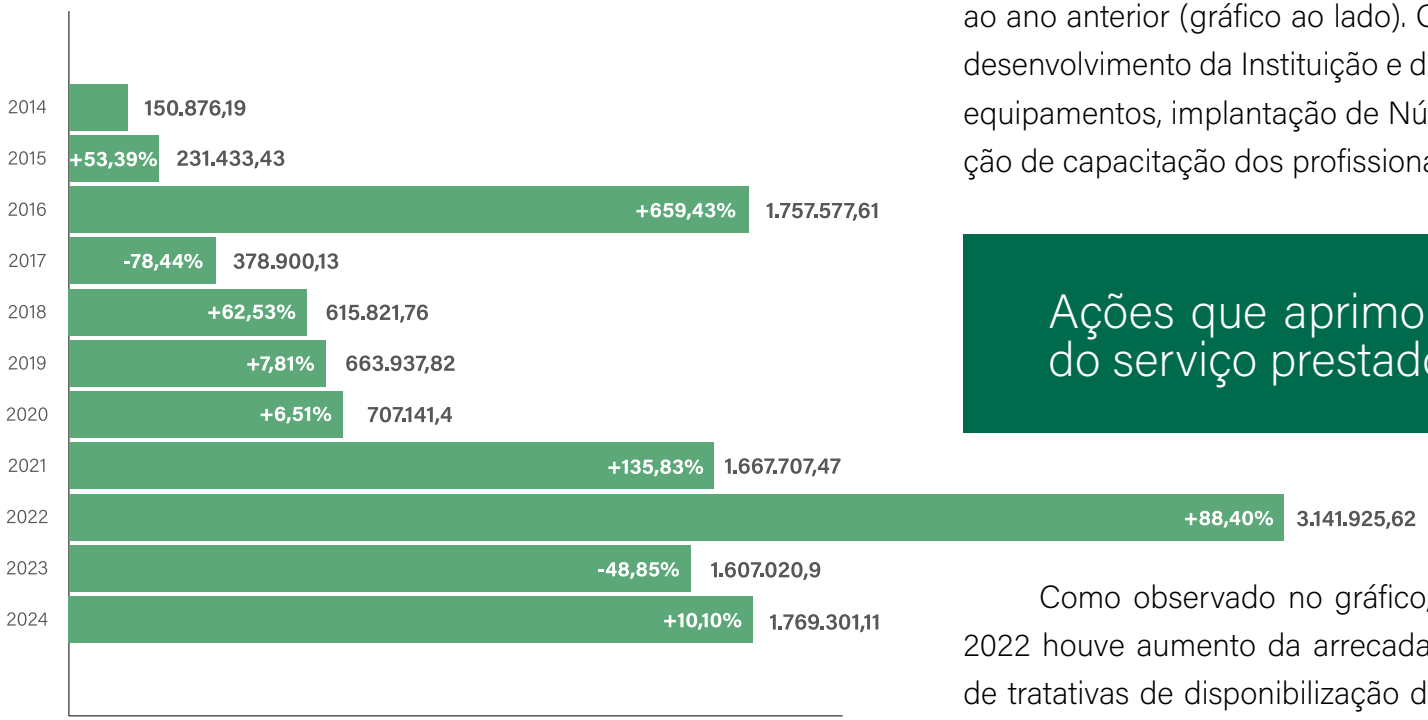
Destaca-se a evolução orçamentária da fonte do Tesouro Estadual que a Defensoria Pública conquistou ao longo dos últimos quatro anos, sob responsabilidade desta Gestão (2021-2024), conforme demonstrado no gráfico ao lado.

Este crescimento possibilitou a ampliação dos serviços que a Defensoria Pública presta cotidianamente à população hipossuficiente do Tocantins e o cumprimento de sua missão constitucional.



Fonte: Diplan

Evolução de arrecadação do Fundep



Fonte: Diretoria de Planejamento, Orçamento e Projetos (Diplan).

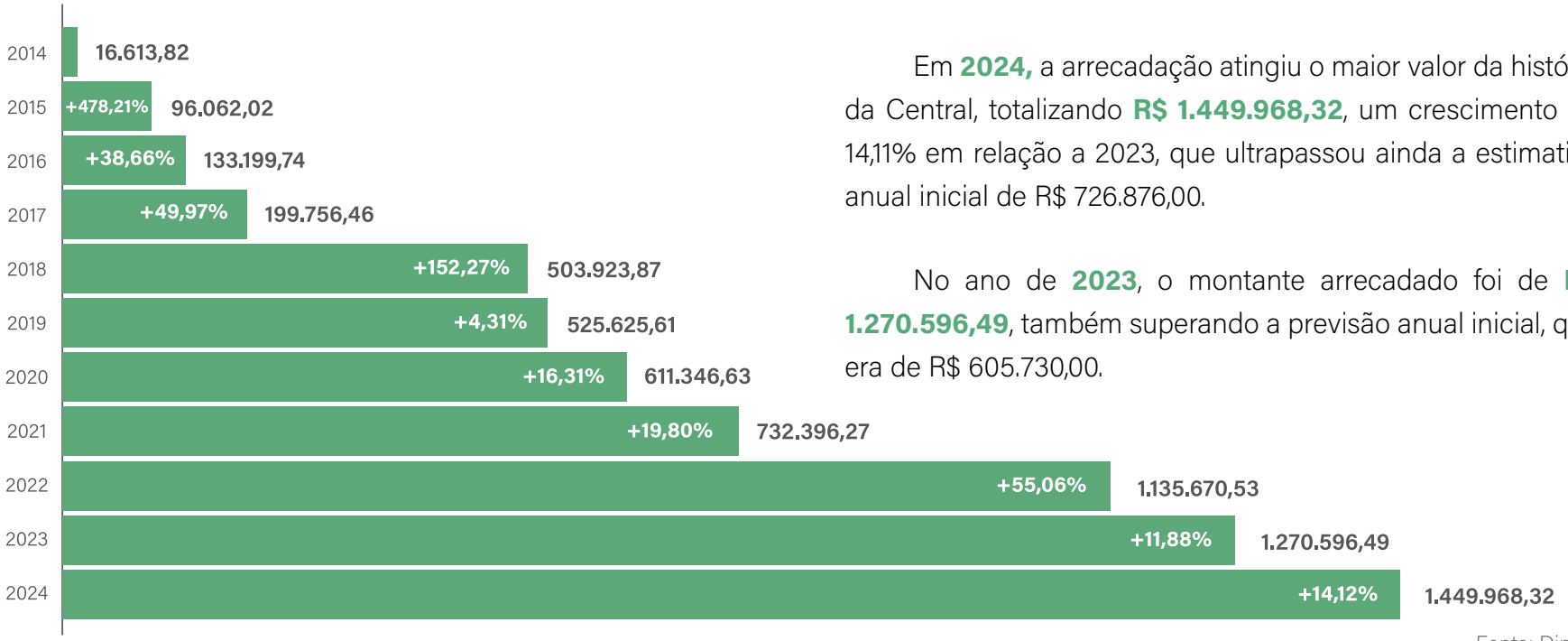
Houve **um aumento de 10,10% na arrecadação** do Fundo da Defensoria Pública (Fundep) em 2024 em relação ao ano anterior (gráfico ao lado). O que possibilitou ampliar o desenvolvimento da Instituição e de ações para a aquisição de equipamentos, implantação de Núcleos Regionais e a promoção de capacitação dos profissionais da DPE-TO.

Ações que aprimoraram a qualidade do serviço prestado à população.

Como observado no gráfico, nos anos de 2016, 2021 e 2022 houve aumento da arrecadação do Fundep decorrente de tratativas de disponibilização da gestão da folha de pagamento, possibilitando assim um aumento diferenciado em relação aos demais anos.

Central de Cobrança de Honorários

Evolução na arrecadação de honorários sucumbenciais



Fonte: Diplan

A Central de Cobrança de Honorários da Defensoria Pública alcançou uma arrecadação total de **R$ 2.720.564,81** durante os dois anos desta gestão.

Em **2024,** a arrecadação atingiu o maior valor da história da Central, totalizando **R$ 1.449.968,32**, um crescimento de 14,11% em relação a 2023, que ultrapassou ainda a estimativa anual inicial de R$ 726.876,00.

No ano de **2023**, o montante arrecadado foi de **R$ 1.270.596,49**, também superando a previsão anual inicial, que era de R$ 605.730,00.

▪ Trabalho de referência

A Central tornou-se referência nacional entre as Defensorias Públicas pelos resultados alcançados e pela integração com o sistema Solar, o que modernizou os procedimentos de cobrança de honorários. Além disso, sua atuação tem promovido a disseminação de conhecimento técnico sobre execuções cíveis, contribuindo para o aprimoramento das práticas adotadas pelas Defensorias Públicas brasileiras.

A Central acompanha, em média, **mais de 5 mil processos por ano,** com possibilidade de execução de honorários sucumbenciais.

2.685 cumprimentos de sentença/liquidações promovidos nos dois anos de Gestão.

Fonte: Central de Honorários

Captação de Recursos



Foto: DPE-TO/Divulgação

A captação de recursos envolve articulações institucionais com parlamentares tocantinenses, bem como a busca por ações em Ministérios que possuam interesses recíprocos com as atividades da Defensoria Pública.

A Instituição conta com um Escritório de Gestão de Projetos e Captação de Recursos (EGP), com uma equipe especializada tanto na captação via emendas parlamentares quanto por meio de editais de chamamento público.

Nesta Gestão, foram captados recursos, via emenda parlamentar, para a implantação de mais seis Econúcleos no interior do Tocantins.

Emendas à LOA 2024

Convênio nº. 960195/2024: firmado com o Ministério da Defesa, por intermédio do Programa Calha Norte.

Objeto: aquisição de equipamentos para implantação de Econúcleos da Defensoria Pública no Estado do Tocantins.

Valor captado: R$6.200.000,00

Status: em execução

Emendas à LOA 2025

Objeto: aquisição de equipamentos para implantação de Econúcleos da Defensoria Pública no Estado do Tocantins.

Valor captado: R$ 1.800.000,00

Status: emendas indicadas, em tramitação no Congresso Nacional.

Fonte: Escritório de Projetos, Coordenação de Contratos e Convênios e TransfereGov.

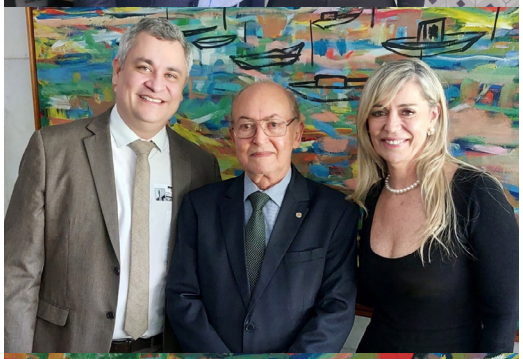
Fotos: Rose Dayanne Santana DPE-TO/ Divulgação



Pedro Alexandre (E) e Estellamaris Postal, o 1º subdefensor e a defensora pública-geral, em articulação com o senador Eduardo Gomes.



A defensora pública-geral Estellamaris Postal se reúne com o deputado federal Carlos Gaguim.



Também parceiro da DPE-TO, o deputado federal Lázaro Botelho em agenda com a gestão superior da instituição.



A gestão superior da Defensoria Pública em visita institucional ao deputado federal Vicentinho Júnior.

Criação da Diretoria Geral

O aperfeiçoamento da área meio reflete diretamente na qualidade dos serviços que a Defensoria Pública entrega diariamente à população tocantinense.

A criação da Diretoria Geral (Diger) aprimorou a gestão administrativa e dos processos internos, promovendo maior integração entre os setores, em consonância com boas práticas de governança e administração pública.

Instituída pela Lei Complementar n.º 155, de 10 de maio de 2024, e regulamentada pelo Ato n.º 240, republicado no DODPE n.º 733, em 17 de junho de 2024, a Diretoria Geral tem como atribuição principal promover, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades executadas pelas unidades do serviço auxiliar de apoio técnico e administrativo da Instituição.

Fonte: Diretoria Geral



Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

Medidas administrativas para a economicidade



Os Econúcleos são equipados com painéis solares.

Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

Economia gerada com o Projeto Econúcleos

Além do baixo impacto ambiental e de modernizar as sedes da Defensoria Pública, o Projeto Econúcleos assegura economia de recursos públicos. As sete unidades em funcionamento já proporcionaram uma **economia mensal de R$ 20.906,64, totalizando R$ 250.879,68 em 2024**, com a redução de custos de aluguel e energia elétrica. A instalação de mais oito unidades previstas no Projeto deve gerar uma **economia adicional de R$ 37.930,69 por mês e R$ 455.168,23 por ano.**

A estimativa é que, com a implementação dos 15 Econúcleos previstos, a economia total será de R$ 58.837,33 mensais e R$ 706.047,91 anuais.

▪ Economia com reforma de mobiliários

A opção pela reforma de poltronas fixas, giratórias, longarinas e sofás ao invés da compra de novas unidades gerou uma **economia de R$ 72.659,00.** Ao todo, 118 itens foram reformados, com um custo total de R$ 42.655,00, enquanto a compra dos itens novos custaria R$ 115.314,00.

Fonte: Diretoria de Administração

Gerenciamento de despesas

Com foco na economicidade e na consecução dos objetivos institucionais, o Departamento de Racionalização monitora as despesas institucionais de maior relevância e elabora relatórios para fomentar uma cultura de racionalização e otimização de gastos.

A parcimônia com o gasto público, frente ao desafio orçamentário, permite a redução de desperdícios e possibilita atender às demandas internas e externas da Instituição.

Fonte: Departamento de Racionalização

Atuação estratégica com Ministérios: execução de convênios



A defensora pública-geral, Estellamaris Postal, e o 1º subdefensor público-geral, Pedro Alexandre, em visita ao ministro da Defesa, José Mucio Monteiro Filho.

Foto: Rose Dayanne Santana DPE-TO/Divulgação

Atuação focada no contato direto com os Ministérios concedentes **para a gestão e execução dos convênios** celebrados entre a Defensoria Pública e o Governo Federal.



Gestão superior entrega o kit institucional da DPE-TO para o Diretor do Programa Calha Norte, José Tarcísio Pacífico Junior.

Fotos: Rose Dayanne Santana DPE-TO/Divulgação





Nestes dois anos, foram aproximadamente **30 visitas técnicas** para tratativas diversas relacionadas à execução dos convênios federais, entre as realizadas na Secretaria de Acesso à Justiça (Saju), Secretaria Nacional de Justiça (Senajus), Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) e Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); no Departamento Calha Norte, vinculado ao Ministério da Defesa (MD); e na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA), órgão vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC).

CONVÊNIOS EM EXECUÇÃO NO BIÊNIO

N.º do Convênio / Ano	Origem do Recurso	Concedente	Objeto	Valor R$ do Convênio*
915487/2021	**Emenda Parlamentar** Deputados Federais: Dulce Miranda, Eli Borges, Osires Damaso, Professora Dorinha, Tiago Dimas, Vicentinho Junior. Senador Eduardo Gomes.	MJSP - Saju	Modernização, aperfeiçoamento e democratização do acesso à justiça e à cidadania por meio da instalação de Núcleos Ecológicos em comarcas da Defensoria Pública do Estado do Tocantins	6.370.992,67
931371/2022	**Edital de Chamamento Público**	MJSP - Senappen	Fortalecer o atendimento jurídico e social, proporcionando melhoria do atendimento jurídico e social de todas as mulheres custodiadas das unidades penais femininas existentes do Tocantins.	1.203.082,61
930479/2022	**Emenda Parlamentar** Senador Eduardo Gomes.	MJSP - Saju	Aperfeiçoamento e democratização do acesso à justiça e à cidadania por meio da Modernização do Parque Tecnológico dos Núcleos Regionais de Gurupi e Araguatins	700.700,00
934262/2022	**Emenda Parlamentar** Deputados Federais: Carlos Gaguim, Célio Moura, Osires Damaso, Tiago Dimas e Vicentinho Junior.	MJSP - Saju	Aperfeiçoamento e democratização do acesso à justiça e à cidadania por meio da Modernização do Parque Tecnológico da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.	2.441.760,54
960195/2024	**Emenda Parlamentar** Deputados Federais: Ricardo Ayres, Lázaro Botelho e Vicentinho Junior. Senadores: Eduardo Gomes e Professora Dorinha.	MD - Calha Norte	Aquisição de equipamentos para implantação de Econúcleos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins em municípios abrangidos pelo Programa Calha Norte.	6.004.162,14
TOTAL				**16.720.697,96**

*O valor total do Convênio inclui a contrapartida da Instituição.

CONVÊNIOS EM FASE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E DE DOAÇÃO NO BIÊNIO					
N.º do Convênio / Ano	**Origem do Recurso**	**Concedente**	**Objeto**	**Valor R$ do Convênio***	**Fase**
56/2008 (processo físico)	**Edital de Chamamento Público**	MJSP	Fortalecer e ampliar a assistência jurídica integral aos presos e familiares do Estado do Tocantins.	319.638,18	Doação de bens concluída (2024)
68/2008 (processo físico)	**Edital de Chamamento Público**	MJSP	Implantação e estruturação dos Núcleos especializados de Atendimento à Mulher – NEDIM, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.	205.259,51	Doação de bens concluída (2024)
812084/2014	**Edital de Chamamento Público**	MJSP	Implantação de 07 salas de atendimentos de mediação nas sedes da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.	511.732,68	Doação de bens concluída (2024)
852553/2017	**Edital de Chamamento Público**	MJSP - SENACON	Realização de atendimentos e consultas de forma itinerante por meio do Núcleo de Defesa do Consumidor no Município de Palmas e seu entorno.	526.570,00	Prestação de Contas enviada (2023)
898553/2020	**Emenda Parlamentar** Deputado federal Osires Damaso	MIR - Ministério da Igualdade Racial	Promover a ampliação do acesso à Justiça aos mais necessitados, incluindo povos e comunidades tradicionais, por meio do projeto Defensoria Itinerante, nos municípios abrangidos pelo Núcleo Regional da Defensoria Pública de Paraíso do Tocantins.	228.800,00	Prestação de Contas enviada (2023)
898557/2020	**Emenda Parlamentar** Deputado federal Célio Moura	MIR	Promover a ampliação do acesso à Justiça aos mais necessitados, incluindo povos e comunidades tradicionais, por meio do projeto Defensoria Itinerante, nos municípios abrangidos pelos Núcleos Regionais de Araguatins, Araguaína e Tocantinópolis.	457.600,00	Prestação de Contas enviada (2023)
898558/2020	**Emenda Parlamentar** Deputado federal Carlos Gaguim	MIR	Promover a ampliação do acesso à Justiça aos mais necessitados, incluindo povos e comunidades tradicionais, por meio do projeto Defensoria Itinerante, nos municípios abrangidos pelo Núcleo Regional de Gurupi.	234.277,67	Prestação de Contas enviada (2023)
898559/2020	**Emenda Parlamentar** Deputada federal Professora Dorinha	MIR	Promover a ampliação do acesso à Justiça aos mais necessitados, incluindo povos e comunidades tradicionais, por meio do projeto Defensoria Itinerante, nos municípios abrangidos pelo Núcleo Regional de Dianópolis.	228.800,00	Prestação de Contas enviada (2023)
898561/2020	**Emenda Parlamentar** Deputado federal Vicentinho Junior	MIR	Promover a ampliação do acesso à Justiça aos mais necessitados, incluindo povos e comunidades tradicionais, por meio do projeto Defensoria Itinerante, nos municípios abrangidos pelo Núcleo Regional de Porto Nacional.	468.555,34	Prestação de Contas enviada (2023)
898563/2020	**Emenda Parlamentar** Deputado federal Eli Borges	MIR	Promover a ampliação do acesso à Justiça aos mais necessitados, incluindo povos e comunidades tradicionais, por meio do projeto Defensoria Itinerante, nos municípios abrangidos pelos Núcleos Regionais de Palmas e Guaraí.	468.555,34	Prestação de Contas enviada (2023)
905001/2020	**Emenda Parlamentar** Senadora Kátia Abreu	MDHC	Capacitação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Tocantins.	305.630,56	Prestação de Contas enviada (2024)
TOTAL				**3.750.159,77**	

*O valor total do Convênio inclui a contrapartida da Instituição.

Fonte: Diretoria de Administração, Coordenação de Contratos e Convênios e TransfereGov.

Compras compartilhadas: economia em escala

Em 2023, a Defensoria Pública assinou juntamente com o Ministério Público do Tocantins e o Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) um Termo de Cooperação para realização de compras compartilhadas entre as instituições, por meio de procedimentos licitatórios em conjunto.

O modelo está previsto na nova Lei de Licitações (Lei n.º 14.133/2021) e um dos seus objetivos é a promoção de economia em escala.



Foto: Marcus Mesquita/Comunicação DPE-TO

Algumas compras compartilhadas realizadas no Biênio:

2023: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, por meio da Ata de Registro de Preços n.º 142/2023, oriunda do Pregão Eletrônico (SRP) n.º 56/2023, gerenciada pelo TJTO.

2024: Aquisição de carimbos automáticos, por meio da Ata de Registro de Preços n.º 72/2024, oriunda do Pregão Eletrônico (SRP) n.º 21/2024, gerenciada pelo TJTO.

A modalidade é indicada para atender necessidades comuns de bens e serviços, que possam ser supridas por meio desse tipo de atuação administrativa conjunta.

Vantagens:

- **Economia em escala**, tornando o processo mais atrativo para fornecedores, já que envolve mais de uma instituição adquirindo o mesmo objeto. Isso fomenta a concorrência e resulta na redução dos custos;

- **Otimização do fluxo de trabalho,** ao centralizar o processo de compra em um único órgão. Isso reduz a utilização de recursos administrativos, além de promover uma gestão pública integrada entre diferentes instituições.

Fonte: Portal da DPE-TO e Diretoria de Administração.

ATUAÇÃO AFIRMATIVA: DEFESA DE POPULAÇÕES QUILOMBOLAS E INDÍGENAS



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Ações, estratégias e atuação conjunta com órgãos estaduais, municipais e federais em defesa dos povos indígenas e quilombolas foram prioridades desta Gestão, tendo em vista, especialmente, a presença marcante dessas populações no estado do Tocantins.

Em 2023, a DPE-TO formalizou uma parceria junto à Rede de Acesso à Justiça para Povos Tradicionais e Originários do Tocantins (Rejusto), reafirmando o compromisso da Instituição com a promoção e a defesa dos direitos dessas comunidades.

Durante o Biênio, essa atuação foi refletida na promoção de atendimento jurídico integral e gratuito às comunidades tradicionais e originárias; na atuação judicial e extrajudicial para garantir direitos fundamentais a essas populações; no enfrentamento ao racismo; na realização e/ou colaboração em ações itinerantes em territórios quilombolas e indígenas; na participação em debates e articulação para incidência em políticas públicas; no envolvimento em projetos direcionados às comunidades e aldeias.

Atuação afirmativa: a cada ano a DPE-TO consolida e amplia sua atuação em defesa de povos indígenas e comunidades quilombolas.

Mais de 2.300 atendimentos*

específicos a pessoas indígenas nesses dois anos (2023-2024).

*Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Tocantins - Setor de Estatística.



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Atuação especializada

Além das Defensoras e Defensores Públicos que atuam diretamente nas unidades do Estado, a Instituição conta com Núcleos Especializados, que reforçam a atuação da DPE-TO na defesa dos direitos fundamentais, especialmente das populações socialmente vulneráveis.

Os Núcleos Especializados de Questões Étnicas e Combate ao Racismo (Nucora) e da Defensoria Pública Agrária e Ambiental (DPagra) e os Núcleos Aplicados das Minorias e Ações Coletivas (Nuamac) têm atuação direta nas demandas de populações quilombolas e indígenas.



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Considerando a complexidade da defesa e promoção dos Direitos Humanos, bem como a interseccionalidade presente nessa atuação, além do Nucora e DPagra, as ações e estratégias para o atendimento das populações quilombolas e indígenas envolvem o trabalho conjunto com os demais Núcleos Especializados, conforme a demanda específica de cada grupo.

Acesso à justiça: atendimentos itinerantes



Os atendimentos itinerantes levam o acesso à justiça aos lugares de difícil acesso no Estado.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Durante o Biênio, a DPE-TO realizou diversas ações itinerantes em comunidades quilombolas e aldeias indígenas, além de participar de iniciativas promovidas por instituições parceiras.

Foram realizados atendimentos itinerantes em Comunidades Quilombolas como Mumbuca, Prata e Boa Esperança (Região do Jalapão), Lajeado (Dianópolis), Laginha e São Joaquim (Porto Alegre do Tocantins), Baião e Poço D'Antas (Almas), Kalunga do Mimoso (Arraias), Claro, Ouro Fino e Prata (Paranã), Dona Jucelina (Muricilândia), Grotão (Filadélfia), Ilha de São Vicente (Araguatins), entre outras.

As populações indígenas também foram contempladas, a exemplo dos atendimentos realizados nas Aldeias Lankrarê e Boto Velho (Lagoa da Confusão), Manoel Alves e Pedra Branca (Goiatins), Macaúba e Fontoura (Ilha do Bananal), Canoanã (Formoso do Araguaia), Kurerê (Santa Fé do Araguaia), São José e Mariazinha (Tocantinópolis), entre outras.

Direito à terra e ao meio ambiente

Atuação judicial e extrajudicial voltada à proteção de territórios tradicionais, quilombolas e indígenas, além do trabalho para a mitigação de impactos ambientais.

A DPE-TO articulou medidas junto a órgãos como MPF, DPU e o Incra para mediar conflitos agrários e defender o direito à terra e ao meio ambiente. Além disso, participou de espaços de debate e de formulação de políticas, como audiências públicas, reuniões com movimentos sociais, entre outras estratégias de atuação.

Destaques:

- Decisão judicial que garantiu a reintegração e a manutenção da posse do território à Comunidade Quilombola Rio Preto, em Lagoa do Tocantins;
- Ajuizamento de Ação Civil Pública para a suspensão e regularização das licenças ambientais relacionadas à instalação de uma mineradora em Almas, devido aos potenciais impactos ambientais que poderiam afetar comunidades quilombolas do Sudeste do Tocantins.



Problemas fundiários e ambientais foram tema de audiência pública realizada pela DPE-TO, MPF e MPTO.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Direito à educação

Atuação para assegurar a proteção do direito à educação, com ações voltadas à melhoria das condições educacionais em comunidades quilombolas e indígenas.



Foto: Nuamac Dianópolis/Divulgação

Essa atuação incluiu a realização de vistorias em escolas rurais e a participação em debates para a construção e o aprimoramento de políticas públicas voltadas à educação indígena e quilombola.

Destaques:

- Atuação extrajudicial para a instalação de uma escola na Aldeia *Ãwa-Canoeiro*, na Ilha do Bananal;
- Realização de vistorias em escolas da Comunidade *Kalunga*, em Arraias e Paranã;
- Participação em debate com indígenas da etnia *Xerente*, na Aldeia Paraíso, em Tocantínia, sobre alimentação escolar com produtos da comunidade.

Acesso a serviços essenciais e políticas públicas

- Reunião com a Secretaria Estadual dos Povos Originários e Tradicionais (Sepot) para tratar sobre a isenção de taxas de registros civis de povos indígenas;
- Articulação com o Distrito Sanitário Especial Indígena do Araguaia para ampliar e qualificar o acesso à saúde para as comunidades do Estado;
- Tratativas com a Energisa para o fornecimento de energia elétrica a comunidades quilombolas, tradicionais, assentamentos rurais e territórios indígenas no Estado.



Pedro Alexandre, e a titular da Sepot, Narubia Werreriá Karajá

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO



Foto: Freepik.

Cotas raciais

- Recomendações para a criação de banca de heteroidentificação racial no concurso da Guarda Metropolitana de Palmas e para inserção de cotas raciais no certame para docentes efetivos da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins);

- Recomendação para a implementação de cotas raciais no concurso da Guarda Municipal de Porto Nacional.

Combate ao racismo e promoção da igualdade racial



Foram desenvolvidas iniciativas voltadas à promoção da igualdade racial e ao enfrentamento do racismo. Entre elas, destaca-se o "Seminário Luiza Bairros," que proporcionou debates e reflexões sobre políticas públicas de igualdade racial em áreas como educação, saúde e comunidades quilombolas.

No marco do Dia da Consciência Negra, celebrado pela primeira vez como feriado nacional (Lei n.º 14.759/2023) em 2024, a DPE-TO reforçou a importância do combate ao racismo institucional e da adoção de posturas antirracistas.

Além disso, a Instituição participou e apoiou eventos culturais que valorizam as tradições quilombolas, como a Festa da Colheita do Capim Dourado, realizada no município de Mateiros.

Clique aqui para assistir ao vídeo alusivo ao Dia da Consciência Negra, produzido pela DPE-TO.

Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

Fonte: Site DPE-TO e Núcleos Especializados

GESTÃO E ATUAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO



Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

Uma gestão inclusiva e com acessibilidade requer um conjunto de práticas, estratégias e políticas para viabilizar a plena participação de pessoas com deficiência ou restrições diversas em todos os aspectos da vida social. Nesse sentido, a Gestão Superior trabalhou para identificar, planejar e implementar medidas que removam barreiras e obstáculos, com o objetivo de garantir um atendimento mais humanizado às pessoas com deficiência que procuram a Instituição. E também para possibilitar condições laborais adequadas para Defensoras(es), Servidoras(es), Estagiárias(os) com deficiência ou com problemas graves de saúde.

A Política de Proteção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e as Condições Especiais de Trabalho está regulamentada na DPE-TO desde 2021, por meio da Resolução n.º 217 do Conselho Superior da Defensoria Pública (CSDP).

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (Cpai)

De caráter multidisciplinar, a Cpai é formada por integrantes de distintos setores da Instituição, bem como de representantes de entidades classistas, sendo presidida pelo 1º Subdefensor Público-Geral Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves.

Nesta Gestão, a Comissão realizou atividades de fiscalização, planejamento e desenvolvimento de práticas voltadas à política de inclusão e acessibilidade da Instituição.





Integrantes da Cpai em reunião.
Fotos: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

Instituída pela Resolução-CSDP n.º 221/2021, a Cpai é responsável por fiscalizar, planejar, elaborar e acompanhar os projetos arquitetônicos de acessibilidade e inclusão, e pedagógicos de treinamento e capacitação para Defensoras(es) e Servidoras(es) para atender pessoas com deficiência.

Foram realizadas diversas reuniões nas quais as e os integrantes da Cpai receberam sugestões de profissionais da Instituição e também de pessoas assistidas, definiram estratégias de atuação e planejaram ações em parceria com a Esdep.

Algumas medidas e ações nos dois anos de Gestão:

- Melhorias estruturais nos prédios da Instituição;
- Ações pedagógicas, capacitações e formação continuada;
- Pesquisa com profissionais que se declararam como pessoa com deficiência;
- Aquisições de cadeiras de rodas;
- Série de reportagens especiais sobre acessibilidade e inclusão com profissionais da Instituição e com pessoas assistidas;
- Realização do "Defensoria na Comunidade: pela inclusão".

As reuniões da Cpai acontecem em formato híbrido para possibilitar participação de Membros(as), Servidores(as) e Estagiários(as) que atuem em todo Estado.

Acessibilidade e inclusão nos prédios da Instituição



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Econúcleos

Os Econúcleos substituem prédios alugados, que nos municípios do interior do Estado costumam ser imóveis do tipo residencial (casa), o que dificulta as adaptações necessárias. Por isso, o projeto arquitetônico do Núcleo Ecológico foi pensado para contemplar a acessibilidade e a inclusão para todos os públicos.

Reformas com foco na acessibilidade

Uma das prioridades da Gestão Superior foi o mapeamento e adequações nos prédios que abrigam as unidades defensoriais quanto aos requisitos de acessibilidade. Nesse sentido, realizou algumas reformas para minimizar barreiras e obstáculos e garantir um atendimento mais humanizado.

Algumas melhorias realizadas:

- Reformas de adequação e acessibilidade no Auditório Defensora Pública Sueli Moleiro;
- Instalação de rampa e corrimão na entrada do prédio da Sede de Atendimentos;
- Instalação de piso e mapa tátil;
- Identificações em braile nas portas das salas da Esdep;
- Reforma da sede de Palmeirópolis, com adequações para a acessibilidade.

As adaptações seguiram uma ordem de prioridade, iniciando pelos prédios próprios e, posteriormente, os imóveis alugados.

Aquisição de cadeiras de rodas

A DPE-TO adquiriu 10 cadeiras de rodas para atender pessoas assistidas com deficiência física ou mobilidade reduzida nos prédios-sede, inicialmente, das Diretorias Regionais de Palmas, Araguaína e Gurupi com atendimento ao público. O objetivo é auxiliar na mobilidade e proporcionar condições adequadas e seguras na realização dos atendimentos oferecidos por esta Instituição.



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO





Formação continuada

A formação continuada com a capacitação dos e das profissionais que atuam na Instituição foi fundamental para avançar na implementação de uma política de inclusão e acessibilidade. Em parceria com a Esdep, foram promovidas ações voltadas para o atendimento com excelência da pessoa assistida com deficiência.

▪ Curso Básico e Intermediário de Libras

Com a realização de Cursos de Língua Brasileira de Sinais, a DPE-TO ampliou a estrutura profissional para fornecer apoio especializado e facilitar o atendimento e a comunicação em Libras.

Uma parceria de sucesso entre Cpai e a Esdep, com foco na melhoria do atendimento às pessoas assistidas com deficiência auditiva.

Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

2023

Curso Básico - 60h presenciais e 4h remotas

31 profissionais capacitados(as), entre Defensoras(es) e Servidoras(es) dos Núcleos Regionais de Araguaína, Araguatins, Dianópolis, Colinas, Guaraí, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional.

2024

Curso Intermediário - 40h presenciais

Em continuidade à formação iniciada em 2023, foram capacitados(as) 16 profissionais dos Núcleos Regionais de Araguaína, Araguatins, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Palmas e Paraíso do Tocantins, além de dois servidores do Centro de Ensino Superior de Palmas (Cesup) e da Agência de Tecnologia da Informação (ATI), instituições parceiras da atividade.

A formação continuada amplia este tipo atendimento na Instituição, que já conta com profissional fluente em Libras.

▪ Cursos com módulos focados na acessibilidade e inclusão

Curso de Excelência no Atendimento ao Público: realizado em 2024, com a participação de 138 profissionais de todo o Estado, contou com módulo focado na humanização e excelência no atendimento a pessoas com deficiência.

Capacitação Virtual para Estagiárias e Estagiários da DPE-TO: realizado em 2024, com a participação de 287 estudantes, também incluiu módulo relacionado à excelência no atendimento a pessoas com deficiência.

Atuação em defesa dos direitos das pessoas com deficiência



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Oferta de sessões legendadas em Araguaína

A partir da atuação judicial da DPE-TO, a Justiça determinou que um cinema do município passasse a oferecer sessões com filmes legendados. A decisão resulta de uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Nuamac de Araguaína em 2024, com o objetivo de garantir acessibilidade à cultura e ao lazer para pessoas com deficiência auditiva.

Assistência em saúde à criança com microcefalia e paralisia cerebral em Paraíso do Tocantins

A atuação teve como objetivo assegurar o acesso a procedimento cirúrgico, além do fornecimento de cadeira de rodas especial e órteses, visando minimizar os impactos das múltiplas deficiências e melhorar a qualidade de vida da criança. A Ação obteve decisão favorável da Vara de Família, Sucessões e Infância e Juventude da Comarca de Paraíso do Tocantins.

▪ Acesso à educação para aluna com deficiência em Pedro Afonso

A Justiça atendeu ao pedido da DPE-TO e determinou que a Prefeitura de Pedro Afonso tomasse as providências necessárias para garantir acesso à educação para uma adolescente com deficiência. O que incluía a disponibilização de acompanhante escolar, entre outras medidas para adaptar o processo de aprendizado conforme as necessidades específicas da estudante.



A voz das pessoas assistidas

Participação de Mônica Ferreira da Costa, mãe de uma assistida com deficiência visual, na reunião Cpai.

Na oportunidade, Mônica compartilhou com integrantes da Comissão os desafios cotidianos de uma pessoa com deficiência e as dificuldades que enfrenta para que a filha tenha tratamento adequado, além do que pode ser feito para melhorar a acessibilidade na Sede de Atendimentos em Palmas.

Ouvir os relatos e acolher as demandas das pessoas que usam nossos serviços é uma bússola para a DPE-TO.

Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

Série especial: história de pessoas assistidas

A série especial de reportagens abordou histórias reais de pessoas assistidas, destacando o papel da Defensoria Pública na garantia de direitos fundamentais e na promoção da inclusão e acessibilidade.

Veiculada em 2024, a série é uma produção da Assessoria de Comunicação em parceria com a Cpai, em alusão ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência (21 de setembro).

Reportagens da Série:



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

- Na busca pelos direitos da filha, **Thaise Feitosa** afirma que tem a DPE-TO como sua segunda casa. **Acesse.**
- **Francisca Janaína** e o apoio da Defensoria Pública na concretização do sonho da educação inclusiva para a filha. **Acesse.**
- **Mônica Costa** destaca o empenho da Instituição na defesa dos direitos da filha Carol. **Acesse.**
- **Reportagem especial** retrata a atuação da Defensoria para garantir uma vida mais digna a uma criança com paralisia cerebral. **Acesse.**

Cada história reafirma o compromisso da DPE-TO com a luta pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência.

Gente que faz a DPE ir além: acessibilidade e inclusão

Em 2023, a série especial "Gente que faz a DPE ir além" foi focada no protagonismo das pessoas com deficiência, que estão no espectro autista ou têm doenças crônicas, que trabalham na Instituição. As reportagens, no estilo "Perfil", foram produzidas pela Assessoria de Comunicação a partir do levantamento realizado pela Cpai.



Compartilhar relatos e vivências é um estímulo à conscientização e ao conhecimento sobre o tema.

Protagonistas:

- Analista jurídico **Sérgio Fonseca** alerta para a falta de informação das pessoas. **Acesse.**
- "Um mundo melhor começa com o respeito", diz servidor de Araguaína, **Gelcy Nascimento**. **Acesse.**
- Analista jurídico na DPE em Formoso do Araguaia, **Idelvan Silva** conta que precisou reaprender a viver. **Acesse.**
- **Antônia Barbosa**: "se olhar além da deficiência, verás que há um leque de oportunidade a sua espera". **Acesse.**



Defensoria Pública nas Escolas: conscientização para a acessibilidade

O projeto "Defensoria Pública nas Escolas" também abordou temáticas voltadas à promoção e conscientização dos direitos das pessoas com deficiência.

Um exemplo foi a edição realizada em novembro de 2024, no Colégio Estadual Girassol de Tempo Integral Rachel de Queiroz, localizado na região sul de Palmas. A ação contemplou aproximadamente 30 pessoas, entre estudantes dos 8º e 9º períodos e docentes da unidade de ensino.

Projeto Defensoria nas Escolas no Colégio Raquel de Queiroz

Fotos: Marcus Mesquita/Comunicação DPE-TO

Defensoria na Comunidade: pela inclusão

Realização do "Defensoria na Comunidade: pela inclusão" na Associação de Pais e Amigos do Excepcional (Apae) em Palmas, em parceria com a Adepto e a DPU, em outubro de 2023.

Além do atendimento e orientações jurídicas, alunas(os) e familiares da Apae também participaram de brincadeiras e dinâmicas.

A edição especial do projeto foi resultado dos debates no âmbito da Cpai, e fruto de uma articulação conjunta do Nuamac Palmas, Nudeca e Nusa, com a colaboração de servidoras(es) da Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça e da Apae.





Atendimento "Defensoria na Comunidade: pela inclusão" na Apae.

Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Políticas públicas e promoção de debates

Participação em debates em prol de uma sociedade mais inclusiva.

2023



Equipe da DPE-TO durante palestra sobre acessibilidade como paradigma de inclusão em escola de Gurupi



Presença em sessão solene alusiva ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência na Assembleia Legislativa



Defensoria Pública presidiu audiência pública sobre os direitos das pessoas com deficiência em Araguaína



Participação em debate sobre a implementação da educação bilíngue de pessoas surdas em Palmas



Participação de Defensor Público em mesa sobre acesso às políticas públicas e apoio às famílias PCDs na UFT

2024



Presença em Seminário em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência



Nusa e Secretaria Estadual de Saúde discutem melhorias no atendimento a pessoas com deficiência



Participação da Defensoria na abertura da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, realizadas pela Apae.

Fonte: Site DPE-TO, Cpai, Diretoria de Gestão de Pessoas, Diretoria de Administração, Esdep e Ascom.

Clique no ícone para acessar o conteúdo externo.

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA: ÓRGÃO DEMOCRÁTICO



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Durante o Biênio, o Conselho Superior da Defensoria Pública (CSDP) analisou e julgou matérias de grande relevância para a Instituição. Esta atuação fortaleceu a essência do Colegiado como um órgão democrático, possibilitando o aprimoramento das normativas já estabelecidas e a implementação de novas políticas institucionais.

Reunião do Conselho Superior.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Propostas de resolução em destaque para:

- Emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional;
- Criação da política institucional de preservação da qualidade do relacionamento interpessoal no trabalho, prevenção e enfrentamento do assédio, da discriminação e de outras formas de violência;
- Instituição da Taxonomia de Direitos Humanos da DPE-TO;
- Criação do Regimento da Audiência Pública no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Tocantins;
- Regulamentação do horário de atendimento ao público e de expediente no âmbito da Instituição.

Conselho Superior em números (2023 e 2024)

- 32 Sessões realizadas, entre Ordinárias e Extraordinárias;
- 53 novas matérias autuadas, entre propostas de resolução, consultas, requerimentos, pedidos de providências e concursos de promoção;
- 35 Resoluções, 17 ementas e 06 Portarias publicadas;
- 10 editais referentes a concursos de promoção de Defensoras e Defensores e de eleições no âmbito da Instituição;
- Realização de eleição para Defensoria Pública Geral (Biênio 2025/2027), Corregedoria Geral (Biênio 2023/2025) e 03 eleições para Conselheiro(a) do CSDP (Biênio 2023/2025).

Composição

Cadeira 1
(25/01/2023 - 24/01/2025):
Presidenta: Estellamaris Postal

Cadeira 2
(25/01/2023 - 24/01/2025):
Vice-Presidente:
Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves

Cadeira 3
(08/03/2023 - 07/03/2025):
Corregedora-Geral: Arassônia Maria Figueiras

Cadeira 4
(05/07/2023 - 04/07/2025):
Conselheiro Titular: Marlon Costa Luz Amorim
Conselheira Suplente: Isakyana Ribeiro de Brito Sousa

(06/07/2021 - 05/07/2023):
Conselheira Titular: Denize Souza Leite
Conselheiro Suplente: Daniel Felício Ferreira
Conselheiro Suplente: Neuton Jardim dos Santos

Cadeira 5
(06/12/2023 - 05/12/2025):
Conselheiro Titular: Leonardo Oliveira Coelho
Conselheiro Suplente: Hildebrando Carneiro de Brito

(06/12/2021 - 05/12/2023):
Conselheiro Titular: Rubismark Saraiva Martins
Conselheiro Suplente: Arthur Luiz Pádua Marques
Conselheira Suplente: Maria do Carmo Cota

Cadeira 6
(06/12/2023 a 05/12/2025):
Conselheiro Titular: Guilherme Vilela Ivo Dias
Conselheiro Suplente: Hildebrando Carneiro de Brito

(06/12/2021 - 05/12/2023):
Conselheiro Titular: Maciel Araújo Silva
Conselheiro Suplente: Arthur Luiz Pádua Marques
Conselheira Suplente: Maria do Carmo Cota

Cadeira 7
(05/07/2023 - 04/07/2025):
Conselheiro Titular: Daniel Felício Ferreira
Conselheira Suplente: Isakyana Ribeiro de Brito Sousa

(06/07/2021 - 05/07/2023):
Conselheiro Titular: Marlon Costa Luz Amorim
Conselheiro Suplente: Daniel Felício Ferreira
Conselheiro Suplente: Neuton Jardim dos Santos

Cadeira 8
(04/07/2022 - 03/07/2024)
Conselheira Titular: Larissa Pultrini Pereira de Oliveira Braga
Conselheiro Suplente: Pablo Mendonça Chaer
Conselheiro Suplente: Adir Pereira Sobrinho

(04/07/2020 - 03/07/2024)
Conselheiro Titular: Pablo Mendonça Chaer
Conselheira Suplente: Carolina Silva Ungarelli

Equipe:
Secretária Executiva: Kaline Soraia Alves Maia Fortaleza
Assessora Jurídica: Francianne Moreira de Carvalho Parente

ATUAÇÃO ESPECIALIZADA, COLETIVA E MULTIDISCIPLINAR*



Atuação focada em grupos específicos (atendimento especializado) e na defesa de interesses coletivos e transindividuais (ações coletivas).

A Defensoria Pública do Tocantins conta com Núcleos Especializados que desempenham um papel central na defesa dos direitos fundamentais, especialmente das populações socialmente vulneráveis, como mulheres, crianças e adolescentes, quilombolas, indígenas, LGBTQIA+, pessoas presas, entre outras.

20.435 atividades realizadas pelos Núcleos Especializados no Biênio (2023/2024), um crescimento de **17,7%** em relação ao anterior (2021/2022).

* Fontes: As informações apresentadas nos tópicos deste capítulo foram obtidas junto à Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Tocantins - Setor de Estatística, Núcleos Especializados, Equipe Multidisciplinar, Escritório de Projetos e Site da DPE-TO.

Atendimento do Projeto "Seu Nome TransForma".

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

DPagra

NÚCLEO DA DEFENSORIA PÚBLICA AGRÁRIA E AMBIENTAL



1.822 atividades realizadas em 2023 e 2024.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

TOP 3 2023

1 Atuação judicial e decisões favoráveis

Atendendo ao pedido da DPE-TO, em Ação Civil Pública proposta pelo DPagra, a Justiça determinou que o Estado e Município de Mateiros construíssem uma via de acesso para a Comunidade Quilombola Boa Esperança. A sentença foi cumprida integralmente, com a construção de uma ponte no local. Já no âmbito dos Tribunais Superiores, decisão liminar do STF suspendeu a reintegração de posse na área da Fazenda Boa Esperança (Babaçulândia), e manteve 86 famílias assentadas que compõem a Comunidade São Domingo. Uma atuação conjunta do DPagra, Nuamac Araguaína e da 1ª Defensoria Pública Especial - Tribunais Superiores.

2 Diálogo e reuniões importantes

Estabeleceu diálogos importantes ao longo de 2023, com destaque para as reuniões realizadas com: a Concessionária Energisa e o Nucora para discutir o Programa Nacional de Universalização do Acesso à Energia; a SPU e o Incra, para tratar da regulamentação fundiária do território da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, de Araguatins; entre outras.

3 Atendimento *in loco* a comunidades rurais e quilombolas

Atendimentos realizados nas Comunidades Tradicionais Pé do Morro (Miranorte), Mirante e Rancharia (Campos Lindos); nas Comunidades Quilombolas do Mumbuca, Prata, Boa Esperança e Galhões (Região do Jalapão), e Rio Preto (Lagoa do Tocantins); nos Acampamentos Marielle e Esperança (Sampaio) e Dom Tomás (Crixás); entre outras localidades.







Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

1 Petição de *Amicus Curiae* na ADI n.º 7550

Pedido de ingresso como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 7550, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), em atuação conjunta com a 1ª Defensoria Pública Especial de Tribunais Superiores. A ação, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), questiona a constitucionalidade da Lei de Terras Estadual n.º 3.525/2019. O protocolo do pedido foi encaminhado após atendimento coletivo a movimentos sociais do campo e atualmente se encontra concluso para o relator do caso no STF.

2 Reunião ampliada com movimentos sociais do campo

Promovida em conjunto com a Esdep, a reunião fortaleceu o diálogo e a parceria com lideranças de movimentos sociais, comunidades quilombolas, trabalhadores do campo e atingidos por barragens. Foram discutidas demandas prioritárias e definidas estratégias conjuntas, culminando na construção de um plano de ação apresentado à Administração Superior, que orientou as atividades do DPagra ao longo de 2024.

3 Atendimento *in loco* a comunidades rurais e quilombolas

Atendimento a Comunidades Quilombolas, incluindo Lajeado (Dianópolis), Laginha e São Joaquim (Porto Alegre do Tocantins), Baião e Poço Dantas (Almas), Claro, Prata e Ouro Fino (Paranã), além das comunidades Dona Jucelina (Muricilândia), Grotão, em (Filadélfia), e Ilha de São Vicente, em (Araguatins). Atendimentos coletivos nos acampamentos Dom Celso (Porto Nacional), Dina Guerrilheira (Palmeirante), Carlos Marighella e Irmã Dorothy (Araguatins), Rio Piranhas e Terra Prometida (São Bento), Padre Josimo (Carrasco Bonito), Gleba Tauá (Barra do Ouro), Dom Tomás (Crixás), Sol Nascente (Couto Magalhães). Nas comunidades tradicionais Mirante e Rancharia (Campos Lindos), Pé do Morro (Miranorte), além de visita à região de Centenário, fortemente impactada por um incêndio.

Nadep

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA E DEFESA AO PRESO



2.366 atividades realizadas em 2023 e 2024.

Foto: Marcos Miranda/Comunicação DPE-TO

TOP 3 2023

1 Inspeções em unidades penais femininas e masculinas

A equipe do Nadep realizou 24 inspeções em unidades penais de 15 municípios: Taguatinga, Arraias, Natividade, Araguatins, Augustinópolis, Palmas, Cariri, Palmeirópolis, Araguaína, Talismã, Gurupi, Colméia, Miranorte, Guaraí e Colinas. Algumas dessas ações contaram com o apoio das equipes defensoriais locais e/ou foram em auxílio ao trabalho do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT).

2 Mutirão de atendimentos: Barra da Grota

O Nadep e as 5ª e 16ª Defensorias de Execução Penal de Araguaína realizaram um mutirão de atendimentos na Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota, em Araguaína, no norte do Estado.

3 Recomendações à Secretaria da Cidadania e Justiça (Seciju)

Foram expedidas diversas recomendações visando garantir os direitos de pessoas privadas de liberdade no Tocantins. Entre as quais, destacam-se as relacionadas: às irregularidades identificadas nas Unidades Penais de Arraias e Palmeirópolis; à alteração de dispositivos do plano de retomada das visitas sociais e íntimas do Sistema Penal; à necessidade de melhorias nas Unidades de Guaraí, Colméia do Tocantins e Colinas.

TOP 3 2024



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

1 Mutirões de atendimentos nas Unidades Penais Masculinas

No âmbito do Projeto Viva, além da atuação na Unidades Femininas, foram realizados três mutirões, com 450 atendimentos jurídicos aos custodiados nas Unidades Penais Masculinas de Augustinópolis (145), Paraíso do Tocantins (210) e Porto Nacional (95). As equipes do Nadep e das Defensorias Criminais e de Execução Penal locais revisaram a situação processual e realizaram orientações individuais. Além disso, foi realizado um mutirão na Unidade de Tratamento Penal Barra da Grota, em Araguaína, a exemplo de 2023.

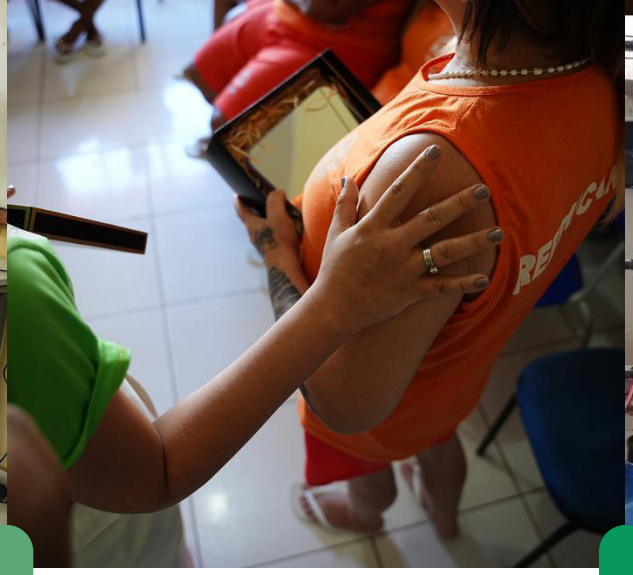


Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

2 Atendimentos a pessoas idosas privadas de liberdade

Realização de atendimentos jurídicos a pessoas idosas recolhidas na Unidade Penal Regional de Palmas, em parceria com as 21ª e 25ª Defensorias Públicas Criminais da Capital. A ação da DPE-TO integrou a programação "Dia D dos Idosos", organizada pela Unidade, que também ofereceu atendimentos odontológicos, psicológicos, psiquiátricos e de assistência social.



Foto: Marcos Miranda/Comunicação DPE-TO

3 Inspeções em unidades penais femininas e masculinas

Foram realizadas 12 inspeções nas unidades penais localizadas nos municípios de Taguatinga, Dianópolis, Natividade, Paraíso do Tocantins, Arraias, Cariri, Porto Nacional, Palmas, Augustinópolis, Ananás e Araguaína.

NDDH

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE
DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

TOP 3 2023



Foto: Laiane Vilanova/Comunicação DPE-TO

1 Atuação conjunta para atender pessoas indígenas

Participação de equipes do NDDH e Nucora em ação social para venezuelanos indígenas da etnia Warao refugiados em Palmas. E ainda, em parceria com o Nudem, integrou ação da Polícia Civil e da Secretaria Estadual de Segurança Pública (SSP-TO) na Aldeia Porteira, em Tocantínia, que teve como objetivo a prevenção e o enfrentamento à violência contra mulheres indígenas.

2 Direito das pessoas com deficiência

Recomendação expedida à SSP-TO, juntamente com o Nuamac Palmas, para a adoção de providências referentes à inclusão da pessoa com deficiência auditiva, indicando a necessidade de contratação de intérprete de Libras, de capacitação de servidoras(es) lotadas(os) nas unidades de atendimento em todo o Tocantins e/ou celebração de parcerias.

3 Eventos e atividades educativas

Eventos de destaque: IV Congresso de Direitos Humanos da DPE-TO; edições do "Cine Defensoria" na Unitins e na Universidade da Maturidade (UMA). Atividades educativas com estudantes do ensino médio do Colégio Estadual Manoel dos Santos Rosal, em Pindorama do Tocantins. Mediação de duas audiências públicas, uma sobre prevenção e combate à tortura e outra relacionada aos desafios da segurança pública e dos Direitos Humanos no Estado.

TOP 3 2024







Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

1 Promoção e defesa de Direitos Humanos

O NDDH atuou em diversas frentes de promoção e defesa de Direitos Humanos. Destacam-se os atendimentos por meio do projeto "Defensoria na Rua" e do mutirão "Pop Rua Jud"; as vistorias realizadas em estabelecimentos penais e de saúde; as edições do projeto "Cine Defensoria"; e a 2ª edição do Curso de Formação de Conselheiros de Direitos Humanos.

2 Protocolos de atuação e taxonomia de Direitos Humanos

Avanços na atualização dos Protocolos de Violência Policial e de Trabalho Escravo, e colaboração para a reformulação do Protocolo de Defesa de Pessoas em Situação de Rua, sob a coordenação do Condege. Destaca-se também a utilização da Taxonomia de Direitos Humanos da DPE-TO, instituída em 2023 pela Resolução CSDP n.º 250.

3 Integração e atuação em redes e conselhos

O NDDH participou de mais de 10 comitês e comissões voltados aos Direitos Humanos, com destaque para: Comissão Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo (Coetrae/TO); Conselho de Segurança Pública do Tocantins (Conesp/TO); Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH/TO); Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário do Tocantins (TJTO); Comitê Warao; Comissão de Direitos Humanos do Condege; entre outros.

TOP 3 2023

Nuamac
Araguaína

NÚCLEO APLICADO DAS MINORIAS E AÇÕES COLETIVAS DE ARAGUAÍNA

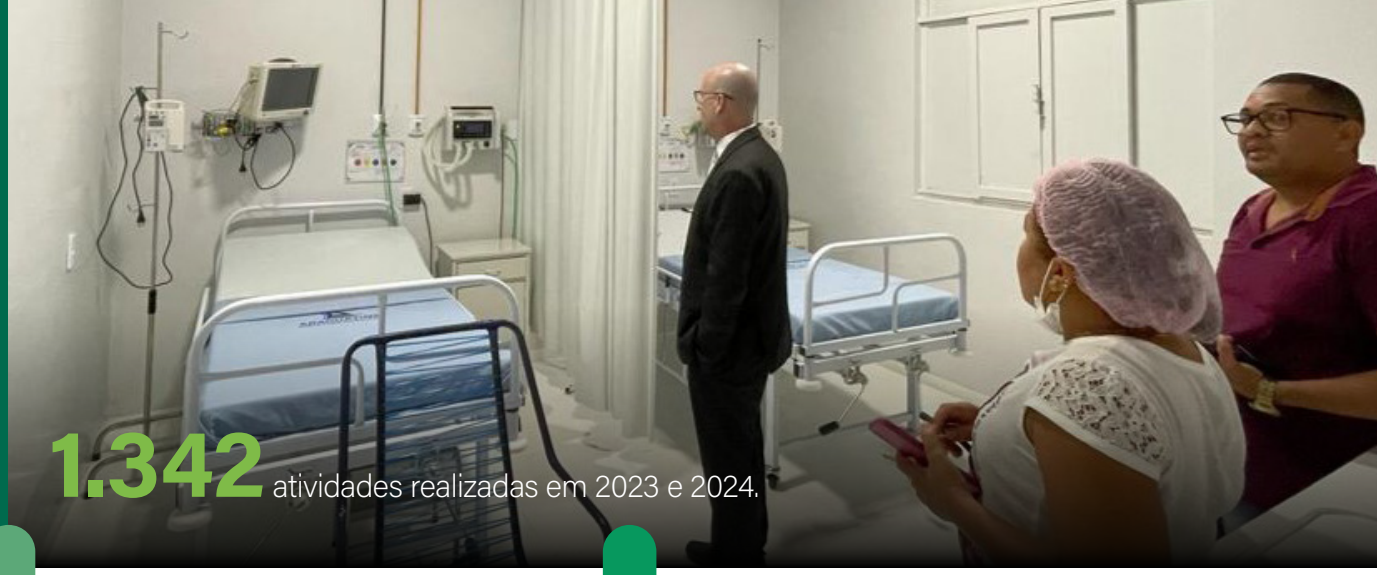


Foto: DPE Araguaína/Divulgação

1 Atuação judicial

Ajuizamento de Ação Civil Pública para a regularização do fornecimento de materiais de órteses, próteses e outros faltantes, para atender a especialidade de ortopedia no Hospital Regional de Araguaína. O Núcleo também ajuizou ACP pedindo providências para a reabertura de duas escolas municipais na zona rural de Bandeirantes do Tocantins.

2 Recomendações expedidas

Expedição de diversas recomendações, como a direcionada à Superintendência de Unidades Hospitalares Próprias para a realização de reforma estrutural na Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia de Araguaína. Outra foi enviada às Polícias Militar e Civil do Tocantins, recomendando a criação de protocolo de comunicação direta para casos de crimes contra a vida, visando celeridade nas diligências.

3 Promoção e defesa de direitos

O Núcleo colaborou com o projeto de articulação e implantação da Patrulha Maria da Penha em Araguaína, em parceria com outros órgãos do Sistema de Justiça e da Segurança Pública. Participou de reuniões estratégicas para articular ações e políticas com objetivo de garantir segurança e proteção contínua às mulheres em situação de vulnerabilidade. E também representou a Instituição na VI Semana da Diversidade da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), colaborando com a Mesa Temática "Me chame pelo meu nome: direito LGBTQIA+ em Araguaína".

TOP 3 2024



Foto: DPE Araguaína/Divulgação

1 Acesso à energia elétrica no Bico do Papagaio

Articulação para a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre Governo do Estado, Defensoria Pública, Ministério Público, Assembleia Legislativa e a Concessionária Energisa, visando garantir acesso à energia elétrica para 599 famílias assentadas no Projeto Sampaio, localizado na região do Bico do Papagaio.



Foto: DPE Araguaína/Divulgação

2 Tutela de Direitos Humanos no campo

O Nuamac Araguaína tem atuado regularmente para a tutela de Direitos Humanos dos moradores da zona rural de Barra do Ouro, especialmente da Gleba Tauá, que tem sido cenário de sérios conflitos agrários e denúncias de violações. Em continuidade aos atendimentos realizados em 2023, o Núcleo, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Defensoria Pública de Goiatins, participou, em 2024, de uma audiência de conciliação relacionada a uma ação de reintegração de posse. O acompanhamento do processo segue em atuação conjunta com o Dpagra.



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

3 Defesa e promoção de direitos

Realização de atendimentos itinerantes em diversas localidades, como a Comunidade Ribeirinha Ilha São Vicente (Araguatins), Assentamentos do MST no Bico do Papagaio, e a Comunidade Quilombola Dona Domicília (Muricilândia). Realizou atendimentos na "Caravana Todas Fortes por Elas", e à população em situação de rua de Araguaína, além de marcar presença em eventos e debates, como na audiência pública sobre serviços para pessoas com autismo, e na Roda de Conversa "Territórios e Culturas do Comum" na UFNT, entre outros.

TOP 3 2023

Nuamac
Dianópolis

NÚCLEO APLICADO DAS MINORIAS E AÇÕES COLETIVAS DE DIANÓPOLIS



987 atividades realizadas em 2023 e 2024.

Foto: Nuamac Dianópolis/Divulgação

1 Atuação em comunidades quilombolas

Foram realizadas vistorias nas escolas da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso, em Arraias, e na Escola Albino, localizada na mesma comunidade, mas que está na parte do território localizado em Paranã. O objetivo foi apurar denúncias e supostas irregularidades, relacionadas à oferta de educação para crianças e adolescentes. O Núcleo também esteve em Lagoa dos Patos, em Arraias, para apurar denúncias de represamento irregular na nascente do rio que abastece a comunidade.

2 Enfrentamento à violência doméstica

Em alusão ao "Agosto Lilás", o Núcleo realizou palestras para estudantes do Colégio Estadual Abner Araújo Passini e no Colégio Estadual Girassol, em Almas, com objetivo de fomentar o debate sobre o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. As palestras integraram o projeto da DPE-TO, "Defensoria Pública nas Escolas".

3 Saúde e Acolhimento

Foram realizadas vistorias no Centro de Atenção Psicossocial de Taguatinga e na Casa de Serviços de Acolhimento de Dianópolis. Além disso, o Núcleo emitiu uma Recomendação à Secretaria Municipal de Saúde de Dianópolis para adoção das medidas necessárias para regularizar a distribuição de fraldas geriátricas na rede pública municipal.







Fotos: Nuamac Dianópolis/Divulgação

1 Atendimentos itinerantes em comunidades quilombolas

O Núcleo realizou ações itinerantes voltadas às populações quilombolas do Sudeste do Tocantins, incluindo as comunidades de Lajeado (Dianópolis), Laginha e São Joaquim (Porto Alegre do Tocantins), Baião e Poço D'antas (Almas), e Lagoa dos Patos e Kaágados (Arraias). Nessas ações, foram realizados atendimentos individuais e coletivos.

2 Direitos de crianças e adolescentes

Por meio do projeto "Abuso Sexual Infantil: é preciso notificar", desenvolvido em conjunto com a Equipe Multidisciplinar da Regional de Dianópolis, o Núcleo promoveu conscientização entre estudantes menores de 14 anos sobre os tipos de abuso e capacitou profissionais da saúde e educação para proteger a comunidade infantil. Em 2023 e 2024, foram realizadas 31 rodas de conversas realizadas, com mais de 1.400 pessoas alcançadas.

3 Educação em direitos e conscientização

Destaque para desenvolvimento de iniciativas de prevenção à violência contra a mulher, direcionadas a mulheres da Rede de Atenção Municipal de Dianópolis e a estudantes de Almas e Porto Alegre do Tocantins; realização de palestras sobre *bullying* e *cyberbullying* para alunas/os do ensino médio e fundamental da região Sudeste; promoção de atividades de prevenção à drogadição para estudantes de Dianópolis e Rio da Conceição. As palestras integraram o projeto da DPE-TO, "Defensoria Pública nas Escolas".

TOP 3 2023

Nuamac

Gurupi

NÚCLEO APLICADO DAS MINORIAS E AÇÕES COLETIVAS DE GURUPI



Foto: Nuamac Gurupi/Divulgação

1 Inspeções e recomendações

As inspeções abrangeram estabelecimentos públicos e organizações sociais nos municípios de Gurupi, Aliança do Tocantins e Arraias. A exemplo da vistoria realizada na Associação Missão Projeto IDE, que trabalha com pessoas em situação de rua e de dependência a substâncias psicoativas. Algumas dessas inspeções resultaram na expedição de recomendações, como a direcionada ao município de Aliança do Tocantins para realização de reformas e ampliação da estrutura do Centro Municipal de Educação Infantil.

2 Atuações judiciais

Ações e recursos, incluindo agravo de instrumento referente ao transporte público, apelação relacionada à retificação étnica, peticionamento para estudo antropológico, além de medidas para bloqueio judicial para aquisição de kits de higiene em unidades penais de Gurupi, entre outras.

3 Educação em Direitos

O Núcleo realizou palestras focadas na perspectiva de educação em direitos em unidades de ensino, universidade, Cras, entre outros estabelecimentos de Gurupi. Foram abordados temas relacionados à acessibilidade, ao papel da Defensoria Pública no combate às vulnerabilidades sociais, ao direito ao acesso à documentação civil básica, e aos valores éticos e morais.



Foto: Nuamac Gurupi/Divulgação

1 Sentença favorável na ACP sobre a Casa do Estudante

Por meio da atuação do Núcleo, a DPE-TO obteve uma sentença favorável que determinou a realização de reformas na Casa do Estudante de Gurupi, para garantir melhores condições de habitação e segurança para os(as) estudantes, expostos(as) a riscos à saúde e à integridade devido às condições precárias do local. Após a sentença, a DPE-TO peticionou solicitando seu cumprimento.



Foto: Nuamac Gurupi/Divulgação

2 Inspeções e recomendações

Realização de inspeções no município de Gurupi, incluindo unidades do Caps, Unidade de Saúde da Família (USF), Aterro Sanitário, entre outros. Além disso, o Núcleo emitiu recomendações voltadas à manutenção da malha asfáltica em Formoso do Araguaia e à implementação de medidas de educação e segurança no trânsito urbano em Gurupi.



Foto: Marcos Miranda/Comunicação DPE-TO

3 Defesa e promoção de direitos

Um dos principais destaques foi a realização do projeto "Cuida Doso", direcionado a estudantes da Universidade da Maturidade da UnirG e aos(às) frequentadores(as) do Centro Cultural Municipal Mário Cunha de Gurupi. O Núcleo também se envolveu em ações voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, participando de audiências públicas, fóruns e campanhas temáticas, além de reuniões na Secretaria Municipal da Mulher.

TOP 3 2023

Nuamac

Palmas

NÚCLEO APLICADO DAS MINORIAS E AÇÕES COLETIVAS DE PALMAS





1.489 atividades realizadas em 2023 e 2024.

Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

1 Identidade e inclusão

Realização de ações focadas em demandas de Registro Civil. Destaque para a 2ª edição do Mutirão de Retificação de Registro Civil de Pessoas Trans - "Seu Nome TransForma", em parceria com a 11ª Defensoria Pública da Fazenda e Registro Públicos, Atrato e Aliança Nacional LGBTQIA+, que ofereceu assistência jurídica para alteração de prenomes e gênero.

2 Recomendações

Destaque para a recomendação direcionada ao Município de Palmas sobre a implementação de Instituições de Longa Permanência Pública para Idosos. E outra que recomendava ao Estado do Tocantins e ao Município providências para implementação e aperfeiçoamento da Política Estadual para a População em Situação de Rua.

3 Realização e participação em eventos

O Nuamac Palmas promoveu o Seminário da Pessoa Idosa, em parceria com o NDDH, e a edição do "Defensoria na Comunidade" na Apae, em parceria com Adpeto, Nusa, Nudecon e DPU. Também participou em audiências públicas sobre esgotamento sanitário em Miracema e tarifação de água no Tocantins, além de reuniões com secretarias municipais e estaduais.

TOP 3 2024



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

1 Acesso a concursos públicos

As principais recomendações emitidas pelo Núcleo em 2024 focaram no acesso a concursos públicos, com orientações ao município de Palmas e ao Governo do Estado. Uma delas recomendava a prorrogação de prazos para candidatos(as) prejudicados(as) por atrasos em exames toxicológicos em concurso da Guarda Metropolitana de Palmas. Outra indicava a inclusão de reserva de vagas de 5% a 20% para pessoas com deficiência nos certames do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Tocantins.



Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

2 Campanha "Setembro Azul"

Promovida pelo Nuamac Palmas, a campanha valorizou a Língua Brasileira de Sinais, a cultura e a identidade surda. Realizadas durante o mês de setembro, as ações de conscientização incluíram publicações semanais no site institucional e no Instagram da Defensoria Pública, com ênfase na inclusão social e nos direitos das pessoas surdas.



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

3 Acompanhamento da regularização fundiária no Taquari

Instauração de procedimento preparatório para acompanhar a Regularização Fundiária Urbana (Reurb) da região denominada T33, no Taquari, conhecida como "Setor Capadócia", em Palmas.

TOP 3 2023

Nucora

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE QUESTÕES ÉTNICAS E COMBATE AO RACISMO



1.201 atividades realizadas em 2023 e 2024.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

1 Demandas dos povos indígenas

Realização de ações em territórios indígenas, a exemplo da edição do "Defensoria Itinerante" na Aldeia Javaé Canoanã, em Formoso do Araguaia, para atender demandas na área da família, saúde, criminal, consumerista, entre outras. Participação no Programa de Inclusão Sociopolítica dos Povos Indígenas do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), com ações em Tocantínia e Ilha do Bananal.

2 Demandas das comunidades quilombolas

Em atuação conjunta com o Dpagra, o Nucora realizou atendimentos nas Comunidades Quilombolas Mumbuca, Prata e Boa Esperança, na região do Jalapão, para levantar demandas individuais e coletivas, com apoio da Coordenação Estadual Quilombola do Tocantins (Coeqto-TO). Também participou do 2º Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas, em Brasília.

3 Atuação judicial

Protocolo de Ação Civil Pública devido à ausência de reserva de 20% das vagas para candidatas(os) autodeclaradas(os) pretas(os) ou pardas(os) no concurso de docentes da Unitins. Ajuizamento de ACP requerendo a suspensão e regularização das licenças ambientais do empreendimento minerário em Almas, visando proteger as comunidades quilombolas da região de possíveis impactos ambientais.

TOP 3 2024



Foto: Gustavo Burns

1 Ações focadas na população indígena

Desenvolveu o projeto "Defensorias do Araguaia", com a realização de 1.069 atendimentos em aldeias indígenas do Tocantins, Goiás e Mato Grosso, com assistência jurídica e outros serviços. Também participou do projeto "Povos Originários em Conta", promovido pelo Instituto de Contas de 5 de Outubro, em Araguatins e Tocantinópolis, e do 1º Encontro das Mulheres Indígenas do Povo *Karajá* (Aldeia Fontoura).



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

2 Ações focadas em comunidades quilombolas

Foram realizadas ações itinerantes nas Comunidades Quilombolas Lajeado, Laginha, São Joaquim, Baião, Poço D'Antas, Kalunga do Mimoso e Mumbuca, para atendimento de demandas individuais e coletivas.



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

3 Defesa de direitos tradicionais e originários

Articulação e parcerias estratégicas com a Funai, INSS e MPF, visando a regularização fundiária quilombola, emissão de documentos para indígenas e o fortalecimento de políticas públicas direcionadas a essas populações.

TOP 3 2023

Nudeca

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



1.386 atividades realizadas em 2023 e 2024.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

1 Direito à educação

O Nudeca emitiu recomendações direcionadas para: correção de irregularidades em escolas municipais de Luzimangues; garantia de acesso à educação a crianças e adolescentes residentes no Acampamento do MST Clodomir Santos, em Ipueiras; criação do cargo de Profissional de Apoio Escolar para crianças com deficiência e TEA, em parceria com o Nuamac Palmas.

2 Sistema socioeducativo

Com foco na proteção dos direitos de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, o Núcleo recomendou providências para sanar irregularidades no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case). Além disso, em conjunto com MPE, recomendou que as sanções dentro do sistema permaneçam restritas à Comissão de Avaliação Disciplinar.

3 Apadrinhamento afetivo

Realizado anualmente, o projeto "Transforme uma Vida: Apadrinhe uma Criança" busca proporcionar um momento de lazer e integração às crianças e adolescentes que vivem em casas de acolhimento. A iniciativa incentiva o apadrinhamento afetivo e a arrecadação de recursos para presenteá-los(as). As edições de 2023 e 2024 atenderam instituições de Palmas, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins.



Foto: Nudeca DPE-TO/Divulgação

1 Mutirão de atendimentos no Taquari

Durante o "Mutirão de atendimento às crianças e adolescentes e seus familiares", realizado pelo Cedeca no setor Taquari (Palmas), o Núcleo atendeu demandas nas áreas da infância, família e saúde, como regularização de pensão alimentícia, investigação de paternidade, entre outras.



Foto: Nudeca DPE-TO/Divulgação

2 Capacitações e educação em direitos

Entre as iniciativas do Nudeca, destacam-se: a formação subsidiária "Construindo Caminhos" para 216 pessoas das equipes técnicas de instituições de acolhimento e do sistema socioeducativo de Palmas, Gurupi, Araguaína, Paraíso do Tocantins, Marianópolis, Porto Nacional e Santa Fé do Araguaia, no Biênio; o curso "A Criança e o Adolescente nos Tribunais Superiores", em parceria com o Núcleo dos Tribunais; capacitações voltadas ao enfrentamento do assédio, em parceria com o IFTO; e a elaboração de cartilhas sobre o sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes.



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

3 Sistema socioeducativo

A atuação incluiu visitas, inspeções e entrevistas com adolescentes, socioeducadores e equipes técnicas. Além da requisição de providências dos órgãos competentes para assegurar os direitos de adolescentes no âmbito do sistema socioeducativo do Tocantins. O Nudeca, juntamente com a Esdep, executou, em 2023 e 2024, o projeto Livrarte, direcionado a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação em Palmas, Gurupi e Santa Fé do Araguaia.

Nudecon

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR



805 atividades realizadas em 2023 e 2024.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

TOP 3 2023

1 Atendimentos itinerantes

Realização de seis edições de atendimentos itinerantes com a Unidade Móvel, em localidades distantes da sede da Defensoria Pública em Palmas. Integrantes do Nudecon e da Equipe Multidisciplinar ofereceram orientações à população sobre as normas que norteiam as relações de consumo. A Unidade Móvel, um micro-ônibus adaptado, foi adquirida por meio do Convênio n.º 852553/2017.

2 Comunicação e Direitos

Em parceria com a Ascom, o Núcleo produziu campanhas informativas focadas no direito das(os) consumidoras(os), abordando temas como: tarifa social de energia elétrica para indígenas e quilombolas; compra e venda de veículos; Programa Desenrola; volta às aulas e matrículas escolares; direitos e deveres dos(as) passageiros(as) no transporte rodoviário; entre outros.

3 Mutirão do Preço Justo

Participação no mutirão para fiscalização e monitoramento dos preços dos combustíveis nos postos do país. Uma iniciativa da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com Defensorias Públicas, Ministério Público, Procons e Secretarias Estaduais de todo o Brasil.





Foto: Marcus Mesquita/Comunicação DPE-TO

TOP 3 2024

1 Orientações sobre compra e venda de veículos

Lançamento de cartilha educativa com orientações para a realização de transações seguras na compra e venda de veículos, incluindo novos e usados. O material destaca cuidados essenciais, como verificar débitos pendentes (multas, impostos) e confirmar o registro do veículo no nome do(a) vendedor(a) junto ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

Cartilha "Compra e venda de veículos"

Clique para acessar

2 Pareceres jurídicos e intercâmbio permanente

O Nudecon elaborou pareceres técnicos com teses jurídicas para subsidiar demandas concretas e pedidos de apoio de órgãos de execução, garantindo embasamento jurídico sobre direitos das(os) consumidoras(es). Além disso, publicou um informativo interno com jurisprudência recente em matéria consumerista, promovendo uniformidade de entendimentos e intercâmbio entre Defensoras(es).

3 Campanhas informativas

As campanhas informativas de 2024 abordaram temas como: cuidados para evitar fraudes bancárias via Pix; cuidados com compras online; dia das mães; falha na execução de serviços; entre outros.

Nudem

NÚCLEO ESPECIALIZADO EM DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER



1.268 atividades realizadas em 2023 e 2024.

TOP 3 2023

1 Em defesa das mulheres

Participação em rodas de conversa organizadas pelo Nupav em Unidades de Saúde de Palmas, além das realizadas na Universidade Federal do Tocantins e na Aldeia Indígena Porteira, em Tocantínia. Também promoveu, juntamente com o Nusa, o "Seminário em Defesa da Saúde das Mulheres" e elaborou materiais educativos e orientativos sobre os direitos das mulheres.

2 Vistorias realizadas

O Nudem inspecionou o Instituto Médico Legal (IML) de Palmas, após denúncias de insuficiência de profissionais de Psicologia para atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Em colaboração com o Nusa, vistoriou o Serviço de Atendimento às Pessoas Vítimas de Violência Sexual (Savis) do Hospital Maternidade Dona Regina.

3 Projeto Maria nas Comunidades

Iniciativa conjunta com o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), o projeto promoveu palestras e rodas de conversa em várias cidades do Estado, para divulgar os canais de comunicação e o papel das instituições na defesa dos direitos das mulheres e no acolhimento às vítimas de violência.







Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

1 ADI contra a Lei Estadual n.º 4.535/2024

Foi proposta uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei Estadual n.º 4.535/2024, que permite à parturiente escolher entre parto normal ou cesárea na rede pública de saúde. A ADI, apresentada pelo Nudem, Nusa e Nuamacs, argumenta que a lei viola direitos fundamentais das mulheres, além de contrariar recomendações internacionais e do Ministério da Saúde, que priorizam o parto natural, indicando a cesariana apenas por indicação médica.

2 Mulheres privadas de liberdade

O Nudem realizou atividade com mulheres custodiadas na Unidade Penal Feminina de Palmas, em que abordou as diversas formas de violência de gênero e de assédio, bem como a importância de denunciar as violações sofridas.

3 Promoção de direitos

Participação em todas as visitas técnicas e na inauguração da Casa da Mulher Brasileira em Palmas. Realização de ações para a promoção de direitos, incluindo o seminário "Mulheres livres: diálogos estratégicos sobre a defesa da mulher", que abordou os impactos da nova lei de alienação parental. Além disso, o Núcleo lançou a cartilha "Vozes Fortes", com foco em violência de gênero, direitos e representatividade feminina na política.

TOP 3 2023

Nujuri

NÚCLEO DO TRIBUNAL DO JÚRI



Foto: Nujuri DPE-TO/Divulgação

1 Questões étnico-raciais

Publicação de Orientação em conjunto com o Nucora para a observância, nos processos cíveis e criminais de pessoas indígenas, das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) n.º 287/19 e n.º 454/22, reforçando a atenção às questões étnico-raciais.

2 Compartilhamento de experiências

Concessão de entrevistas a estudantes de Direito da Faculdade Serra do Carmo (Fasec) de Palmas sobre a atuação e missão da Defensoria Pública e as experiências em sessões plenárias de júri. O Núcleo também contribuiu com o treinamento das novas(os) Defensoras(es) Públicas(os) que ingressaram em 2023 e 2024.

3 Atualização e aprimoramento

Dez representantes da DPE-TO marcaram presença no IV Congresso Nacional de Defensoras e Defensores Públicos do Tribunal do Júri, realizado em Goiânia, em 2023. Na oportunidade, Defensoras(es) tocantinenses puderam participar de discussões fundamentais sobre a atuação no Júri, especialmente em plenário, com foco nas peculiaridades da defesa feita pela Defensoria Pública em comparação às realizadas por advogadas(os).











Fotos: Nujuri DPE-TO/Divulgação

Foto: Marcela Pagano/Nujuri DPE-TO

TOP 3 2024

1 Atuações em júris no Estado

Em 2024, o Nujuri prestou auxílio em 82 júris nas comarcas do Estado, além dos 79 realizados em 2023, de forma a garantir o direito à ampla defesa com a atuação de Defensoras e Defensores Públicos especializados em demandas de crimes dolosos contra a vida e conexos, de competência do Tribunal do Júri.

2 Apoio especializado a Defensoras e Defensores

Apoio especializado no estudo de teses, resumos de processos, sugestões de estratégias e nas degravações de 1.077 áudios em 2024, além dos 884 de 2023, relacionados a Ações Penais e Inquéritos Policiais.

3 Atuação em júri de 12 dias

Em uma das sessões do Tribunal do Júri mais longas do Estado, com 12 dias de duração, o julgamento ocorreu no Fórum de Araguaína, envolvendo a fuga do Presídio Barra da Grota em 2018. Três Defensores Públicos, com o apoio do Nujuri, patrocinaram a defesa de 14 assistidos. Foram mais de 56 horas de sustentação oral e 59 pessoas ouvidas, incluindo 35 testemunhas, 9 vítimas e 15 réus.

TOP 3 2023

Nusa

NÚCLEO ESPECIALIZADO DE DEFESA DA SAÚDE



Foto: Rafael Bastista/Comunicação DPE-TO

1 Defesa do direito à saúde

Em 2023, o Nusa obteve oito sentenças favoráveis em ações civis públicas estruturantes de anos anteriores, que buscam garantir o direito à saúde em diversas áreas. Além disso, ajuizou duas ACPs, incluindo uma relacionada à regularização do diagnóstico e tratamento digno a pacientes com TEA, Síndrome de Down e Paralisia Cerebral. Também emitiu 14 recomendações visando regularizar serviços de saúde no Tocantins.

2 Vistorias

Foram realizadas 26 vistorias em unidades hospitalares e serviços públicos, com destaque para as inspeções realizadas no Hospital Geral de Palmas (HGP) e no Hospital e Maternidade Dona Regina, e no Hospital Regional de Gurupi.

3 Debates públicos e reuniões

Participação em cinco audiências públicas e também em diversas reuniões com representantes de órgãos públicos, prestadores de serviços e outras Instituições como Conselhos, Ministério Público e Tribunal de Justiça.

TOP 3 2024



Foto: Marcus Mesquita/Comunicação DPE-TO

1 Atuação judicial e extrajudicial

O Nusa obteve quatro sentenças favoráveis relacionadas à regularização da assistência em saúde, incluindo o tratamento a pacientes com TEA, Síndrome de Down e Paralisia Cerebral, entre outras. O Núcleo também ajuizou uma ACP visando a implementação do fluxo de atendimento do processo transexualizador na rede pública do Tocantins. Além disso, expediu 14 recomendações visando a regularização dos serviços de saúde do Estado.



Foto: Nusa/Divulgação

2 Fiscalização e monitoramento

Realização de 25 vistorias em unidades hospitalares para fiscalizar as condições de atendimento, a exemplo das inspeções no HGP, Hospital e Maternidade Tia Dedé e Hospital Regional de Porto Nacional. Também instaurou Propacs para monitorar aspectos críticos da saúde pública, como a oferta de serviços para a população indígena.



Foto: Nusa/Divulgação

3 Audiências públicas

O Nusa participou de seis audiências públicas no ano de 2024 e esteve presente em reuniões estratégicas com órgãos públicos, prestadores de serviços, entre outros, a exemplo da realizada com prestadores de serviço do SUS em novembro.

Numecon's

NÚCLEOS DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS



41.114 atividades realizadas em 2023 e 2024.

Foto: Marcos Miranda/Comunicação DPE-TO

Presentes nas nove Diretorias Regionais, os Numecons promovem a resolução extrajudicial de conflitos, com objetivo de evitar a judicialização.

Meu pai tem nome

Voltado para a investigação e reconhecimento voluntário de paternidade, projeto **"Meu pai tem nome"** é coordenado no Tocantins pela 2ª Subdefensoria Pública Geral, com atendimentos realizados pelos Numecons.

Uma iniciativa do Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege), que reafirma o compromisso com o direito ao registro civil, assegurando a inclusão de nomes paternos nos documentos de filhas e filhos.

2023

Realizado nos dias 25 e 26 de agosto em Araguaína, Aliança do Tocantins, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional.

64 atendimentos

50 testes gratuitos de DNA

2024

Realizado entre 12 e 16 de agosto em Araguatins, Araguaína, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional.

123 atendimentos

57 exames de DNA, a um valor reduzido de R$ 100.

Em 2023, os testes foram custeados pela Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Tocantins (Adpeto) e pelo Sindicato dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (Sisdep).

Fonte: Site DPE-TO, 2ª GABSUB e Condege (Painel de Resultados).

Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar da Defensoria Pública do Estado do Tocantins presta apoio técnico-especializado aos gabinetes de Defensoras e Defensores Públicos, bem como aos Núcleos Especializados da Instituição.

Essa atuação inclui atendimentos multidisciplinares, sociais, psicológicos, psicossociais e pedagógicos; elaboração de documentos técnicos, como pareceres, laudos, relatórios sociais e estudos de caso; visitas domiciliares e institucionais; participação em inspeções realizadas em unidades prisionais, em apoio à atuação das Defensorias da Área de Execução Penal.

35.690
atividades realizadas no Biênio.

18.132 em 2024, representando um aumento de **3,3%** em relação a 2023, que registrou **17.558** atividades realizadas pela Equipe Multidisciplinar.



Reuniões da Equipe Multidisciplinar.
Fotos: Rafael Bastista/Comunicação DPE-TO



Foto: Rafael Bastista/Comunicação DPE-TO



Foto: DPE-TO Paraíso do Tocantins/Divulgação



Foto: Rafael Bastista/Comunicação DPE-TO

Presente nas nove Diretorias Regionais da Instituição, a Equipe Multidisciplinar é formada por profissionais da área de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia.

As(os) profissionais integrantes da Equipe também desenvolvem ações e participam de projetos em colaboração com outras áreas, com foco na intervenção social, educação em direitos, capacitação técnica, além de atuar na articulação com entidades integrantes da Rede de Serviços Públicos.

▪ Mais de 4 mil atendimentos pelo projeto de Remição pela Leitura em Gurupi

Iniciado em 2016 pela Equipe Multidisciplinar de Gurupi, o projeto "Remição pela Leitura" registrou mais de 4 mil atividades no Biênio, sendo 1.330 em 2023 e 3.108 no ano de 2024.

A iniciativa, implementada na Unidade de Tratamento Penal de Cariri, tem como objetivo instituir a remição de parte do tempo de execução da pena pela leitura de obras literárias, com produção de resenha

O projeto incluiu a arrecadação e entrega de livros, bem como o recolhimento e avaliação de resenhas.



Equipe Multidisciplinar em ação na Escola Cívico-Militar em Paraíso do Tocantins.

Foto: DPE Paraíso do Tocantins

▪ Mais de 1.600 participantes em ações educativas em Paraíso do Tocantins

Nos anos de 2023 e 2024, a Instituição promoveu **31 ações educativas** em Paraíso do Tocantins, **alcançando mais de 1.600 pessoas** no município e entorno, incluindo integrantes da comunidade escolar (estudantes, docentes, familiares), profissionais e usuárias(os) da Rede Pública, além de pessoas privadas de liberdade.

2023: Foram realizadas 21 atividades, alcançando aproximadamente 850 participantes. Entre as ações, destacam-se nove Rodas de Conversa na Unidade Prisional de Paraíso sobre ressignificação de padrões de pensamento, emoções e comportamentos. Além disso, ocorreram debates, oficinas e intervenções em unidades escolares e universidades, Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Convivência de Idosos e na sede da Defensoria Pública do município.

2024: Realização de 10 capacitações para 790 participantes, incluindo oficinas, minicursos e palestras direcionadas a profissionais e usuárias(os) da Rede Pública em Paraíso do Tocantins, como Cras, Creas e Centros de Convivência do Idoso.

As ações buscaram criar espaços de diálogo e reflexão, promovendo a conscientização e a troca de experiências sobre temas como prevenção à violência, promoção de direitos, saúde mental, autocuidado, bem-estar, entre outras questões sociais pertinentes.

Algumas atividades foram desenvolvidas a partir de demandas temáticas específicas da comunidade e contaram com o apoio dos estabelecimentos públicos que as solicitaram.

Realizada pela Equipe Multidisciplinar de Paraíso do Tocantins, com apoio da Diretora Regional, defensora pública Arlete Kellen Dias Munis, a série de ações educativas foi coordenada e idealizada pela psicóloga Nilda Belo de Morais.

Uma iniciativa alinhada ao compromisso da Instituição com a conscientização, defesa e promoção de direitos, por meio da educação, atendendo a demandas específicas da comunidade na qual está inserida.

▪ Filiação socioafetiva

Produção e lançamento institucional da cartilha "Filiação Socioafetiva," que oferece orientações sobre o reconhecimento voluntário de parentalidade, resultado de supervisão de estágio em Psicologia.

O material foi organizado pela psicóloga Polyana Labre, ex-estagiária da Equipe Multi, sob supervisão da coordenadora da Equipe Multidisciplinar, Dayelly Nascimento, e do psicólogo Raylon Mendes Maciel, com apoio da Central de Atendimento de Família (CAF).

Clique para acessar



Outros projetos de destaque do período:

Projeto Defensoria Pública nas Escolas: desenvolvido pela Esdep e executado por profissionais da Equipe Multidisciplinar. Foram **135 ações educativas** em unidades de ensino localizadas nas nove Diretorias Regionais, totalizando **12.648 participantes.**

Projeto Viva: executado em atuação conjunta com o Nadep. Foram realizados **169 atendimentos psicossociais** nas Unidades Prisionais Femininas de Talismã, Ananás, Palmas e Miranorte, além de **15 visitas interdisciplinares**, beneficiando **147 mulheres**. A equipe também atuou nas ações de intervenção social realizadas em Palmas e Talismã, com foco na promoção da autoestima, empatia e dignidade das mulheres custodiadas.



Projeto Defensoria nas Escolas na ETI Euridice.

Fotos: Marcus Mesquita/Comunicação DPE-TO

Projeto Construindo Caminhos: realizado em parceria com o Nudeca, promoveu a capacitação de 216 profissionais das equipes técnicas de instituições de acolhimento e do sistema socioeducativo. As capacitações foram conduzidas pelo assistente social de Porto Nacional, Jurimar Mendes Lima Júnior, em conjunto com a coordenadora do Nudeca, defensora pública Elisa Maria Pinto de Souza Falcão Queiroz, e a assessora jurídica do Núcleo, Márcia Ayer.

Fotos: Rafael Bastista/Comunicação DPE-TO





Fotos: Cinthia Abreu/Comunicação DPE-TO

Intervenção Social a partir do Projeto Viva

Além dos resultados relacionados ao atendimento jurídico e psicossocial, iniciativas de intervenção social idealizadas por integrantes da equipe executora do Viva, especialmente as Estagiárias, foram um diferencial desse projeto:

- Doação de coletores menstruais às mulheres custodiadas na Unidade Penal de Ananás, por iniciativa da Equipe Multi de Araguaína e da titular da 2ª Defensoria de Família e Sucessões de Araguaína, defensora pública Vanessa Michele do Nascimento;
- Realização do Projeto "Leitura Liberta", que resultou na arrecadação e doação de 180 livros para a Unidade Prisional Feminina de Palmas. Idealizado pelas estagiárias de Serviço Social, Maisy Alves de Moura e Rosiclea Bezerra de Souza, com supervisão das assistentes sociais Itacyra Evangelista e Raiane Soares;
- Arrecadação e entrega de 27 kits de higiene na Unidade Prisional Feminina de Palmas. Idealizada pela estagiária de Serviço Social, Valéria Cunha Rosa, supervisionada pela assistente social Raiane Soares.

Apoio técnico

- **Projeto Defensoria na Rua:** integrantes da Equipe Multidisciplinar prestaram apoio técnico aos atendimentos realizados pelo projeto.

- **Atendimento:** participação na elaboração de minuta para a criação de um Protocolo de Atendimento às Pessoas em Situação de Sofrimento Psíquico, uma iniciativa voltada para assegurar um acolhimento adequado e humanizado.

- **Solar:** desenvolvimento de atividades relacionadas aos atendimentos encaminhados por meio do sistema Solar, incluindo a elaboração de documentos técnicos, como laudos e pareceres, para subsidiar a atuação jurídica da Instituição.



Foto: Rafael Bastista/Comunicação DPE-TO

Atividades Acadêmicas

- Mediação em Seminário sobre o sistema carcerário no Estado do Tocantins;
- Palestra no Seminário sobre a Psicologia e o Sistema Prisional (UFT);
- Supervisão de Estágio Curricular em Psicologia e Serviço Social;
- Ministração de Roda de conversa sobre trabalho infantil e Direitos Humanos (Unitins);
- Palestra em *Workshop* sobre "Violência Silenciosa: como perceber e se proteger", parte do Programa de Extensão da Unitins, intitulado: Desvendando Silêncios: compreendendo formas sutis de violência contra a mulher;
- Participação em Cine Debate na UniCatólica, com exibição do filme "Um Estranho no Ninho" e discussão sobre o tema "Loucura, criminalidade e institucionalização: a produção da (des)humanização."

Apoio especializado e multidisciplinar

Oferece suporte técnico especializado e multidisciplinar em comissões institucionais ou grupos de trabalho, e também em reuniões intersetoriais com a rede de políticas e serviços públicos. Um exemplo é atuação no Grupo de Trabalho para construir as diretrizes da Política Antimanicomial do TJTO.

Fonte: Equipe Multidisciplinar e Site DPE-TO.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO



EDUCAÇÃO EM DIREITOS, APRIMORAMENTO PROFISSIONAL E PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO



Equipe da Esdep em encontro com a Gestão Superior.

Foto: Marcus Mesquita/Comunicação DPE-TO

Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep)

A Esdep é uma Escola de Governo mantida pela DPE-TO, com sede administrativa na cidade de Palmas, criada por meio da Lei Complementar Estadual n.º 110/2017.

Criada para promover aprimoramento cultural e profissional de Defensoras(es), Servidoras(es) e Estagiárias(os), bem como educação em direitos ao público externo, a atuação da Esdep tem contribuído para a elevação dos padrões técnicos e científicos dos serviços prestados à população tocantinense, com foco na excelência do atendimento e na efetividade das funções institucionais.

A cada ano, a Esdep amplia seu papel como promotora de conhecimento, tanto para a sociedade quanto para os e as integrantes do quadro da Defensoria Pública.

Gestão da Esdep

O ano de 2023 foi marcado por novidades na gestão da Escola. Em 19 de junho, **a defensora pública Elydia Leda Barros Monteiro** foi designada como **nova diretora.** Elydia Monteiro é a quarta titular da Esdep e assumiu o desafio de dar continuidade à trajetória de excelência e consolidação da Escola, que já foi gerida pelas defensoras públicas Maria do Carmo Cota e Téssia Gomes Carneiro, e pelo defensor público Neuton Jardim dos Santos.

Destaques do Biênio

TOP 5 2023

01 - Acessibilidade e inclusão

Realização do Curso Básico de Língua Brasileira de Sinais (Libras), com a participação de 31 profissionais, entre Defensoras(es) e Servidores(as) dos Núcleos Regionais de Araguaína, Araguatins, Dianópolis, Colinas, Guaraí, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional. Em 2024, foi realizada a edição Intermediária do Curso, com 16 participantes.

02 - Lançamento de livros

Lançamento de três obras muito especiais para a Instituição, pois, além de abordar temas relacionados à atuação defensorial, são de autoria de pessoas que fazem parte da história da Esdep e fruto das pesquisas de Mestrado e Doutorado que desenvolveram.

- Livro *Levando a sério as injustiças: a ilegitimidade da autoridade política do Estado brasileiro à luz do Liberalismo do Medo de Judith Shklar* é de autoria da defensora pública Elydia Leda Barros Monteiro;
- Livro Leitura: *Espaço de Liberdade* é de autoria da defensora pública Téssia Gomes Carneiro;
- Livro *Identidade Pessoal e sua Proteção Extrajudicial* é de autoria do defensor público Neuton Jardim dos Santos.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO





Foto: DPE-TO/Divulgação

03 - Multiplicadoras (es) de Direitos Humanos

Quinze estudantes de Direito e Psicologia participaram do Curso Básico em Direitos Humanos promovido pela Esdep, em parceria com a Clínica de Direitos Humanos do Ceulp/Ulbra. Estudantes participaram de aulas teóricas e práticas sobre a construção de conhecimento crítico sobre o que são os DHs e quais seus mecanismos de garantia, tornando-se assim potenciais multiplicadoras(es) de Direitos Humanos.

04 - Construção coletiva

A Esdep reforçou a importância de construir com a participação de todas(os), o Calendário Acadêmico da Instituição. Além de reuniões pontuais realizadas com as equipes, também recebeu sugestões via e-mail.

05 - Palestra de Ministro do STJ

Abrindo oficialmente as comemorações do Mês da Defensoria Pública, a instituição foi agraciada com uma palestra do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Rogério Schietti Cruz. Ao falar sobre "A Defensoria Pública e os temas em destaque no STJ", o Ministro relembrou também o período em que atuou como Defensor Público.



Foto: DPE-TO/Divulgação

TOP 5 2024

01 - Seminário Luiza Bairros: Desafios e Perspectivas para Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial no Tocantins

Realizado pela Esdep e Nucora, em parceria com a Universidade Federal do Tocantins e o Ministério da Igualdade Racial, o Seminário promoveu debates e reflexões sobre políticas públicas de igualdade racial em diversas áreas, como educação, saúde e comunidades quilombolas. Com a participação de profissionais da Instituição, docentes, integrantes de movimentos sociais, gestoras(es) públicas(os) e a sociedade em geral, o evento objetivou ainda fomentar a adesão dos municípios tocantinenses ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir).



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

02 - Implantação da plataforma *Online Moodle*

A Esdep implantou a Plataforma *Moodle*, disponibilizando a modalidade virtual para a qualificação de Defensoras(es), Servidoras(es), Estagiárias(os) e Voluntárias(os) da Instituição. O ambiente *online* ampliou o alcance e o acesso às capacitações, cursos e formações, além de facilitar a participação do público-interno, independente da localização.

03 - Estruturação do estúdio da Esdep

Em 2024, a Esdep concluiu a estruturação do estúdio para gravação de aulas. Integrado à Plataforma Virtual de Aprendizagem, esse recurso permitiu a oferta de cursos no formato EAD, potencializando a qualificação de profissionais que atuam em unidades de todo o Estado, bem como no Núcleo Regional de Brasília.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO



04 - Curso de Excelência no Atendimento ao Público

Primeiro curso ofertado por meio da Plataforma Moodle, voltado prioritariamente para Servidoras e Servidores do Setor de Triagem. A capacitação abordou temas essenciais para aprimorar o serviço institucional, com ênfase na atuação junto aos públicos mais vulnerabilizados. Ao todo, 138 profissionais de todas as unidades da Defensoria Pública participaram do curso.

05 - Capacitação Virtual para Estagiárias e Estagiários

Formação permanente e virtual, voltada para Estagiárias(os) da Instituição, abordou informações iniciais e essenciais sobre o funcionamento da Defensoria Pública, além de apresentar as diversas áreas de atuação. Produzido com a colaboração de Defensoras(es) Públicas(os) e de Servidoras(es) de diferentes setores, o curso preparou 287 Estagiárias(os) em todo o Estado para o desempenho de suas funções.

Em 2024, a Esdep também promoveu o lançamento de duas obras acadêmicas focadas nos Direitos Humanos de autoria da defensora pública Isabella Faustino Alves: *Direitos Humanos e interconstitucionalidade: processos de abertura*; e *Direitos e exceção em ensaio(s): "somos tod@s guarani-kaiowá"?* .

Ações de capacitação e eventos científicos

Nesta Gestão, a **Esdep realizou 85 ações voltadas tanto à capacitação interna quanto a eventos científicos destinados ao público geral,** abrangendo uma ampla diversidade de temas alinhados às áreas estratégicas de atuação da Instituição e à defesa e promoção de Direitos Humanos.



Capacitação Elaboração de Projetos.
Foto: Gisele França/Comunicação DPE-TO

As ações de capacitação abrangem tanto aquelas promovidas diretamente pela Esdep quanto atividades externas e organizadas por parceiros, intermediadas pela Escola, visando garantir a qualificação das e dos profissionais da Instituição.

A oferta de cursos presenciais para Defensoras(es) Públicas(os) e Servidoras(es) das Diretorias Regionais possibilitou o aprimoramento técnico e fomentou a troca de experiências e a criação de fluxos de trabalho mais uniformes.

Capacitação "Atuação defensiva" foi ministrado pelo 2º subdefensor público-geral do Maranhão, Paulo Rodrigues da Costa .
Foto: Gisele França/Comunicação DPE-TO



Além disso, com a implantação da Plataforma *Moodle*, em 2024, foi possível expandir a oferta de qualificação, permitindo a participação, independentemente da lotação de cada profissional.

ANO	AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E EVENTOS CIENTÍFICOS	TOTAL DE HORAS-AULA	PÚBLICO PARTICIPANTE
2023	46	475	2.122
2024	39	583	1.844
TOTAL DO BIÊNIO	**85**	**1.058**	**3.966**

2023

442 profissionais do quadro qualificados(as), em **349** horas-aulas.

2024

957 integrantes do quadro qualificados(as), em **583** horas-aulas.

Grupos de Pesquisa: vulnerabilidades e Direitos humanos

Em 2024, a Esdep iniciou as atividades dos Grupos de Pesquisa, com foco em vulnerabilidades e Direitos Humanos. Os trabalhos começaram em janeiro, a partir de reunião da Diretoria da Escola com as líderes dos grupos, na qual foram definidos temas, cronogramas e objetivos para fomentar a pesquisa científica na DPE-TO.

Grupos e atividades

Os Grupos de Estudos em Direitos Humanos e Vulnerabilidades (Gedh) têm como objetivo aproximar profissionais da DPE-TO com interesse em temas relacionados, promovendo o compartilhamento de pesquisas, estudos e publicações, bem como a discussão de textos, revisão de bibliografias e compartilhamento de experiências institucionais.

São divididos em quatro linhas de pesquisa:

- **Direitos Humanos, Vulnerabilidade, Comunicação Social e Defensoria Pública**
- **Direitos Humanos, Vulnerabilidade, Sistema Socioeducativo e Penal**
- **Direitos Humanos, Vulnerabilidade e Direitos Difusos**
- **Direitos Humanos, Vulnerabilidade e Políticas Públicas**

Os encontros são realizados virtualmente, para facilitar o acesso independente da unidade de lotação das/dos participantes, de forma mensal ou bimestral, durante o expediente da Instituição.



Encontro do grupo de pesquisa com a discussão do livro "A (re)Invenção dos Direitos Humanos", de Joaquín Herrera Flores.

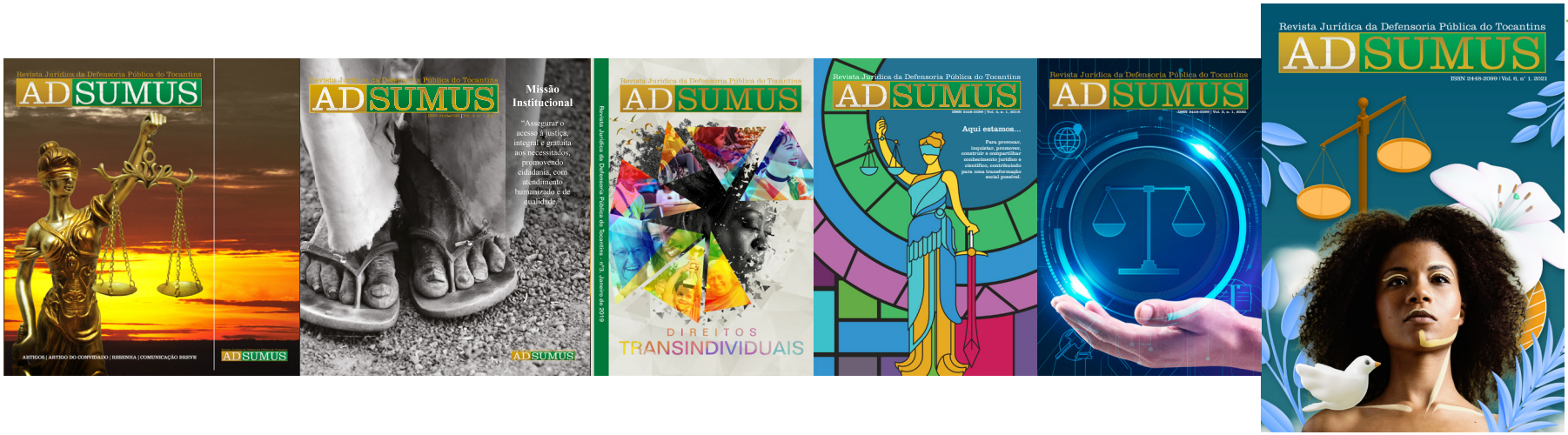
Foto: Print do encontro online com edição para o Portal/Divulgação

Revista Adsumus

Produzida pela Esdep, a Revista Jurídica da Defensoria Pública do Tocantins - Adsumus é um importante veículo para a disseminação de pesquisas jurídicas-científicas relacionadas à atuação defensorial, às práticas de Justiça e aos Direitos Humanos, consolidando-se como uma plataforma de referência para a produção acadêmica na Instituição.

- **6ª Edição: publicação em 2023**

A 6ª edição da Revista incluiu artigos inéditos e originais de diferentes áreas do Direito, com foco na efetividade dos Direitos Humanos e na atuação jurídica da Defensoria Pública. A edição contou com nove artigos aprovados e apresentou também os registros do II Congresso Científico em Direitos Humanos, que envolveu Defensoras(es), Servidoras(es), Estagiárias(os) e comunidade acadêmica.



Já os Anais do III Congresso de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) também foram publicados em 2023.

Clique para acessar

- **2024: implantação de fluxo contínuo**

A Adsumus, gerida pela Esdep por meio da plataforma *Open Journal System* (OJS), passou a adotar o fluxo contínuo de submissões, permitindo maior fluidez no lançamento das edições. A mudança visa melhorar os indicadores *Qualis*, aprimorando as avaliações das publicações. Além disso, a Revista passará a incluir materiais de convidadas(os) aprovados pelo Conselho de Política Editorial, submetidos à revisão técnica.

Para conferir todas as edições publicadas, clique aqui:

Clique para acessar

- **7ª Edição**

Em 2024, a Esdep lançou o edital para o recebimento de produções científicas para a 7ª edição da Adsumus. Os artigos científicos e de revisão, resenhas, comunicações breves, relatos de experiência e entrevistas recebidos até 15 de novembro estão em fase de avaliação para possível publicação nesta edição.



Revista Arandu - Norteando Direitos

Publicação científica das Defensorias Públicas dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Disponível em formato eletrônico, a Revista Arandu visa promover a reflexão sobre o Direito na região Norte do Brasil, abordando temas de interesse comum às sete Instituições envolvidas.

A defensora pública Téssia Gomes Carneiro e o defensor público Neuton Jardim dos Santos, ambos ex-diretores da Esdep, atuam como Editores Científicos Assistentes da Revista.

3ª Edição (2023):

Composta por 15 trabalhos científicos, a terceira edição abordou temas diversos, demonstrando a capacidade da Defensoria Pública em produzir conhecimento científico relevante. Esta edição conta com artigo inédito produzido por uma servidora da DPE-TO.

4ª Edição (2024):

Reunindo 9 artigos científicos e uma resenha, a quarta edição reforçou o papel fundamental da Revista no debate sobre questões de social e jurídica, consolidando-se como uma plataforma plural para o aprimoramento técnico de profissionais que atuam nas Defensorias Públicas do Brasil.

Para conferir todas as edições publicadas, clique aqui:

Clique para acessar

Parcerias e cooperação técnica

2023

- **Parceria entre a DPE-TO, a Unitins e o Governo do Estado do Tocantins** para oferta de duas vagas para o Curso de MBA em Políticas Públicas para Cidades Inteligentes, para o qual foram selecionados dois servidores;

- **Celebração de termo de cooperação técnica e operacional com o Centro de Ensino Superior de Palmas (Cesup),** para o intercâmbio acadêmico, científico, cultural e tecnológico, visando a troca de experiências, de informações, de desenvolvimento de pesquisas e oferta mútua de cursos, capacitação e aperfeiçoamento funcional, entre outras atividades de interesse comum;

- **Renovação do Termo de Cooperação Técnica com o Estado do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esporte**, para o desenvolvimento do projeto "Defensoria Pública nas Escolas". O objetivo é promover educação em direitos junto à Comunidade Escolar, fortalecer os laços de cidadania e cooperar com o processo de construção do conhecimento, por meio da realização de ações educativas em Escolas Estaduais com Ensino Médio nos municípios abrangidos pelo projeto.

- **Renovação do Termo de Cooperação Técnica com o Município de Palmas, por meio da Secretaria Municipal da Educação**, para o desenvolvimento do projeto "Defensoria Pública nas Escolas". O objetivo é promover educação em direitos junto à Comunidade Escolar, fortalecer os laços de cidadania e cooperar com o processo de construção do conhecimento, por meio da realização de ações educativas nas Escolas Municipais com Ensino Fundamental na Capital.

2024

- **Celebração de parceria com a Controladoria Geral do Estado (CGE-TO)**, para intercâmbio e cooperação técnica na área de capacitação continuada de servidoras(es) públicas(os), sem ônus financeiro para as instituições, com a oferta de cursos e capacitações pelos signatários;

- **Estabelecimento de parceria com a Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, para o desenvolvimento de atividades educacionais e eventos de natureza cultural e técnico-científica, com a interveniência da Escola do Legislativo do Tocantins. O termo de cooperação visa o aperfeiçoamento de Servidoras(es) de ambas as instituições, assim como de Defensoras(es) Públicas(os), Parlamentares e a comunidade em geral;

- **Renovação do Convênio de Cooperação de Estágio com o Centro Universitário Tocantinense Presidente Antônio Carlos (Unitpac)**, para possibilitar a realização de estágio curricular obrigatório para estudantes regularmente matriculados(as) nos cursos superiores e disciplinas de estágio da Unitpac, conforme a disponibilidade de vagas na DPE-TO;

- **Renovação do Termo de Cooperação Técnica com a Procuradoria Geral do Estado do Tocantins**, para estabelecer cooperação técnica e intercâmbio científico, educacional e cultural, promovendo a troca de experiências, informações e tecnologias. Também prevê a oferta mútua de cursos, capacitações, aperfeiçoamento funcional e outras atividades de interesse comum.

Fonte: Esdep, Site e Portal da DPE-TO

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO



GESTÃO COM A NOSSA GENTE



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Esta Gestão se destaca pelo cumprimento de compromissos, pelo diálogo aberto e contínuo com entidades representativas de Membros(as) e Servidores(as), e pela implementação de ações de valorização de carreira, pertencimento, saúde e bem-estar.

Compromissos honrados

▪ Recomposição do quadro

Ingresso de 11 Defensoras e Defensores Públicos aprovados(as) no IV Concurso para a Carreira, regido pelo Edital n.º 1 – DPE-TO, de 17 de dezembro de 2021, nesses dois anos de Gestão. A recomposição do quadro de Membros(as) e Servidores(as) continua sendo uma prioridade para assegurar o atendimento à população assistida, especialmente àquela que reside em localidades mais distantes dos grandes centros urbanos.

▪ Ampliação do quadro de Defensoras e Defensores Públicos

A Lei Complementar n.º 155/2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins n.º 6.568, de 10 de maio de 2024, modificou a Lei Complementar n.º 55/2009, ampliando o quadro de Membros(as) da DPE-TO, com a criação de 7 novos cargos de Defensor(a) Público(a) de Classe Especial. Além disso, promoveu outras modificações importantes na estrutura da Instituição, como a criação da Diretoria Geral.

▪ Data-base

Aprovação e implementação do pagamento da Data-base dos exercícios de 2023 e 2024, a ocupantes de cargos de provimento efetivo, em comissão e funções de confiança da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

2023: percentual de 5,93%, nos termos da Lei Complementar n.º 143/2023 (DOE n.º 6.322).

2024: percentual de 3,71%, nos termos da Lei Complementar n.º 154/2024 (DOE n.º 6.568).

▪ Reajuste do auxílio-alimentação

Reajuste do auxílio-alimentação de Membros(as) e Servidores(as) da Defensoria Pública, para o valor de R$ 1.500,00, com vigência a partir de 1º de maio de 2024, nos termos dos Atos n.º 149/2024 e 422/2024.

▪ Auxílio-transporte

Ampliação da concessão do benefício de auxílio-transporte aos/às Servidores(as) que utilizem transporte coletivo municipal ou intermunicipal nos deslocamentos recíprocos entre suas residências e os locais de trabalho, em conformidade com as disposições do Ato n.º 371/2024, que promove alterações no Ato n.º 274/2022.

▪ Reajuste do Programa de Estágio

Reajuste da bolsa e auxílio-transporte de Estagiárias(os) da modalidade não obrigatória da Defensoria Pública, conforme Atos n.º 364/2023 e n.º 365/2023.

Política de gestão de carreiras

Algumas ações realizadas pela Administração Superior focadas no desenvolvimento e reconhecimento das carreiras de Defensoras(es) Públicas(os) e Servidoras(es):

- Alteração nas regulamentações atinentes à atuação da Escola Superior da Defensoria Pública;
- Explicitação de etapas da realização de concurso público para provimento dos cargos de Defensoras e Defensores;
- Instituição da concessão da licença especial;
- Criação de 32 Funções de Confiança (FCDP – Assessor de Apoio Especializado) para Servidoras(es) ocupantes de cargo de provimento efetivo;
- Implementação de progressão funcional aos/às Servidores(as) abrangidos(as) pela Lei n.º 3.744/2020;

- Alteração dos efeitos financeiros da progressão funcional e dos requisitos para evolução funcional;
- Aprimoramento dos quesitos e respostas que compõem o corpo do formulário da avaliação de desempenho;



- Desenvolvimento de novas funcionalidades no sistema de registro dos cursos de capacitação e qualificação (Odin) para fins de evolução funcional.

Evolução funcional: Servidores

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	
	2023	2024
Progressões horizontais	2	244
Progressões verticais	2	86
Enquadramentos	4	4
Total anual	**8**	**334**
TOTAL DO BIÊNIO	**342**	

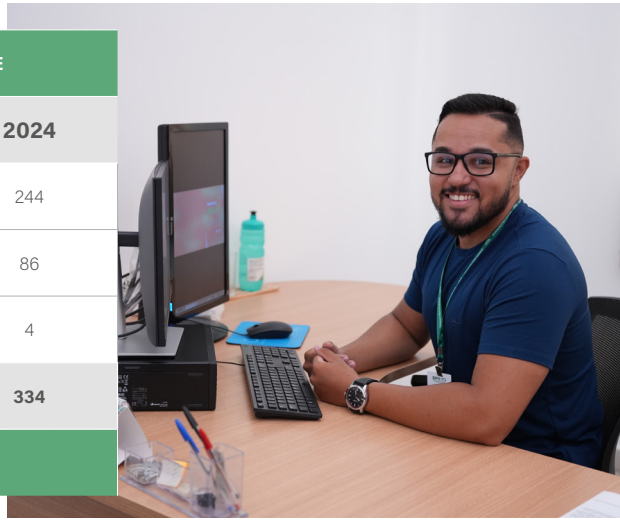


Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

Avaliações periódicas de desempenho

REFERÊNCIA	QUANTIDADE
Exercício 2023	756
Exercício 2024	703
TOTAL DO BIÊNIO	**1.459**

924 certificados analisados (2023-2024)

referentes a aperfeiçoamento, ação ou programa de capacitação, realizados por Servidoras e Servidores.

Revisão de legislação de pessoal

- Ato n.º 092/2023: publicado no Diário Oficial da Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DODPE) n.º 437 (10/03/2023), dispõe sobre consignações em folha de pagamento no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, visando oportunizar a disponibilização de melhores taxas para os consignados;
- Resolução CSDP n.º 245/2023: publicada no DODPE n.º 498 (15/06/2023), institui a Política Institucional de Preservação da Qualidade do Relacionamento Interpessoal no Trabalho, Prevenção e Tratamento do Assédio, da Discriminação e de outras formas de Violência no âmbito da Instituição;
- Portaria n.º 944/2023: publicada no DODPE n.º 522 (19/07/2023), institui a Comissão de Política de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização Profissional no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Tocantins;
- Ato n.º 280/2023: publicado no DODPE n.º 558 (12/09/2023), designa os(as) integrantes para comporem a Comissão de Preservação da Qualidade do Relacionamento Interpessoal no Trabalho, Prevenção e Tratamento do Assédio, da Discriminação e outras formas de Violência (Codav);

- Ato n.º 289/2023: publicado no DODPE n.º 565 (21/09/2023), regulamenta a antecipação da gratificação natalina a Membros(as) e Servidores(as) da DPE-TO;

- Ato n.º 81/2024: publicado no DODPE n.º 662 (28/02/2024), altera o Ato n.º 97/2020, que regulamenta os critérios de recrutamento, seleção e acompanhamento de estágio educativo escolar supervisionado, dentro do Programa de Estágio da Instituição;

- Ato n.º 105/2024: publicado no DODPE n.º 674 (15/03/2024), altera o Ato n.º 180/2016, que regulamenta o processo de progressão funcional de Servidoras(es) efetivas(os);

- Ato n.º 149/2024: publicado no DODPE n.º 722 (29/05/2024), autoriza, nos termos do artigo 3º, parágrafo único, da Resolução-CSDP n.º 084/2012, a atualização do valor do auxílio-alimentação no âmbito da Instituição, mediante o reajuste de 5,93% sobre seu montante atual, observando-se a disponibilidade orçamentária;

- Ato n.º 422/2024: publicado no DODPE n.º 882 (17/01/2025), autoriza, nos termos do artigo 3º, parágrafo único, da Resolução-CSDP n.º 084/2012, o reajuste do auxílio-alimentação para o valor de R$ 1.500,00, a partir de 1º de maio de 2024;

- Lei Complementar n.º 155/2024: publicada no Diário Oficial do Estado do Tocantins n.º 6.568 (10/05/2024), que altera a Lei Complementar n.º 55, de 27 de maio de 2009, que organiza a Defensoria Pública do Estado do Tocantins;

- Ato n.º 333/2024: publicado no DODPE n.º 797 (13/09/2024), altera o Ato n.º 180/2016, que regulamenta o processo de progressão funcional de Servidoras(es) efetivas(os);

- Ato Conjunto n.º 001/2024: publicado no DODPE n.º 797 (13/09/2024), dispõe sobre a implantação do Assentamento Funcional Digital (AFD), no âmbito da Instituição;

- Portaria n.º 1348/2024: publicada no DODPE n.º 800 (18/09/2024), institui a Comissão de Trabalho do Projeto de Assentamento Funcional Digital (AFD).

Diálogo com entidades representativas

Durante o Biênio, a Gestão Superior priorizou o diálogo com as entidades representativas e a construção conjunta de melhorias para os e as profissionais que atuam na Instituição. Foram realizadas reuniões com representantes classistas de Defensoras(es) e Servidoras(es) neste período.

Fotos: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO



Gestão Superior em atividades com representantes do Sisdep e Adpeto

Programa de Estágio

O Programa de Estágio da DPE-TO é regulamentado pelo Ato n.º 97/2020, e recebe estudantes de Graduação e Pós-Graduação.

As vagas disponíveis no Programa aumentaram de 220 em 2023 para 270 em 2024.

Foto: Comunicação DPE-TO





Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

2023*

212 Estagiárias e Estagiários em atuação, de um total de 220 vagas disponíveis.

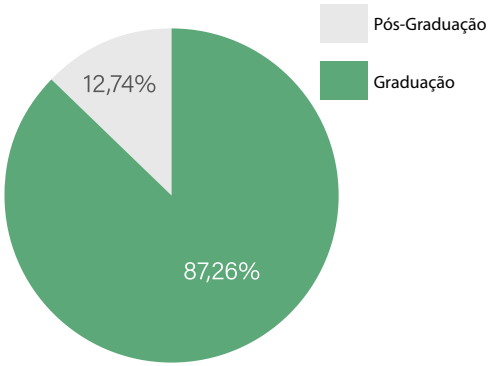
185 estudantes de Graduação e 27 de Pós-graduação.

2024**

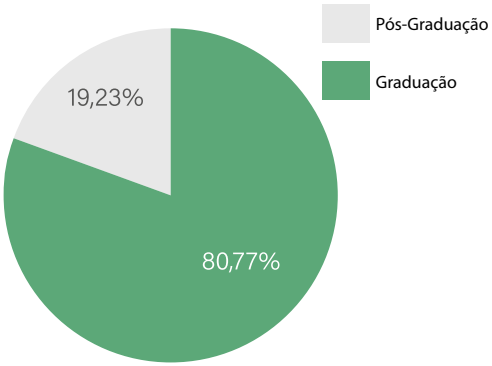
234 Estagiárias e Estagiários em atuação, de um total de 270 vagas disponíveis.

189 estudantes de Graduação e 45 de Pós-graduação.

OCUPAÇÃO DE VAGAS DE ESTÁGIO



*Dados referentes a 31/12/2023



**Dados referentes a 31/12/2024.

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (Cpai)



Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

A Cpai desenvolveu diversas ações no período, com foco na promoção da inclusão e da acessibilidade no ambiente institucional:

- Ação pedagógica e informativa na Sede Administrativa em alusão ao Dia Internacional da Pessoa com Surdocegueira;
- Elaboração e aplicação de formulário de pesquisa com Servidoras e Servidores que declararam ser pessoa com Deficiência, visando identificar suas necessidades específicas e adequar o ambiente laboral de forma inclusiva e acessível;
- Elaboração de levantamento de Servidoras(es) que estão em trabalho remoto por motivações relacionadas à própria saúde ou de familiar.

Assentamento Funcional Digital (AFD)

O Assentamento Funcional Digital (AFD) foi instituído pelo Ato Conjunto n.º 001, de 30 de agosto de 2024, da Defensoria Pública Geral e da Corregedoria Geral, estabelecendo critérios e procedimentos para a organização, digitalização, armazenamento e acesso aos assentamentos funcionais. A partir disso, foi criada Comissão de Trabalho do Projeto AFD para coordenar e acompanhar a digitalização dos documentos funcionais.

O AFD é o dossiê digital que substituirá as pastas e assentos funcionais físicos, servindo como fonte primária de dados sobre Membros(as) e Servidores(as) da Defensoria Pública.

O projeto de implantação está em fase de organização, análise, digitalização e inclusão dos assentamentos físicos no Sistema AFD.

Quando estiver implementado integralmente, o Sistema AFD garantirá acesso rápido e fácil às informações funcionais no âmbito da Defensoria Pública, proporcionando maior agilidade e eficiência aos processos administrativos e de pessoal.

Nova identidade funcional



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Implementação de nova arte gráfica dos crachás de identificação funcional de Servidoras(es), Estagiárias(os), Voluntárias(os) da DPE-TO. A mudança visa incorporar requisitos de qualidade, transparência e segurança próprios de documentos oficiais de identificação, além de alinhar os crachás à nova identidade visual institucional adotada pela Defensoria Pública.

Pertencimento, saúde e bem-estar

A Gestão promoveu diversas ações relacionadas ao pertencimento, saúde e bem-estar:

- **Acolhimento Psicológico:** ofereceu suporte emocional aos/às profissionais, proporcionando um espaço para lidar com questões psicológicas e promovendo o bem-estar mental;
- **Você faz a Defensoria ir além:** por meio de parcerias com instituições de saúde, educação e esporte, foram

realizadas diversas ações focadas na valorização dos e das profissionais da Instituição;

- **Despertar - Desenvolvendo competências socioemocionais:** o objetivo da ação foi apresentar as competências socioemocionais e motivar a reflexão sobre a necessidade de desenvolvê-las e aplicá-las no ambiente de trabalho;

- **Atendimento do Instituto de Identificação:** por meio de uma parceria com a DPE-TO, o Instituto de Identificação da Secretaria Estadual de Segurança Pública atendeu 150 Defensoras(es) e Servidoras(es), para emissão do novo modelo da Carteira de Identificação Nacional (CIN). Dentre as pessoas atendidas, 125 conseguiram emitir o documento;

Foto: Marcos Miranda/Comunicação DPE-TO



- **Ação para a saúde mental:** parceria com a Universidade Luterana do Brasil de Palmas (Ceulp/Ulbra), promoveu ações voltadas à saúde mental no trabalho, com intervenções realizadas por estudantes de Psicologia, sob supervisão da Coordenação do Curso;

- **Projeto Reconectando:** executado pelo Núcleo Regional de Palmas, voltado ao público interno, busca promover saúde mental e laboral por meio da prática de yoga. Foram realizadas 139 aulas, com a participação de 215 profissionais durante o Biênio;



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

- **Educação Financeira:** realização de curso pela Escola Superior da Defensoria Pública em parceria com a empresa Zetra, com 98 pessoas inscritas;

- **Abraço essa causa:** desenvolvido pela Diretoria do Núcleo Regional dos Tribunais Superiores em parceria com o Hospital de Amor Tocantins, com objetivo de envolver Defensoras(es), Servidoras(es) e Estagiárias(os) em ação de incentivo à construção da sede da Associação de Combate ao Câncer Palmas para a Vida (ACCPV). Aproximadamente 400 pessoas se envolveram na ação, sendo 250 integrantes da Instituição, além da participação em passeio ciclístico;

- **Homenagens às profissões:** elaboração de calendário de divulgação em homenagem às profissões que integram o quadro da Instituição, com objetivo de reforçar o sentimento de pertencimento;

- **Felicitações às/aos profissionais:** divulgação de cartões virtuais de aniversário;

- **Campanha de Vacinação:** oferta de vacinação a Defensoras(es), Servidoras(es), Estagiárias(os), Voluntárias(os) e Colaboradoras(es) Terceirizadas(os), por meio de parcerias com as Secretarias Municipais de Saúde;

Foto: DPE-TO Araguaína / Arquivo DPE-TO

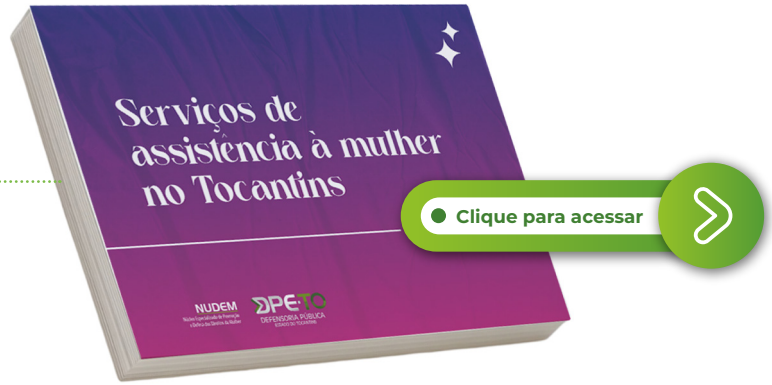


Foto: DPE-TO Paraíso do Tocantins / Divulgação



- **Dia Internacional da Mulher:** realização de quatro rodas de conversa focadas no diálogo e na reflexão sobre questões relacionadas às mulheres;

- **Direito das mulheres:** elaboração de Cartilha Assistencial e de Saúde de Apoio às Mulheres do Tocantins para divulgação ao público interno;



- **Papai Noel dos Correios:** o apoio à campanha solidária resultou no atendimento a 103 cartas em 2023, e 67 em 2024.

Ações de qualidade de vida no trabalho

Algumas ações com foco na criação das condições adequadas para um trabalho com bem-estar e alta performance:

- Programa de Gestão de Riscos (PGR);
- Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT);
- Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP);
- Elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).

Homenagem aos(às) terceirizados(as)



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

A Administração Superior realizou uma homenagem especial aos(às) profissionais terceirizados(as) da Instituição. Pessoalmente, a Defensora Pública-Geral, Estellamaris Postal, agradeceu o empenho e dedicação desses(as) profissionais: "vocês fazem parte da Defensoria Pública".

GESTÃO DE CREDIBILIDADE: RECONHECIMENTO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Fortalecimento institucional: articulação nacional e estadual

A articulação em âmbito nacional e estadual, realizada pela Gestão Superior, foi fundamental para fortalecer a atuação da Defensoria Pública do Estado do Tocantins em sua missão de levar o acesso à justiça à população tocantinense, de defender direitos e de promover cidadania. **As relações institucionais foram aprimoradas a partir de diálogos e parcerias com Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário,** líderes nacionais e regionais, além de organizações da sociedade civil.

Destaques nacionais

2023



Vice-presidente e Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Edson Fachin, em visita à DPE-TO.



Reunião com ministro do Desenvolvimento e Assistência Social Wellington Dias sobre parcerias institucionais.



1º Subdefensor Público-Geral, Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves, em reunião com o ministro Flávio Dino, o governador do Tocantins Wanderlei Barbosa, o deputado federal Ricardo Ayres, e lideranças quilombolas tocantinenses.



2º Subdefensor Público-Geral, Danilo Frasseto Michelini, com representantes do Conselho Nacional dos Direitos Humanos.



Participação do 1º Subdefensor Público-Geral em reunião com parlamentares da bancada federal do Tocantins no Congresso Nacional para definição de emendas para 2024.



Articulações da Gestão Superior com parlamentares para implantação de Econúcleos em 2024.



Visita institucional realizada pelo 1º Subdefensor Público-Geral ao Ministério da Defesa e Programa Calha Norte (PCN).



Presença em sessão solene no Congresso Nacional em homenagem aos 35 anos do Estado do Tocantins.



Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Rogério Schietti Cruz, em palestra na DPE-TO.

2024



Reunião com Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, para tratar de pautas institucionais.



Agenda da Gestão Superior com o Ministro da Defesa, José Mucio Monteiro Filho.



Em Brasília, DPE-TO presente no lançamento do plano "Defensoria em Todos os Cantos".



Articulações da Gestão Superior com parlamentares para implantação de Econúcleos em 2025.



Autoridades federais e estaduais homenageadas com a Medalha de Honra ao Mérito da Defensoria Pública.



Diretora do Ministério da Igualdade Racial em visita à Instituição.



Presença em sessão solene no Congresso Nacional em homenagem ao Dia da Defensoria Pública.



2º Subdefensor Público-Geral em reunião com equipe técnica do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Destaques Estaduais

2023



Participação da Defensoria Pública na Consulta pública para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 do Governo do Tocantins.



Reunião da Administração Superior com a Prefeitura de Ananás sobre implantação de Econúcleo.



Assinatura de Termo de Cooperação para instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) no Estado. De iniciativa do Tribunal de Justiça do Tocantins, conta com a participação de outras instituições integrantes do sistema de justiça.



Reuniões com órgãos federais e prefeituras.



Solenidade de entrega da Certidão de Autodefinição Quilombola da Fundação Cultural Palmares às Comunidades Rio Preto e Dona Domicília; e assinatura do Projeto de Lei de implantação de Cotas para concursos públicos no Executivo Estadual.



Visita institucional da Secretária de Estado da Mulher à Defensoria Pública.



Reuniões com lideranças da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins.



Participação em solenidade de inauguração do Resolve Lagoa.



Homenagem ao Desembargador aposentado Júlio Resplande.

2024



Acompanhados de autoridades federais e estaduais, a Defensora Pública-Geral, Estellamaris Postal, e o Governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa, anunciaram novas nomeações de Defensoras(es) Públicas(os) e a sanção da lei da data-base.



Em alusão ao Dia da Justiça, Defensoria Pública concedeu Honra ao Mérito a autoridades parceiras.



DPE-TO presente no lançamento do projeto "Por Todas as Marias" no Tocantins.



Reunião com a Funai para alinhar ação para atendimento a mulheres indígenas Karajá.



Reunião da Administração Superior com a Prefeitura de Formoso do Araguaia sobre implantação de Econúcleo.



Defensoria Pública presente no lançamento do Relatório de Conflitos no Campo de 2023 elaborado pela Pastoral da Terra.



1º Subdefensor Público-Geral durante lançamento do programa Aquilomba Tocantins.



Parceira do "Justiça Bem Aqui", DPE-TO participou de inauguração de Ponto de Inclusão Digital em Mateiros.

Atuação no Condege



Foto: ASCOM DPE-TO

A DPE-TO desempenha um papel ativo no Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege), órgão responsável por articular os interesses institucionais das Defensorias brasileiras e promover o intercâmbio de experiências administrativas e funcionais.

2023

▪ Atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar

Presente na 76º reunião ordinária, a Defensora Pública-Geral do Estado, Estellamaris Postal, participou da aprovação de uma Nota Técnica do Condege sobre atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. A iniciativa, proposta pela Comissão de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres do Conselho, visa ampliar e aprimorar o atendimento defensorial nesse contexto.

▪ Experiência dos Econúcleos

Durante a 79º reunião ordinária do Condege, o 1º Subdefensor Público-Geral do Estado, Pedro Alexandre Conceição Aires Gonçalves, apresentou o projeto "Econúcleos do Tocantins", que prevê a implantação de unidades próprias de atendimento sustentáveis. Os resultados positivos obtidos pelos estados do Tocantins e Maranhão geraram discussões sobre a possível expansão do projeto para todas as Defensorias estaduais.



Foto: ASCOM DPE-PA / Divulgação



Foto: ASCOM DPE-RJ / Divulgação



Foto: ASCOM DPE-PI / Divulgação

2024

▪ Estratégias de comunicação para as Defensorias Públicas

A Política Nacional de Comunicação do Condege foi aprovada por unanimidade durante a 88º reunião ordinária, constituindo-se como uma recomendação às Defensorias Públicas brasileiras. Na ocasião, a Defensora Pública-Geral do Tocantins destacou a importância de os(as) gestores(as) priorizarem as estratégias de comunicação, enfatizando seu impacto na relação entre as Defensorias Públicas e as pessoas assistidas.

▪ Investimentos em tecnologia e uso de IA

Presente na 87º Reunião do Condege, o 2º Subdefensor Público-Geral, Danilo Frasseto Michelin, participou de debate sobre melhorias em tecnologia e a importância de investimento contínuo na área, bem como sobre o uso de Inteligência Artificial (IA) para otimizar a rotina de atuação das Defensorias Públicas.

Participações que refletem o comprometimento da DPE-TO em contribuir para o fortalecimento das Defensorias brasileiras, a partir do aprimoramento das práticas e estratégias institucionais.

Atendimentos às vítimas das enchentes do Sul

A DPE-TO uniu esforços a outras Defensorias Públicas brasileiras para oferecer apoio e atendimento jurídico gratuito às vítimas da catástrofe climática no Rio Grande do Sul. O defensor público Arthur Luiz Pádua Marques foi designado para atuar no mutirão realizado entre os dias 3 e 5 de setembro, na região metropolitana de Porto Alegre, atendendo às pessoas das cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo.

A presença de Defensoras e Defensores Públicos de outros estados nos mutirões foi viabilizada pela parceria da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, por meio de convênio firmado com o Condege.



Foto: Ascom DPE-TO

Campanha de Doações

Em parceria com o TJTO e o MPTO, a DPE-TO mobilizou a campanha SOS Rio Grande do Sul, com foco na arrecadação de roupas íntimas novas para as vítimas das enchentes.

Participação nas atividades do Gaets

O Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores (Gaets) foi criado para ampliar a presença defensorial nas Cortes Superiores, além de intensificar a atuação integrada e o diálogo institucional em Brasília.

Foto: Rose Dayanne Santana / DPE-TO



A agenda de 2023 incluiu a participação em encontros do Gaets realizados em Brasília (DF), Belém (PA) e Fortaleza (CE), além de uma reunião convocada pela presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o estabelecimento de parcerias de precedentes de vulneráveis. Também houve visitas ao Ministro Teodoro Silva Santos e à Ministra Daniela Teixeira, do STJ, entre outras atividades de articulação estratégica.

As defensoras públicas de Classe Especial, Maria do Carmo Cota e Leilamar Maurilio de Oliveira Duarte, integram o Gaets como representantes da DPE-TO.

Em 2024, a atuação incluiu a sustentação oral da DPE-TO em conjunto com defensores públicos de Sergipe e Mato Grosso do Sul, na Terceira Seção do STJ; além da participação em reuniões do Gaets em Brasília (DF) e Salvador (BA).

Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

O prêmio é concedido pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ), aos melhores projetos em comunicação entre órgãos e instituições do Sistema de Justiça do País.

2023

1º lugar na categoria Fotografia, com a imagem "Passos, Povos, Presente", capturada pelo fotógrafo da DPE-TO, Rafael Batista, em 19 de abril, na Aldeia Manoel Alves (Goiatins/Itacajá).

Clique para acessar

2024

2º lugar na categoria Relacionamento com a Mídia, com o projeto "O caso da taróloga", que destacou a atuação e as estratégias da Assessoria de Comunicação da DPE-TO para a divulgação do caso, que ganhou repercussão nacional.

Clique para acessar

Foto: Combrascom/Divulgação



Premiação Nacional do Conadep

2024

2º lugar no Concurso de Práticas Exitosas do XVI Congresso Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos, em 2024, com o projeto Defensorias do Araguaia, em parceria com a DPE-GO e DPE-MT.

A premiação é realizada pela Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) e visa destacar e reconhecer iniciativas que fazem a diferença na atuação defensorial em todo o País.

Reconhecimento público e homenagens

Algumas homenagens que refletem o reconhecimento público da Instituição como essencial para a promoção de Direitos Humanos e o atendimento às populações mais vulneráveis, bem como destacam o trabalho comprometido de Defensores(as) Públicos(os) e Servidores(as).

▪ Homenagens institucionais

Assembleia Legislativa do Tocantins: Moção de Aplausos à DPE-TO, por iniciativa do deputado estadual Professor Júnior Geo, em alusão ao Dia Nacional da Defensoria Pública e ao Dia das Defensoras, Defensores, Servidoras e Servidores Públicos (19 de maio). A honraria, concedida em 2023, foi entregue à Defensora Pública-Geral, Estellamaris Postal, como reconhecimento pelo trabalho da Instituição na garantia do acesso à Justiça.

Câmara Municipal de Araguatins: A Defensoria Pública em Araguatins foi homenageada em 2023 pelos serviços prestados à população vulnerável, com destaque para o atendimento jurídico gratuito realizado no município e região.

Reconhecimento profissional

Defensor público Pablo Mendonça Chaer recebeu, em 2024, Moção de Aplausos da Câmara Municipal de Araguaína pelos quase 10 anos de atuação defensorial.

Defensores públicos Freddy Alejandro Solórzano Antunes e Murilo da Costa Machado foram homenageados pela Câmara Municipal de Palmas pela atuação na proteção e garantia de direitos das pessoas com deficiência, durante solenidade alusiva ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, em 2023.

2º Subdefensor Público-Geral, Danilo Frasseto Michelini, e Defensora Pública de Classe Especial Maria do Carmo Cota receberam, em 2023, placa de homenagem da Defensoria Pública da União (DPU). A entrega foi realizada pelo Defensor Público-Chefe da DPU no Tocantins, Igor de Andrade Barbosa, que destacou a parceria histórica entre a DPE-TO e a DPU na defesa de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Analista jurídico Richards Bruno Rodrigues, presidente do Sindicato dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Tocantinws (Sisdep), foi homenageado pela Assembleia Legislativa do Estado em sessão solene em alusão ao Dia Nacional do Servidor Público, realizada em 2023.

Referência na implantação de Econúcleos

Com o projeto dos Econúcleos, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins tem se tornado referência na implantação de unidades sustentáveis que combinam inovação, economia de recursos públicos e compromisso ambiental.

Defensoria Pública do Mato Grosso (DPE-MT)

Em 2023, a Defensora Pública-Geral de Mato Grosso, Luziane Ribeiro de Castro, acompanhada da equipe técnica da Instituição, visitou a unidade de Natividade, primeira a ser implantada, para conhecer os detalhes do projeto.

> “Um trabalho interessantíssimo da Defensoria Pública do Tocantins (...) que tem sido sucesso e referência para outros estados e para outras Defensorias Públicas.”
>
> Defensora pública-geral Luziane Ribeiro de Castro

Defensoria Pública do Estado do Mato Grosso do Sul (DPE-MS)

Representantes da DPE-MS realizaram visitas técnicas às unidades de Novo Acordo e Colméia do Tocantins em 2024. Durante a agenda, conheceram todos os detalhes sobre a modalidade de contratação, os *layouts* e o funcionamento dos Econúcleos, e ressaltaram o interesse em replicar o modelo no Mato Grosso do Sul.

Interesse de outras instituições estaduais

O projeto também despertou o interesse de outras instituições do Estado, como a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), a Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins (Adapec) e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins). Durante o Biênio, a DPE-TO recebeu visitas das equipes técnicas desses órgãos, que buscavam entender a viabilidade e conhecer as nuances do projeto, incluindo o financiamento via emendas federais, o uso de estruturas metálicas tipo contêiner e a captação de energia solar.

Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO



Expertise em captação de recursos



Foto: DPE-TO/Divulgação

A DPE-TO estabeleceu parcerias com outras Defensorias Públicas estaduais, para compartilhar sua expertise na captação de recursos por meio de emendas parlamentares e editais de chamamento público.

Durante o período de captação de recursos de emendas parlamentares federais em 2023, o Escritório de Gestão de Projetos e Captação de Recursos (EGP) prestou assistência à Defensoria Pública do Paraná, que conseguiu captar R$ 2 milhões em emendas para a implantação de Econúcleos no Estado.

Além disso, a partir da participação nas edições de 2023 e 2024 do Fórum Nacional das Transferências e Parcerias da União, o EGP tem trabalhado em colaboração com as equipes da DPE-GO, DPE-MA e DPE-MS. O objetivo é ampliar e fortalecer a presença das Defensorias Públicas na Rede de Parcerias do Ministério de Gestão e Inovação (MGI), bem como articular espaços de capacitação e o compartilhamento de boas práticas em captação de recursos entre as Defensorias Públicas.

Fonte: Site DPE-TO, EGP e Gaets.

TECNOLOGIA, MODERNIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO





A utilização estratégica, responsável e ética da tecnologia é fundamental para aprimorar a qualidade dos serviços, fortalecer o relacionamento com o público e otimizar recursos. Nesse sentido, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins tem se consolidado como uma referência nacional em Tecnologia da Informação, sendo modelo para outras instituições.

Grande parte dos sistemas informatizados utilizados pela DPE-TO foi desenvolvida internamente por Servidores(as) da Instituição, garantido economia com aquisição, desenvolvimento e manutenção de softwares, além de assegurar soluções adaptadas às necessidades institucionais.

Fotos: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO

Tecnologia compartilhada: Solar

O sistema de Solução Avançada em Atendimento de Referência (Solar) é a base informatizada que sustenta todos os serviços prestados pela DPE-TO. Além de viabilizar o atendimento à população, o sistema permite a geração de dados quantitativos sobre as atividades realizadas, entre outras funcionalidades.

Por meio de convênios de cooperação técnica, a Instituição disponibiliza gratuitamente o Solar para outras Defensorias Públicas, compartilha conhecimentos sobre seu desenvolvimento, além de fornecer suporte técnico e promover capacitações.





Fotos: DPE-TO/Divulgação

Durante o Biênio, as Defensorias Públicas dos Estados de Alagoas (2023) e Minas Gerais (2024) implantaram o Solar, enquanto a Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul encontra-se em fase de implantação, com conclusão prevista para janeiro de 2025.

Incluindo a DPE-MS, já são 19 as Defensorias Públicas brasileiras que aderiram ao Sistema Solar. Além disso, o Solar está integrado ao Tribunal Regional Federal da 1º Região (TRF-1).

Foram mais de **260** reuniões realizadas (presenciais e remotas) e **660** revisões das funcionalidades desenvolvidas por outras Defensorias Públicas, além de 06 visitas técnicas em outros Estados, com capacitações oferecidas às equipes locais.



*Em implantação, conclusão em janeiro de 2025.

Compartilhamento de conhecimento e troca de experiências

A partir da expertise acumulada com o Solar, a DPE-TO tem promovido intercâmbio técnico e institucional com outras Defensorias Públicas brasileiras, com objetivo de contribuir para a modernização e o fortalecimento da atuação defensorial em todo o país.

Um exemplo foi a capacitação realizada para Defensoras e Servidoras(es) da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPE-MG), em 2024, na sede da Instituição, em Palmas. Durante uma semana de imersão, a equipe mineira participou de treinamentos, visitou setores estratégicos, como a Corregedoria Geral, a Esdep e a Diretoria de Tecnologia da Informação, e teve a oportunidade de esclarecer dúvidas sobre a implantação do Solar no Estado.



Foto: Ascom DPE-PR/Divulgação

Além das capacitações, a DPE-TO contribui em *workshops* e encontros técnicos voltados ao desenvolvimento colaborativo entre as Defensorias Públicas, como no III *Workshop* Solar, realizado em Curitiba em 2024, de iniciativa da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR). O evento reuniu profissionais de tecnologia de Defensorias de todo país para avaliar e revisar fluxos de trabalho, discutir melhorias e alinhar cronogramas de desenvolvimento colaborativo, sempre respeitando as particularidades de cada instituição.

A experiência inovadora da DPE-TO com o Solar também foi apresentada como case de sucesso no 2º Encontro Nacional de Tecnologia e Inovação das Defensorias Públicas Estaduais (Enastic), realizado em São Paulo, em 2023.



Equipe de desenvolvimento em reunião com a nova diretora da área: Tatyana Abrahão Piedade.

Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO.

Desenvolvimento colaborativo

Com a expansão do Solar para outras Defensorias Públicas, seu aprimoramento tornou-se colaborativo, visando atender tanto às particularidades de cada Estado quanto às demandas comuns da atuação defensorial.

No Biênio, 69% dos novos recursos do Solar foram desenvolvidos a partir de contribuições de outras Defensorias, com supervisão e validação de todas as funcionalidades pela equipe da DPE-TO. Esse processo assegura a estabilidade, integração e evolução do sistema.

ATIVIDADE	2023	2024	TOTAL
Demandas desenvolvidas pela DPE-TO	147 (36%)	154 (28%)	301 (31%)
Demandas desenvolvidas por outras Defensorias	264 (64%)	396 (72%)	660 (69%)
TOTAL	**411**	**550**	**961**

O compartilhamento de conhecimento e tecnologia, aliado ao desenvolvimento colaborativo do Solar, permite a modernização dos serviços prestados e a criação de uma rede integrada entre as Defensorias Públicas brasileiras.

Modernização do Parque Tecnológico da Instituição

A Defensoria Pública iniciou, em 2023, o Projeto de Modernização do Parque Tecnológico da Instituição, viabilizado pelos Convênios n.º 934262/2022 e n.º 930479/2022, celebrados com o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), e por recursos próprios.

Um investimento de mais de R$ 3,4 milhões, dos quais R$ 312.402,00 são provenientes de recursos próprios e o restante oriundo de emendas parlamentares.

O projeto busca aperfeiçoar e democratizar o acesso à justiça e à cidadania, por meio da modernização da infraestrutura tecnológica da DPE-TO.

Benefícios e impacto

A modernização da estrutura tecnológica impacta diretamente na qualidade dos serviços prestados à população e nas condições de trabalho de Defensoras(es) e Servidoras(es).

Foram adquiridos 10 servidores de rede, 76 *switches*, 176 computadores e 427 *nobreaks*, equipamentos que ampliam a capacidade de processamento de dados e de armazenamento, a segurança do sistema e o desempenho geral das operações tecnológicas.

Os novos servidores, por exemplo, substituíram equipamentos adquiridos em 2008.

Em 2024, os equipamentos foram distribuídos para as Diretorias Regionais de Araguaína, Araguatins, Brasília, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Palmas, Paraíso, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Está em andamento um processo licitatório para a aquisição de 107 estações de trabalho adicionais, com recursos provenientes do saldo de economicidade dos Convênios n.º 934262/2022 e n.º 930479/2022.

▪ Convênio n.º 930479/2022

Origem do recurso: emenda parlamentar do Senador Eduardo Gomes (Exercício 2019/2027).

Valor do convênio: R$ 700.700,00

▪ Convênio n.º 934262/2022

Origem do recurso: emenda parlamentar dos Deputados Federais Carlos Gaguim, Célio Moura, Osires Damaso, Tiago Dimas e Vicentinho Junior (Exercício 2019/2023).

Valor do convênio: R$ 2.441.760,5



Equipe de suporte também atua nos projetos da Instituição como a Defensoria Itinerante.

Foto: Marcelo Les/Comunicação DPE-TO.

Novas funcionalidades e soluções tecnológicas

Funcionalidades e soluções tecnológicas implementadas durante a Gestão (2023/2024).

DefGPT

Desenvolvimento e implementação de ferramenta de Inteligência Artificial (IA) integrada ao Solar, focada em automação e análise de dados.

Assentamento Funcional Digital (AFD)

Desenvolvimento de solução tecnológica para digitalização de registros de Membros(as) e Servidores(as).

DPESocial e eSocial

Criação, implementação, envio e tratamento dos arquivos do eSocial.

Solar

Integração com o *OnlyOffice* para edição colaborativa de documentos;

Integração com o *WhatsApp* para atendimento e peticionamento direto.

Athenas

Módulo Contratos: aperfeiçoamento do sistema para fornecimento de dados para a ordem cronológica de pagamentos e Portal da Transparência;

Módulo Convênios: desenvolvimento da funcionalidade.

SEI

Atualização do SEI para a versão 4.1.4.

- ## Portal da Transparência

Atualização e melhorias do Portal da Transparência, contribuindo para o aumento no índice de transparência de 46,50% em 2023 para 77,80% em 2024, bem como a reformulação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

- ## ODIN

Automação de certificados para evolução funcional.

Capacitações internas

Capacitação direcionada a Defensoras(es) e Servidoras(es) sobre as novas funcionalidades do sistema Solar, peticionamento eletrônico e as adequações exigidas pelas recentes regras de atendimento.

Uma iniciativa da Diretoria de Tecnologia da Informação e da Corregedoria Geral, com apoio da Esdep.

O treinamento contou com a expertise de instrutoria interna, incluindo Lucas Magno Oliveira Abreu, analista em gestão especializado em Tecnologia da Informação e um dos responsáveis pelo desenvolvimento do Solar; e a Corregedora-Geral da Instituição, defensora pública Arassônia Maria Figueiras, que apresentou orientações sobre as novas exigências normativas relacionadas ao sistema.

Modernização de equipamentos audiovisuais

Investimento de R$ 77,2 mil em recursos próprios para modernizar os equipamentos de captação de imagens (foto e vídeo) e áudio, proporcionando a atualização das tecnologias utilizadas, garantindo maior qualidade nas produções institucionais, além de ampliar as possibilidades de uso em ações da área-fim, como inspeções e vistorias.

Equipamentos adquiridos

- Câmeras de última geração (fotos e vídeos) e acessórios fotográficos;
- Microfones sem fio;
- Drone.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO



Benefícios

A renovação dos equipamentos impactou diretamente na qualidade das produções institucionais, proporcionando:

- aprimoramento das produções institucionais, como vídeos institucionais, *webséries* documentais, entre outros conteúdos audiovisuais;
- substituição de equipamentos obsoletos, como câmeras fotográficas adquiridas há quase 12 anos, que apresentavam problemas e comprometiam o desempenho da Assessoria de Comunicação;
- apoio técnico à atividade-fim da Instituição, com a utilização dos novos equipamentos em ações de vistoria e inspeção.

Fonte: DTI, Diretoria de Administração, Coordenação de Contratos e Convênios, EGP, Portal e Site DPE-TO.

NOSSOS NÚMEROS



Profissionais da DPE-TO

Defensoras(es) Públicas(os): 117

Servidoras(es): 724

Estagiárias(os): 234

Voluntárias(os): 28

Terceirizadas(os): 79

Total: 1.182*

*Dados referentes a 31/12/2024 - Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Administração.

Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Total de atividades

ATIVIDADES REALIZADAS PELOS NÚCLEOS REGIONAIS					
Núcleos Regionais	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**TOTAL**
Araguaína	90.508	113.154	116.227	144.803	464.692
Araguatins	25.130	31.883	33.990	40.051	131.054
Dianópolis	43.716	47.065	47.148	57.864	195.793
Guaraí	50.672	62.521	67.483	82.161	262.837
Gurupi	85.293	98.731	104.647	113.722	402.393
Palmas	169.697	187.386	207.405	252.987	817.475
Paraíso	36.916	39.732	40.028	53.184	169.860
Porto Nacional	25.921	36.465	45.955	55.644	163.985
Tocantinópolis	15.217	20.900	24.931	25.660	86.708
Classe Especial	17.432	18.694	23.933	38.105	98.164
SUBTOTAL	**560.502**	**656.531**	**711.747**	**864.181**	**2.792.961**

DEMAIS ATIVIDADES DA DPE-TO					
Classe Especial - Recursal	11.249	17.053	20.912	36.903	86.117
Equipe Multidisciplinar	12.591	18.586	17.558	18.132	66.867
SUBTOTAL	**23.840**	**35.639**	**38.470**	**55.035**	**152.984**
TOTAL GERAL	**584.342**	**692.170**	**750.217**	**919.216**	**2.945.945**



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

1.669.433 atividades realizadas em 2023 e 2024

Crescimento anual (2023 / 2024): **22,5%**

2021	2022	2023	2024
584.342	692.170	750.217	919.216
1.276.512		1.669.433	
30,8%			

Crescimento entre Biênios (2021-2022 / 2023-2024): **30,8%**

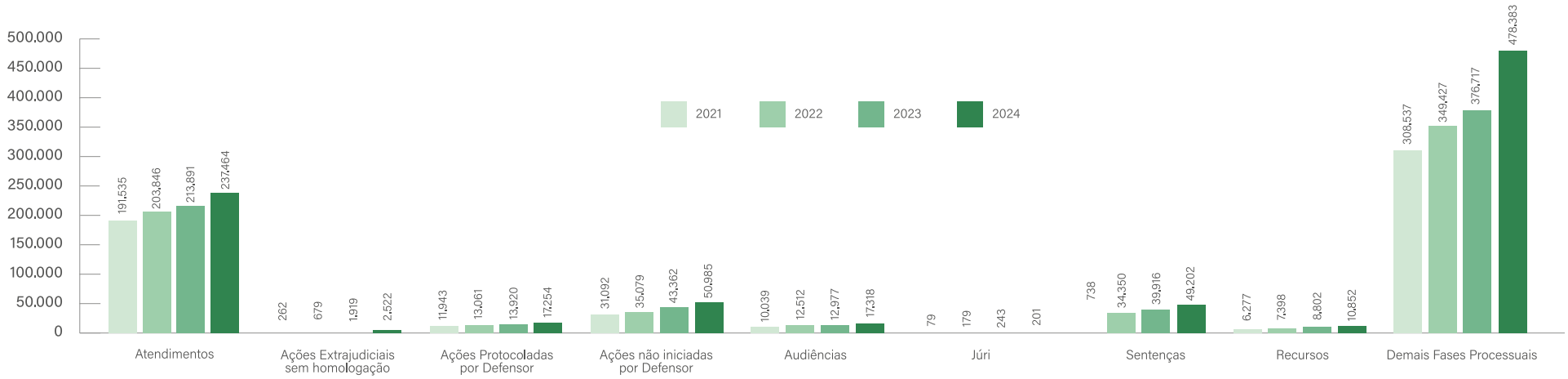
Atividades realizadas por área

ATIVIDADES REALIZADAS POR ÁREA					
Área	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**TOTAL**
Cível	118.226	148.692	175.973	216.604	659.495
Contadoria	357	406	438	523	1.724
Criminal	110.878	134.813	153.504	176.960	576.155
Diligências	1.787	2.866	4.027	7.166	15.846
Direitos Humanos	215	250	256	487	1.208
Execução Penal	32.522	42.150	46.183	62.061	182.916
Família	212.997	234.843	237.343	284.786	969.969
Fazenda Pública e Registros Públicos	44.365	51.124	52.205	63.240	210.934
Honorários	0	0	6	236	242
Infância e Juventude	15.989	17.840	16.480	22.093	72.402
Juizado Especial Cível	18.545	18.570	21.001	25.341	83.457
Juizado Especial Criminal	1.674	1.710	1.458	1.684	6.526
Multidisciplinar	975	1.564	1.597	1.573	5.709
Outras	4	17	35	152	208
Precatória	1.579	1.407	1.013	886	4.885
Superior Tribunal de Justiça	334	254	224	386	1.198
Supremo Tribunal Federal	55	25	4	3	87
SUBTOTAL	**560.502**	**656.531**	**711.747**	**864.181**	**2.792.961**

Comparativo por tipo de atividade

GRÁFICO COMPARATIVO ENTRE AS ATIVIDADES REALIZADAS					
ATIVIDADES	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**TOTAL**
Atendimentos	191.535	203.846	213.891	237.464	846.736
Ações Extrajudiciais sem Homologação	262	679	1.919	2.522	5.382
Ações Protocoladas por Defensor	11.943	13.061	13.920	17.254	56.178
Ações Não Iniciadas por Defensor	31.092	35.079	43.362	50.985	160.518
Audiências	10.039	12.512	12.977	17.318	52.846
Júri	79	179	243	201	702
Sentenças	738	34.350	39.916	49.202	124.206
Recursos	6.277	7.398	8.802	10.852	33.329
Demais Fases Processuais	308.537	349.427	376.717	478.383	1.513.064
TOTAL GERAL	**560.502**	**656.531**	**711.747**	**864.181**	**2.792.961**

Comparativo por tipo de atividade



Total de atendimentos



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

451.355 atendimentos em 2023 e 2024

ATENDIMENTOS	2021	2022	2023	2024
	191.535	203.846	213.891	237.464

Crescimento anual (2023 / 2024) **11%**

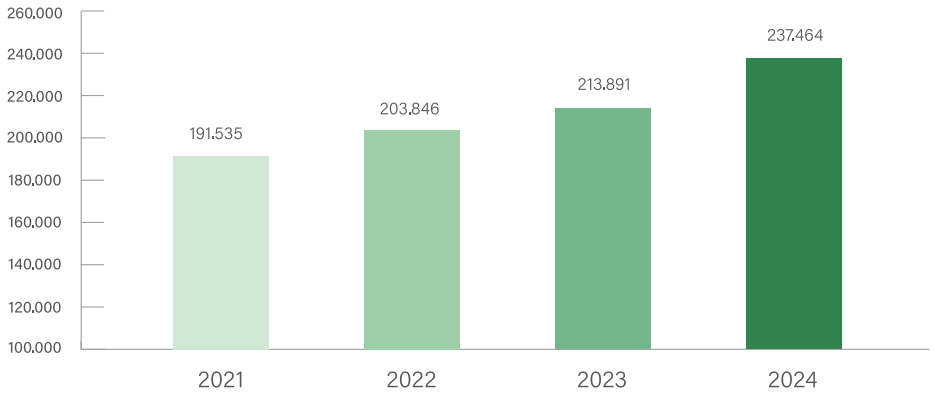
ATENDIMENTOS DPE-TO			
2021	2022	2023	2024
191.535	203.846	213.891	237.464
395.381		451.355	
14,2%			

Crescimento entre Biênios (2021-2022 / 2023-2024) **14,2%**

Tipos de atendimentos

ATENDIMENTOS DPE-TO					
TIPO DE ATENDIMENTO	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Inicial	42.193	47.599	52.049	56.085	197.926
Retorno	115.479	118.628	121.693	135.354	491.154
Apoio	3.515	5.281	6.417	9.957	25.170
Visita ao Preso	3.271	6.122	7.954	8.969	26.316
Encaminhamento	27.077	26.216	25.778	27.099	106.170
TOTAL GERAL	**191.535**	**203.846**	**213.891**	**237.464**	**846.736**

Evolução do crescimento dos atendimentos (2021-2024)



Central de Atendimento de Família (CAF)

23.666 atendimentos em 2023 e 2024

DEFENSORIA		DIRETORIA	2021	2022	2023	2024	TOTAL
CAF	Central de Atendimento de Família (CAF) - Araguaína	Araguaína	3.940	4.314	4.513	5.909	18.676
	29ª Defensoria Pública de Palmas / Central de Atendimento de Família (CAF)	Palmas	7.242	6.896	6.927	6.317	27.382
TOTAL CAF			**11.182**	**11.210**	**11.440**	**12.226**	**46.058**

Crescimento anual (2023 / 2024) **6,9%**

ATENDIMENTOS CAF			
2021	**2022**	**2023**	**2024**
11.182	11.210	11.440	12.226
22.392		23.666	
5,7%			

Crescimento entre Biênios (2021-2022 / 2023-2024)

5,7%

Foto: Marcos Miranda/Comunicação DPE-TO



Central de Atendimento em Saúde (CAS)

11.397 atendimentos em 2023 e 2024

DEFENSORIA		DIRETORIA	2021	2022	2023	2024	TOTAL
CAS	30ª Defensoria Pública de Palmas / Central de Atendimento de Saúde - CAS	Palmas	6.435	6.743	5.227	6.170	24.575

Crescimento anual (2023 / 2024): **18%**

Núcleos Especializados

20.435 atividades em 2023 e 2024

QUANTITATIVO DE ATIVIDADES DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS					
NÚCLEOS ESPECIALIZADOS	2021	2022	2023	2024	TOTAL
DPAGRA	669	610	817	1.005	3.101
NADEP	797	917	924	1.442	4.080
NDDH	256	287	528	501	1.572
NUCORA*	-	431	325	876	1.632
NUDECA	1.234	1.271	653	733	3.891
NUDECON	578	210	330	475	1.593
NUDEM	542	681	783	485	2.491
NUJURI	221	1.338	1.195	1.427	4.181
NUSA	1.934	1.912	1.654	1.931	7.431
NUAMAC ARAGUAÍNA	295	520	703	655	2.173
NUAMAC DIANÓPOLIS	284	549	459	528	1.820
NUAMAC GURUPI	203	326	196	321	1.046
NUAMAC PALMAS	683	608	741	748	2.780
TOTAL	**7.696**	**9.660**	**9.308**	**11.127**	**37.791**

"* Núcleo implantado no final 2021, com atividades contabilizadas a partir de 2022.

Crescimento anual (2023 / 2024)

19,5%

ATIVIDADES DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS			
2021	**2022**	**2023**	**2024**
7.696	9.660	9.308	11.127
17.356		20.435	
17,7%			

Crescimento entre Biênios (2021-2022 / 2023-2024)

17,7%



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO

Defensoria Itinerante

2023 / 2024

162 edições **5.636** atendimentos

QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS - DEFENSORIA ITINERANTE			
Diretoria / Ano	**2023**	**2024**	**Total Geral**
Itinerante - Regional Araguaína	319	818	1.137
Itinerante - Regional Araguatins	186	261	447
Itinerante - Regional Dianópolis	308	297	605
Itinerante - Regional Guaraí	238	318	556
Itinerante - Regional Gurupi	358	93	451
Itinerante - Regional Palmas	543	395	938
Itinerante - Regional Paraíso	349	221	570
Itinerante - Regional Porto Nacional	450	235	685
Itinerante - Regional Tocantinópolis	181	66	247
TOTAL GERAL	**2.932**	**2.704**	**5.636**

2023: **47** municípios receberam ações itinerantes

2024: **46** municípios receberam ações itinerantes

QUANTITATIVO DE EVENTOS POR DIRETORIA			
DIRETORIA	**QTD. EVENTOS 2023**	**QTD. EVENTOS 2024**	**Total Geral**
Itinerante - Regional Araguaína	10	16	26
Itinerante - Regional Araguatins	4	7	11
Itinerante - Regional Dianópolis	7	11	18
Itinerante - Regional Guaraí	7	7	14
Itinerante - Regional Gurupi	12	7	19
Itinerante - Regional Palmas	19	15	34
Itinerante - Regional Paraíso	7	8	15
Itinerante - Regional Porto Nacional	11	7	18
Itinerante - Regional Tocantinópolis	5	2	7
TOTAL GERAL	**82**	**80**	**162**

Atendimentos por área

2023											
ÁREA	Araguaína	Araguatins	Dianópolis	Guaraí	Gurupi	Palmas	Paraíso do Tocantins	Porto Nacional	Tocantinópolis	TOTAL	%
Cível	72	44	101	65	148	92	89	135	42	788	26,9%
Contadoria	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0,0%
Criminal	15	11	26	10	13	5	13	9	1	103	3,5%
Direitos Humanos	0	0	0	0	0	0	1	5	0	6	0,2%
Execução Penal	2	0	2	0	1	0	0	1	0	6	0,2%
Família	169	119	163	149	60	136	198	100	63	1.157	39,5%
Fazenda Pública e Registros Públicos	37	11	9	11	130	270	40	87	70	665	22,7%
Infância e Juventude	10	0	2	1	0	2	4	5	0	24	0,8%
Juizado Especial Cível	13	1	4	2	1	33	3	74	4	135	4,6%
Juizado Especial Criminal	1	0	1	0	2	3	1	1	0	9	0,3%
Multidisciplinar	0	0	0	0	0	0	0	32	1	33	1,1%
Outras	0	0	0	0	3	1	0	1	0	5	0,2%
TOTAL	**319**	**186**	**308**	**238**	**358**	**543**	**349**	**450**	**181**	**2.932**	**100,0%**

2024											
ÁREA	Araguaína	Araguatins	Dianópolis	Guaraí	Gurupi	Palmas	Paraíso do Tocantins	Porto Nacional	Tocantinópolis	TOTAL	%
Cível	85	78	118	128	19	92	72	63	18	673	24,9%
Contadoria						1				1	0,0%
Criminal	20	16	29	9	6	18	8	7	3	116	4,3%
Diligências								1		1	0,0%
Direitos Humanos	1			2	1	36	3	16		59	2,2%
Execução Penal	169		3		2	2		1		177	6,5%
Família	454	149	129	159	52	144	77	71	33	1.268	46,9%
Fazenda Pública e Registros Públicos	48	15	13	16	13	68	32	26	7	238	8,8%
Infância e Juventude	4	1		2		1	1	2	1	12	0,4%
Juizado Especial Cível	15	1	2			23	20	28	4	93	3,4%
Juizado Especial Criminal	2		3	1				2		8	0,3%
Multidisciplinar		1						17		18	0,7%
Outras	20					10	8	1		39	1,4%
Precatória				1						1	0,0%
TOTAL	**818**	**261**	**297**	**318**	**93**	**395**	**221**	**235**	**66**	**2.704**	**100,0%**

Atendimentos Numecons

41.114 atendimentos em 2023 e 2024

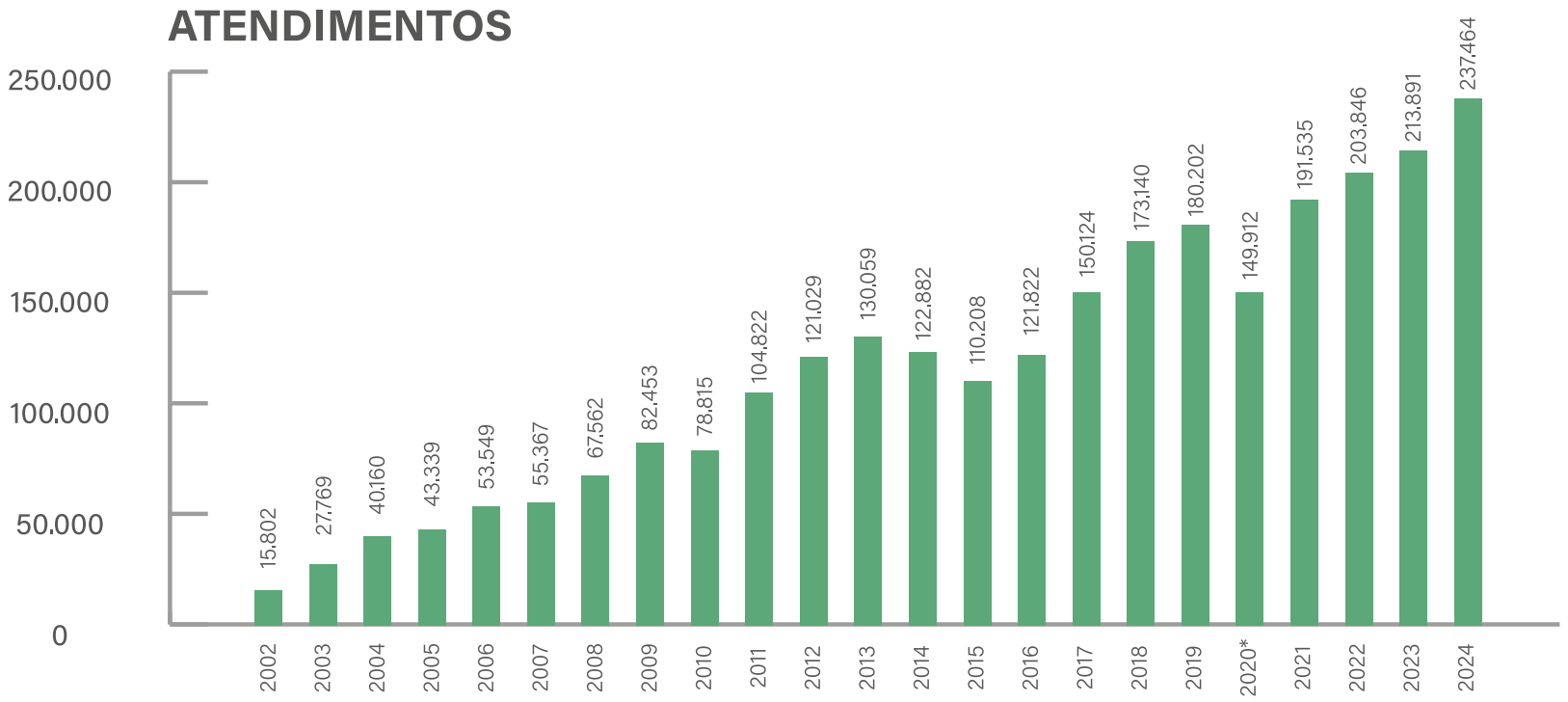
QUANTIDATIVO ATENDIMENTOS NUMECONS					
Defensoria	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**TOTAL**
NUMECON - Araguaína	1.987	2.428	3.037	2.785	10.237
NUMECON - Araguatins	896	1.119	1.175	1.351	4.541
NUMECON - Dianópolis	889	1.061	1.130	996	4.076
NUMECON - Guaraí	1.588	1.982	2.069	1.933	7.572
NUMECON - Gurupi	1.457	1.368	1.653	2.233	6.711
NUMECON - Palmas	8.886	8.410	6.965	7.346	31.607
NUMECON - Paraíso	1.826	1.925	1.895	2.209	7.855
NUMECON - Porto Nacional	1.601	1.751	1.689	1.936	6.977
NUMECON - Tocantinópolis	343	284	304	408	1.339
TOTAL GERAL	**19.473**	**20.328**	**19.917**	**21.197**	**80.915**

Crescimento anual (2023 / 2024) **6,4%**

QUANTITATIVO ATENDIMENTOS NUMECONS			
2021	**2022**	**2023**	**2024**
19.473	20.328	19.917	21.197
39.801		41.114	
3,3%			

Crescimento entre Biênios (2021-2022 / 2023-2024) **3,3%**

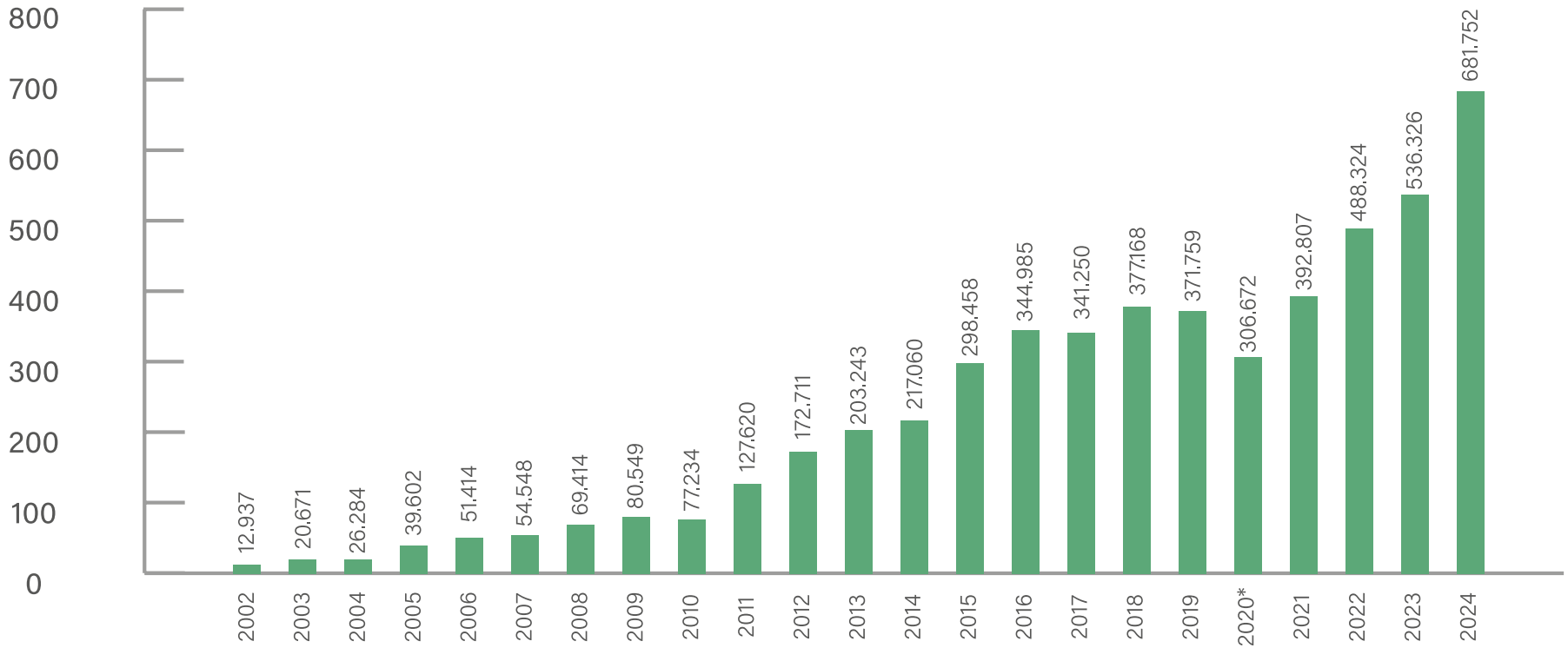
Evolução da DPE-TO nos últimos 22 anos*



*O banco de dados é composto por informações extraídas de relatórios do Setor de Estatística da Corregedoria Geral, Sistema de Atendimento (Sisat) e do Solução Avançada em Atendimento de Referência (Solar).

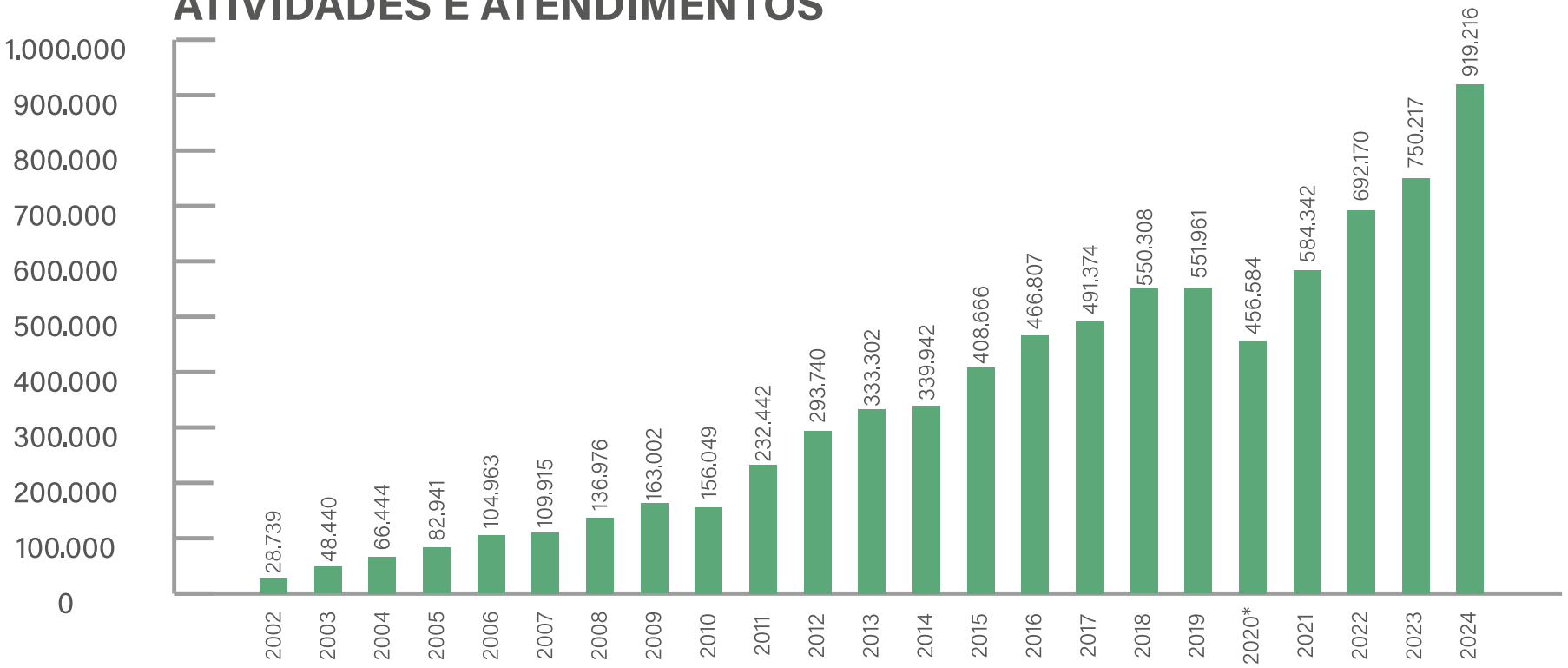
Atendimentos: refere-se a atendimentos gerais, de conciliação e visita ao(a) preso(a).

ATIVIDADES



Atividades: refere-se a ações extrajudiciais sem homologação, ações protocoladas por Defensor(a), ações não iniciadas por Defensor(a), audiências, júri, sentenças, recursos, demais fases processuais, Classe Especial e Equipe Multidisciplinar.

ATIVIDADES E ATENDIMENTOS



ANO	ATENDIMENTOS	ATIVIDADES	ATIVIDADES E ATENDIMENTOS
2002	15.802	12.937	28.739
2003	27.769	20.671	48.440
2004	40.160	26.284	66.444
2005	43.339	39.602	82.941
2006	53.549	51.414	104.963
2007	55.367	54.548	109.915
2008	67.562	69.414	136.976
2009	82.453	80.549	163.002
2010	78.815	77.234	156.049
2011	104.822	127.620	232.442
2012	121.029	172.711	293.740
2013	130.059	203.243	333.302
2014	122.882	217.060	339.942
2015	110.208	298.458	408.666
2016	121.822	344.985	466.807
2017	150.124	341.250	491.374
2018	173.140	377.168	550.308
2019	180.202	371.759	551.961
2020*	149.912	306.672	456.584
2021	191.535	392.807	584.342
2022	203.846	488.324	692.170
2023	213.891	536.326	750.217
2024	237.464	681.752	919.216
TOTAL GERAL	**2.675.752**	**5.292.788**	**7.968.540**



Foto: Rafael Batista/Comunicação DPE-TO.

* Início da pandemia do Covid -19.

Fonte: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Tocantins - Setor de Estatística.

Relatório Gestão 2023/2025

Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO)

FICHA TÉCNICA

Produção Técnica, Coleta de Informações, Pesquisa e Textos:
Rose Dayanne Santana Nogueira / Diretoria Geral

Apoio Técnico:
Maria Gabriela Pequeno Oliveira / Diretoria Geral

Revisão Ortográfica:
Kaline Fortaleza / DPE-TO

Dados Estatísticos:
Savyo Jordan de Sousa Oliveira / Setor de Estatística - Corregedoria Geral

Projeto Gráfico e Diagramação:
Patrícia Ströher / Comunicação DPE-TO
Ana Kárita Mendes / Comunicação DPE-TO
Thaís Freitas / Comunicação DPE-TO

Imagens:
Acervo DPE-TO / Arquivo 2023-2024

Supervisão:
Renato Augusto Marinho de Carvalho / Chefia de Gabinete da Defensoria Pública Geral
Débora Cristina Ferreira / Diretoria Geral

Palmas, janeiro de 2025